

UNIVERSIDADE FEEVALE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PROCESSOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS  
DOUTORADO EM PROCESSOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

CLÁUDIA SANTOS DUARTE

**“O SOL IMENSO E ARTIFICIAL DA LIBERDADE”:  
OS SENTIDOS DE LIBERDADE NA IMPRENSA NEGRA – O 13 DE MAIO  
NOS JORNAIS *O EXEMPLO* E *A ALVORADA***

Novo Hamburgo  
2022

CLÁUDIA SANTOS DUARTE

**“O SOL IMENSO E ARTIFICIAL DA LIBERDADE”:  
OS SENTIDOS DE LIBERDADE NA IMPRENSA NEGRA – O 13 DE MAIO  
NOS JORNAIS *O EXEMPLO* E *A ALVORADA***

Tese apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Doutora em  
Processos e Manifestações Culturais, pela  
Universidade Feevale.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magna Lima Magalhães  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinês Andrea Kunz

Novo Hamburgo  
2022

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

Duarte, Cláudia Santos

“O sol imenso e artificial da liberdade”: os sentidos de liberdade na imprensa negra – o 13 de maio nos jornais O Exemplo e A Alvorada / Cláudia Santos Duarte

Duarte

– 2023.

190 f. : il. ; 30 cm

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Magna Lima Magalhães

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marinês Andrea Kunz.

Tese (Doutorado) – Universidade Feevale – Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, Novo Hamburgo, 2023.

1. Imprensa Negra no Rio Grande do Sul. 2. Liberdade. 3. 13 de maio. 4. O Exemplo. 5. A Alvorada. I. Magalhães, Magna Lima, orient. II. Kunz, Marinês Andrea, coorient. III Título.

CDU 070:342.732

CDD 341.2732

---

Bibliotecária responsável  
Lizete Flores da Silva CRB10/2724

CLÁUDIA SANTOS DUARTE

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais, com o título **“O SOL IMENSO E ARTIFICIAL DA LIBERDADE”**: OS SENTIDOS DE LIBERDADE NA IMPRENSA NEGRA – O 13 DE MAIO NOS JORNAIS *O EXEMPLO E A ALVORADA*, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Processos e Manifestações Culturais.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magna Lima Magalhães (Orientadora)  
Universidade Feevale

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marinês Andrea Kunz (Coorientadora)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Saraí Patrícia Schmidt  
Universidade Feevale

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karen Daniela Pires  
Escola Estadual de Educação Básica Érico Veríssimo – Lajeado-RS  
Pesquisadora vinculada a grupo de pesquisa da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira  
Bolsista de Produtividade CNPq e Coordenador do Grupo de Pesquisa SIBITXI:  
Gênero, Justiça e Saúde em Contextos Africanos e Latino-Americanos

**Eraldo da Silva Duarte**, nascido em 1940, contava que, ainda criança, tinha uma banda de música com dois de seus irmãos. Frequentemente, o trio animava os bailes de uma Sociedade, em São Francisco de Paula-RS. No entanto, jamais podiam entrar pela porta da frente do salão. Por serem pretos, só podiam ocupar os seus lugares entrando pela porta da cozinha.

**Deise Siloé Santos Duarte**, nascida em 1943, contava que, para a formatura do Curso Normal, ela e sua irmã não tinham condições de comprar os vestidos para o evento. Felizmente, ganharam as vestimentas de uma família amiga, mas as roupas não eram das cores combinadas pela turma para a cerimônia. Na ocasião, uma colega, desapontada com a quebra do acordo, disse que era isso que acontecia quando havia pretos e pobres na turma.

Em 2020, Eraldo e Deise faleceram e, em 2022, **a filha desses dois pretos e pobres busca conquistar o título de doutora** em Processos e Manifestações Culturais. É a eles que eu dedico este texto e o caminho árduo percorrido até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Entre 2019 e 2022 tanta coisa aconteceu que achei que não chegaria a escrever esses agradecimentos. Desistir do Doutorado passou pela minha cabeça, em meio a tantos desafios que se impuseram. O adoecimento dos meus pais, durante todo o ano de 2020, exigiu de mim abandonar as leituras e a escrita para que pudesse me dedicar, quase integralmente, a eles. No final daquele ano, com um mês de distância entre um e outro, ambos faleceram e o luto por suas partidas transformou-se em mais um grande desafio. Em meio a tudo isso, a pandemia também provocou impactos muito desgastantes. E, em 2021, dois grandes amigos também faleceram, tornando a caminhada ainda mais difícil. Com tudo isso, a pesquisa e a escrita desta tese, que por si só, são grandes empreendimentos, estiveram marcadas por perdas irreparáveis e por desafios emocionais que achei que não pudesse superar.

Por isso, estas páginas de agradecimento são muito significativas para mim. As pessoas, aqui listadas, tiveram total participação no resultado apresentado que, se não foi o ideal, certamente, foi todo o possível dentro das condições em que me encontrava. Com o apoio e a parceria destas pessoas, o caminho que parecia intransponível passou a ser transitável e as faltas e dores que senti foram atenuadas com carinho, atenção e auxílio.

Inicialmente, agradeço muito aos meus pais, Eraldo e Deise Duarte (*in memoriam*), que, mesmo em seu último ano de vida, mantiveram a sua atuação como minhas grandes fontes de inspiração. Agradeço, também, por tudo o que aprendi com meu irmão Vladimir Duarte (*in memoriam*). Fui alfabetizada por ele e, então, chegar a esse momento de agora, tem, de muitas formas, a sua participação. Aos amigos/irmãos Denis Oliveira e Tiaraju Lima e Silva (*in memoriam*) agradeço porque, enquanto estiveram por aqui, foram fontes inesgotáveis de amor, parceria e alegria. Não é fácil comemorar esta conquista sem essas cinco pessoas ao meu lado.

Porém, outras pessoas permanecem comigo e foram essenciais para a finalização desta escrita. Minha eterna gratidão a Mateus Lima Costa, Clarines Thewes Reis, Carolina Falcão Breyer, Helenita Rossatto Luciano, Karina Pires Reis, Vanessa Müller Leite, Márcio Barcelos e Mateus Barcelos. Cada um, a seu modo, esteve comigo, ouvindo, apoiando, participando e, sobretudo, dando-me amor e carinho.

Agradeço também a outras pessoas que, mesmo não atuando de forma próxima, em relação aos momentos em que escrevia a tese, estiveram comigo e acreditaram neste desfecho. São eles: Laerte Santos Duarte, Fabiana Braz Duarte, Rafael Antunes, Filipe Traslatti, Marcelo Foscarini, Daiana Barcelos, Rodrigo Damin, Laerte Dorneles, Tiago Scholl, Charli Silva, Débora Bendel, Maressa Barcelos, Lilian Amorin, Cristiano Manfredini, Maria Flor Manfredini, Aline Reis, Maria Lima, Cláudia Masiero e Tafnes Canto.

Agradeço muito à equipe que cuidou da minha saúde emocional e que iluminou meus pensamentos quando nada parecia fazer muito sentido: Luízha Asmuz, Gil Vieira e Elisangelo Varela.

Meus agradecimentos, também, aos colegas do Doutorado, distanciados pela pandemia, mas ainda assim, próximos pela atividade e pelo carinho. Em nome de todos os outros, menciono, aqui, os queridos Jéferson Staudt e Lucia Jacinta.

Agradeço aos colegas e estudantes das duas escolas em que atuo profissionalmente, pessoas com as quais dividi angústias e alegrias ao longo de todo esse tempo na E.M.E.I.E.F. Presidente Castelo Branco e no Colégio Expressão, em São Francisco de Paula. Representando todos os colegas de docência menciono as gestoras e amigas Mirian Castelo, Thaianie Valim e Rosalba Santos.

Gratidão à Universidade Feevale pelo ensino de excelência e pelas inúmeras oportunidades as quais tive contato através da instituição. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu realizar o sonho de chegar a essa etapa acadêmica. Aos professores Dr. Daniel Conte, Dra. Cristina Ennes e Dra. Juracy Saraiva, cujos ensinamentos foram essenciais em minha trajetória, representando os demais professores do PPG. Ao professor Dr. Rodrigo Koch pela generosidade e conhecimento dispensados durante meu estágio docente. Aos professores Dra. Saraí Schimidt, Dra. Karen Pires e Dr. Paulo Moreira pelas contribuições valiosas e pela atenção e carinho com que participaram da minha banca de qualificação.

Por fim, mas, certamente, não menos importantes (aliás, pelo contrário), agradeço às professoras orientadoras Dra. Magna Lima Magalhães e Dra. Marinês Andrea Kunz. Nelas, busquei conhecimento, atenção, incentivo e forças para seguir em frente.

A todos aqui mencionados e, certamente, a outros tantos, muito obrigada!

“Os negros apresentam suas armas  
As costas marcadas, as mãos calejadas  
E a esperteza que só tem quem tá  
Cansado de apanhar...”

*Selvagem* (1986) – Os Paralamas do Sucesso  
Bi Ribeiro, Herbert Vianna e João Barone



**“O SOL IMENSO E ARTIFICIAL DA LIBERDADE”:  
OS SENTIDOS DE LIBERDADE NA IMPRENSA NEGRA – O 13 DE MAIO  
NOS JORNAIS *O EXEMPLO* E *A ALVORADA***

**RESUMO**

A liberdade dos afrodescendentes brasileiros foi, por muito tempo, entendida como uma condição alcançada a partir da assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Além disso, no senso comum, a partir dos discursos oficiais reproduzidos por parcela significativa da sociedade brasileira, o protagonismo dessa data foi designado exclusivamente à Princesa Isabel, regente do Brasil, à época da promulgação da lei. Entretanto, a historiografia da segunda metade do século XX e, em especial, do século XXI, tem trazido à tona uma perspectiva que complexifica a questão da liberdade dos negros no Brasil, após a Abolição da Escravatura. Essas pesquisas questionam a Abolição da Escravatura como sinônimo da liberdade dos negros e deslocam a população afrodescendente para um papel de protagonismo na luta pela liberdade efetiva, no período posterior à assinatura da Lei Áurea. Considerando essa conjuntura, esta tese tem como tema os sentidos de liberdade manifestados na imprensa negra sul-rio-grandense, tratando, de forma mais delimitada, as concepções políticas e culturais que dão visibilidade aos sentidos de liberdade expressos nos textos alusivos ao dia 13 de maio de 1888, nos periódicos do Rio Grande do Sul *O Exemplo*, de Porto Alegre, e *A Alvorada*, de Pelotas, na primeira metade do século XX. Esses jornais, liderados por intelectuais negros e destinados a abordar assuntos de interesse dos afrodescendentes, são classificados como imprensa negra e estiveram ativos no Brasil desde o século XIX. Sendo assim, o objetivo geral desta tese diz respeito à análise das concepções políticas e culturais manifestadas pelos intelectuais da imprensa negra dos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada*, nos textos alusivos ao 13 de maio, na primeira metade do século XX, a fim de verificar os sentidos de liberdade propostos nos textos e seu papel na visibilidade do protagonismo da população negra na luta pela abolição. Esta pesquisa, de caráter bibliográfico, descritivo e documental, com abordagem qualitativa, interpreta os discursos veiculados nos jornais e prioriza as camadas sócio-históricas dos enunciados, considerando o contexto da época e as relações que podem ser estabelecidas com o universo vivenciado pelos negros até aquele momento. As hipóteses lançadas por esta tese estão relacionadas à heterogeneidade e à dissonância nos processos e nas concepções políticas manifestadas nos artigos dos jornais, demonstrando a pluralidade de visões de mundo no caminho traçado pelos negros na busca por visibilidade e garantia de direitos na primeira metade do século XX. O aparecimento de questões ligadas à educação, cidadania, inserção social, conhecimento histórico e união dos afrodescendentes são elementos que direcionam o caminho proposto pelos intelectuais negros nas páginas de seus jornais.

**Palavras-chave:** Imprensa Negra no Rio Grande do Sul. Liberdade. 13 de maio. *O Exemplo*. *A Alvorada*.

**“THE COLOSSAL AND ARTIFICIAL SUN OF FREEDOM”: THE MEANINGS OF  
FREEDOM IN THE BLACK PRESS – THE 13<sup>th</sup> OF MAY IN THE NEWSPAPERS O  
EXEMPLO AND A ALVORADA**

**ABSTRACT**

The freedom of Afro-descendants in Brazil was, for a long time, perceived as a condition reached with the signing of the Golden Law, on May 13<sup>th</sup>, 1888. Furthermore, in common sense, based on official speeches reproduced by a significant portion of Brazilian society, the protagonism of this date was given exclusively to Isabel, Princess Imperial of Brazil, who was ruling the country by the time the law was enacted. However, the historiography of the second half of the 20<sup>th</sup> century and, particularly, of the 21<sup>st</sup> century, has brought to light a perspective that intricates the issue of freedom for blacks in Brazil after the Abolition of Slavery. Research questions the Abolition of Slavery as a synonymous with the freedom of blacks and shift the Afro-descendant population to a leading role in the struggle for real, effective freedom in the period after the signing of the Golden Law. Considering this situation, this thesis has as its theme the meanings of freedom voiced in the black press of Rio Grande do Sul, dealing, in a narrower way, with the political and cultural conceptions that give visibility to the meanings of freedom conveyed in the texts alluding to the May 13<sup>th</sup>, 1888 in the periodicals from Rio Grande do Sul, “O Exemplo”, from Porto Alegre, and “A Alvorada”, from Pelotas, in the first half of the 20<sup>th</sup> century. These newspapers, led by black intellectuals and intended to address matters of interest to Afro-descendants, are classified as black press and have been active in Brazil since the 19<sup>th</sup> century. Therefore, the main goal of this thesis regards the analysis of the political and cultural conceptions expressed by the intellectuals of the black press in the periodicals “O Exemplo” and “A Alvorada”, in the texts alluding to the 13<sup>th</sup> of May, during the first half of the 20<sup>th</sup> century, in order to verify the meanings of freedom which were being proposed in said texts and their role in the visibility of the protagonism of the black population in the struggle for abolition of slavery. This research, done through a qualitative approach and carrying a bibliographic, descriptive, and documentary character, interprets the speeches published in the newspapers and prioritizes the socio-historical layers of the statements, considering the context of the time and the relationships that can be established with the universe experienced by black people until that moment. The hypotheses proposed by this thesis are related to the heterogeneity and dissonance in the processes and political conceptions manifested in the newspapers’ articles, indicating the multiplicity of worldviews in the path traced by blacks in the search for visibility and assurance of rights in the first half of the 20<sup>th</sup> century. The emergence of issues related to education, citizenship, social insertion, historical knowledge, and the union of Afro-descendants are elements that guide the path proposed by black intellectuals in the pages of their newspapers.

**Keywords:** Black Press in Rio Grande do Sul. Freedom. May 13<sup>th</sup> . *O Exemplo*. *A Alvorada*.

**“EL SOL INMENSO Y ARTIFICIAL DE LA LIBERTAD”:  
LOS SENTIDOS DE LIBERTAD EN LA PRENSA NEGRA – EL 13 DE MAYO EN  
LOS DIARIOS O EXEMPLO Y A ALVORADA**

**RESUMEN**

La libertad de los afrodescendientes brasileños fue, por mucho tiempo, entendida como una condición alcanzada a partir de la firma de la Ley Áurea, el 13 de mayo de 1888. Además de eso, en el sentido común, a partir de los discursos oficiales reproducidos por una porción significativa de la sociedad brasileña, el protagonismo de esa fecha fue designado exclusivamente a la Princesa Isabel, regente de Brasil, en la época de la promulgación de la ley. Sin embargo, la historiografía de la segunda mitad del siglo XX y, en especial, del siglo XXI, ha traído a la luz una perspectiva que complejiza el tema de la libertad de los negros en Brasil, después de la Abolición de la Esclavitud. Esas investigaciones cuestionan la Abolición de la Esclavitud como sinónimo de la libertad de los negros y desplazan a la población afrodescendiente hacia un rol de protagonismo en la lucha por la libertad efectiva, en el periodo posterior a la firma de la Ley Áurea. Considerando esa coyuntura, esta tesis tiene como tema los sentidos de libertad manifiestos en la prensa negra sur-rio-grandense, tratando, de forma más delimitada, las concepciones políticas y culturales que dan visibilidad a los sentidos de libertad expresados en los textos alusivos al día 13 de mayo de 1888, en los periódicos de Rio Grande do Sul, O Exemplo, de Porto Alegre, y A Alvorada, de Pelotas, en la primera mitad del siglo XX. Estos diarios, liderados por intelectuales negros y destinados a abordar temas de interés de los afrodescendientes, son clasificados como prensa negra y estuvieron activos en Brasil desde el siglo XIX. Siendo así, el objetivo general de esta tesis trata al respecto del análisis de las concepciones políticas y culturales manifiestas por los intelectuales de la prensa negra de los periódicos O Exemplo y A Alvorada, en los textos alusivos al 13 de mayo, en la primera mitad del siglo XX, con el fin de verificar los sentidos de libertad propuestos en los textos y su rol en la visibilidad del protagonismo de la población negra en la lucha por la abolición. Esta investigación, de carácter bibliográfico, descriptivo y documental, con abordaje cualitativo, interpreta los discursos difundidos en los diarios y prioriza las clases sociohistóricas de los enunciados, considerando el contexto de la época y las relaciones que pueden ser establecidas con el universo vivenciado por los negros hasta aquel momento. Las hipótesis expresadas por esta tesis están relacionadas con la heterogeneidad y la disonancia en los procesos y en las concepciones políticas manifiestas en los artículos de los diarios, demostrando la pluralidad de visiones de mundo en el camino trazado por los negros en la búsqueda por visibilidad y garantía de derechos en la primera mitad del siglo XX. La aparición de cuestiones asociadas a la educación, ciudadanía, inserción social, conocimiento histórico y unión de los afrodescendientes son elementos que direccionan el camino propuesto por los intelectuales negros en las páginas de sus diarios.

**Palabras-clave:** Prensa Negra en Rio Grande do Sul. Libertad. 13 de mayo. *O Exemplo. A Alvorada.*

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Gazeta do Rio de Janeiro .....	33
<b>Figura 2</b> - Correio Braziliense ou Armazem Literario .....	34
<b>Figura 3</b> - <i>Diário de Porto Alegre</i> .....	46
<b>Figura 4</b> - Jornal A Alvorada - Campanha Pró-Educação .....	88
<b>Figura 5</b> - Lei Áurea, nº 3.353, de 13 de maio de 1888 .....	110
<b>Figura 6</b> - Capa A Alvorada - 14/05/1933 .....	120
<b>Figura 7</b> - Fragmento do jornal O Exemplo, 13/05/1904 .....	128
<b>Figura 8</b> - Capa do jornal A Alvorada - 14/05/1949.....	136
<b>Figura 9</b> - Capa O Exemplo - 13/05/1910.....	139
<b>Figura 10</b> - Capa O Exemplo - 13/05/1904.....	152
<b>Figura 11</b> - Trecho do jornal O Exemplo - 13/05/1904.....	155
<b>Figura 12</b> - Capa O Exemplo - 13/05/1911 .....	157
<b>Figura 13</b> - Capa O Exemplo - 13/05/1925.....	161
<b>Figura 14</b> - Capa A Alvorada - 10/05/1947 .....	162
<b>Figura 15</b> - Capa A Alvorada - 14/05/1950 .....	164

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: O CAMINHO DA IMPRENSA NEGRA.....</b>	<b>27</b>
2.1 AS CORES DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX .....	30
2.2 TRAÇOS DA IMPRENSA NEGRA NO BRASIL.....	40
2.3 TRAÇOS DA IMPRENSA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	43
<b>2.3.1 Os rostos por trás das páginas .....</b>	<b>56</b>
2.4 A REPÚBLICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX .....	60
<b>3 REPÚBLICA, LIBERDADE E CIDADANIA .....</b>	<b>73</b>
3.1 POLÍTICA E CULTURA ENTRE OS NEGROS LIVRES .....	82
<b>3.1.1 O papel da educação na busca pela liberdade.....</b>	<b>84</b>
<b>3.1.2 O poder do associativismo negro .....</b>	<b>93</b>
<b>4 “MAIS UM ANO DA ABERTURA DA ESTRADA DA LIBERDADE”: SER LIVRE É TER LIBERDADE? .....</b>	<b>101</b>
4.1 “LEMBRANÇA DO TRIUNFO DA DEMOCRACIA POPULAR”: A IMPORTÂNCIA DO 13 DE MAIO DE 1888.....	110
4.2 “AUTONOMIA E ORIGINALIDADE NACIONAL”: O PAPEL DO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO .....	126
4.3 “TERMINAÇÃO QUASE COMPLETA DOS SOFRIMENTOS”: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE .....	138
4.4 “HERÓIS DESSA SANTA CRUZADA”: PERSONALIDADES DESTACADAS NAS NARRATIVAS DO 13 DE MAIO .....	152
4.5 “OS NEGROS QUE NÃO SE ENVERGONHAM DE O SER”: DIÁLOGOS COM OS SEUS E OS OUTROS .....	168
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>174</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>182</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>183</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As histórias dos afrodescendentes no Brasil, no período imediato do pós-abolição, evidenciam, constantemente, a dicotomia entre a escravidão e a liberdade. É comum considerar o dia 13 de maio de 1888 como o marco que separa a vida dos afrodescendentes escravizados e a vida dos afrodescendentes livres. No entanto, a partir do próprio texto da Lei Áurea, é possível perceber a nuance que é parte central deste estudo: o artigo 1º da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, declara extinta a escravidão no Brasil, mas, na mesma lei, não há nenhuma menção à palavra liberdade.

A questão da liberdade não foi apresentada no texto da legislação e tampouco foi tomada como eixo explícito nas ações do governo imperial do Brasil. Sendo assim, com a extinção da escravidão, os afrodescendentes construíram a liberdade a seu modo (e assim o fazem até hoje), dispondo de concepções políticas e culturais diversas e atuando em múltiplas frentes. Embora a História dita oficial apresente o contrário, o processo de busca e construção da liberdade, já iniciado durante o cativeiro, teve os africanos e afrodescendentes como protagonistas desde o primeiro momento. Eram eles os principais interessados e aqueles que, obviamente junto a outros grupos, se empenharam nessa ação que teve como um grande elemento a demarcação da sua identidade dentro de um espaço social que, inúmeras vezes, tentou realizar o seu apagamento.

Um dos espaços mais relevantes em que houve atuação dos negros brasileiros no sentido de manifestar a sua identidade foi a imprensa negra, presente no Brasil desde a primeira metade do século XIX, ainda sob a vigência da escravidão. Essa produção, escrita e periódica, protagonizada e direcionada aos negros configura um acervo muito instigante para analisar e compreender as movimentações de uma parcela dos negros brasileiros em relação ao seu modo de vida e aos seus anseios na sociedade. Da forma como aparecem neste estudo, os textos jornalísticos impressos, escritos e destinados aos negros brasileiros, espalhavam-se por todo o território nacional e provocavam, de forma muito atuante, integração, reflexão e modos de ação da população afrodescendente até o século XX. Depois disso, as formas de atuação mudaram um pouco e adaptaram-se aos tempos e às tecnologias da sua contemporaneidade.

Por meio da imprensa negra, em especial, no imediato pós-abolição, é possível visualizar os diferentes mecanismos acionados por sujeitos negros em direção ao que entendiam ser a liberdade. Sendo assim, esta tese, intitulada “*O sol imenso e artificial da liberdade*”<sup>1</sup>: Os sentidos de liberdade na imprensa negra – O 13 de maio nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*”, tem como tema os sentidos de liberdade manifestados na imprensa negra sul-rio-grandense. E, delimitando com mais precisão essa abordagem, trata-se das concepções políticas e culturais que dão visibilidade aos sentidos de liberdade expressos nos textos alusivos ao 13 de maio nos periódicos da imprensa negra do Rio Grande do Sul, *O Exemplo*, de Porto Alegre, e *A Alvorada*, de Pelotas, na primeira metade do século XX.

A escolha pelos textos alusivos ao dia 13 de maio publicados nas semanas de aniversário da data em cada ano deve-se ao fato de que a comemoração da Abolição da Escravatura, especialmente na primeira metade do século XX, ganhava destaque nos periódicos em questão. É perceptível que a página inicial desses periódicos reservava, anualmente, espaço considerável para a discussão acerca da data relacionada à Lei Áurea. Esse referente comum transmite a ênfase das lideranças dos jornais à discussão relativa a esse marco temporal e histórico, eivado de significados importantes para a trajetória do povo afro-brasileiro. Entretanto, embora esta tese debata os textos marcados por essa objetivação, é possível identificar que a discussão centrada nas questões relativas ao dia 13 de maio aparece em outros momentos dos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada*, os quais não são analisados neste estudo.

Ressalta-se que considerar que os jornais da imprensa negra apresentam não apenas um, mas alguns sentidos para a liberdade, denota o caráter heterogêneo da comunidade afrodescendente no Brasil. E, com isso, o olhar em direção a dois jornais do Rio Grande do Sul, localizados em áreas distintas, na capital do estado e no interior, oferece mais subsídios para essa compreensão acerca da pluralidade de pensamento, atuação e posicionamento dos negros brasileiros. Muito se fala do pensamento negro, da luta negra, das reivindicações do povo negro. Entretanto, é violenta a homogeneização desse grupo que apresentava, desde suas raízes históricas no continente africano, ampla diversidade cultural. Destacar a pluralidade de pensamento desses sujeitos é, de alguma forma, contribuir para a devolução das

---

<sup>1</sup> Citação presente no periódico *A Alvorada*, de 13 de maio de 1934.

suas identidades e para o reconhecimento das diversas facetas que compõem essa população até os dias atuais.

A pluralidade de concepções políticas e culturais das comunidades negras e o tratamento desse tema a partir das visões dos homens que lideravam os jornais analisados serão explorados de forma a analisar os componentes de intelectualidade e de reflexão presentes na produção jornalística da imprensa negra. Essa perspectiva levantará aspectos que ainda são pouco conhecidos e explorados pela sociedade brasileira, tanto que ainda não recebem o devido espaço, por exemplo, nos currículos escolares do Brasil. As elaborações mentais e as ações políticas dos afrodescendentes, antes e depois da Abolição da Escravatura, são insuficientemente tratadas pelo corpo da nação, fazendo com que seja desconhecida, na maioria dos espaços sociais, a atuação da população negra nas discussões acerca dos seus destinos como grupo e nas reflexões relativas à construção da república brasileira. O olhar sobre a produção negra a partir de uma ótica intelectual, e não apenas cultural, apresenta-se como valiosa ferramenta na desconstrução dos estereótipos que acompanham a população negra até os dias atuais.

A partir dessa premissa, o objetivo geral deste estudo intenciona analisar as concepções políticas e culturais manifestadas pelos intelectuais da imprensa negra dos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada* nos textos alusivos ao 13 de maio, na primeira metade do século XX, a fim de verificar os sentidos de liberdade propostos nos textos e seu papel na visibilidade do protagonismo da população negra na luta pela abolição e na inserção desse grupo na cidadania brasileira. Para tanto, de maneira mais específica, faz-se necessário: contextualizar o panorama nacional, os veículos da imprensa e as sociedades em que estavam inseridos os autores dos textos alusivos ao 13 de maio nos periódicos *A Alvorada* e *O Exemplo*; identificar as marcas discursivas, expressas pela linguagem, que manifestam as concepções políticas e culturais dos autores dos textos publicados nos jornais analisados; e relacionar as marcas discursivas identificadas com os possíveis sentidos de liberdade atribuídos em relação àquele momento histórico.

Há pesquisas recentes que tratam do tema da imprensa negra e que abordam diferentes aspectos das experiências negras a partir do olhar desses próprios indivíduos. A originalidade à que esta pesquisa se propõe diz respeito ao entendimento de que todo movimento social, mesmo em sua gênese, é composto por pensamentos conflitantes. Dessa forma, analisar a pluralidade de processos culturais



e de concepções políticas manifestada nos discursos da imprensa negra sul-rio-grandense evidencia os diferentes posicionamentos políticos dos sujeitos envolvidos. Assim, dá-se atenção aos pressupostos, às visões de mundo e às elaborações acerca da cidadania negra a partir do olhar desses sujeitos sul-rio-grandenses que viviam cronologicamente próximos ao 13 de maio de 1888.

Nesse sentido, o presente estudo sustenta a ideia de que as discussões relativas ao dia 13 de maio manifestam diferentes processos culturais e concepções políticas que contribuem para a construção de um ideário de cidadania para os negros no Brasil. Essa perspectiva coloca os discursos publicados nos jornais da imprensa negra sul-rio-grandense em diálogo com todo um sistema de existência que, durante muito tempo, foi ignorado ou inferiorizado pelos grupos dominantes e pelos discursos considerados oficiais.

Considerando a relevância desse tema, não há muitos estudos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* dedicados à imprensa negra. As teses de doutorado que discutem e investigam essa perspectiva, em sua maioria, foram publicadas a partir do ano de 2010. Flávio Thales Francisco Ribeiro, em 2010, apresentou a tese intitulada “Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932)”. Fernanda Oliveira da Silva, em 2017, defendeu a tese intitulada “As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)”, que, embora não tratasse especificamente da imprensa negra, fazia uso dessas fontes para a pesquisa. Em 2018, Melina Kleinert Perussatto defendeu a tese “Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c. 1911)”. Recentemente, a tese de doutorado intitulada “Correspondentes a uma “Aspiração de Nossa Classe. O pós-abolição a partir do jornal O Astro (Cachoeira e Rio Pardo – RS)” foi publicada por Aline Sônego, em 2022.

Além desses estudos, outras duas produções no âmbito do doutorado foram publicadas e tornaram-se valiosas para esta tese. O trabalho de José Antônio dos Santos, publicado em 2011 e intitulado “Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional”, e a tese de Ricardo Costa de Sousa, intitulada “Instrução e circulação da palavra escrita: o caso do jornal *O Exemplo* (Porto Alegre, RS, 1892-1930), publicada em 2019.

No que se refere às dissertações de mestrado, também não foram encontrados muitos estudos dedicados ao tema. Um trabalho que é referência nas discussões

acerca do jornal *A Alvorada* foi realizado, ainda no ano 2000, por José Antônio dos Santos, intitulado "Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas, 1907-1957". Após essa data, entre as dissertações que possuem acesso mais facilitado estão: o estudo de Gilmar Luiz de Carvalho, intitulado "A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências", publicado em 2009; a investigação concluída em 2011, de Fernanda Oliveira da Silva, intitulada "Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)"; a pesquisa de Angela Pereira de Oliveira com o título "A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada –1920-1935", de 2017; e o trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto, de 2006, chamado "De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)". Esta última, em sua versão em livro, foi essencial para as reflexões desta tese. Consta ainda de modo on-line o Trabalho de Conclusão de Curso de Lisandra Sabrina Castilhos Meireles, intitulado "Imprensa negra do Rio Grande do Sul: uma análise da primeira fase do jornal O Exemplo (1892-1897)", de 2018.

É possível perceber que esses estudos não são numerosos e tampouco muito distantes da atualidade, do que se conclui que o acesso e o interesse pela imprensa negra no Brasil são perspectivas recentes como enfoque no mundo acadêmico, no que se refere a pesquisas e escritas mais longas. Em geral, há mais produção científica sobre o tema resultando em artigos publicados em revistas ou apresentados em eventos.

Dentre os artigos encontrados *on-line* de forma acessível, é possível perceber que estes foram publicados nos últimos 20 anos. O estado da arte citado a seguir concentra-se, então, neste período. Embora saiba-se que há menções à imprensa negra em pesquisas anteriores, as referências são menos numerosas e não tão acessíveis virtualmente.

No início dos anos 2000, encontram-se os seguintes estudos relativos à imprensa negra: "Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950", de Antonio Sérgio Alfredo de Guimarães (2003); "O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas", de Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004); e "A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910)", de Diogo de Moraes Vieira e Maria Angélica Zubarán (2006).

A partir de 2010, percebe-se um aumento das produções que utilizam essa fonte nas investigações. Os estudos referentes a essa categoria de imprensa que estão disponíveis para leitura *on-line* são: "Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil", de José Antônio dos Santos (2011); "A imprensa negra e o futebol em São Paulo no início do século XX", de Bruno Otávio de Lacerda de Abrahão e Antonio Jorge Gonçalves Soares (2012); "Branças de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)", de Giovana de Xavier (2012); "Representações, Práticas Culturais e Pedagogias das Comemorações na Imprensa Negra no Rio Grande do Sul (1920-1930)", de Maria Angélica Zubaran, Jéssica Santos de Lima e Thanise Guerini Atolini (2013); "O lugar da mulher na Imprensa Negra Paulistana (1915-1924)", de Marina Pereira de Almeida Mello (2013); "Segredos de penteadeira: conversas transnacionais sobre raça, beleza e cidadania na imprensa negra pós-abolição do Brasil e dos EUA", de Giovana de Xavier (2013); "A Reinvenção da Abolição e dos Abolicionistas no Jornal O Exemplo: representações e pedagogias culturais (1920-1930)", de Thanise Guerine Atolini e Maria Angélica Zubaran (2014); "Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro", de Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2014); "Pelo "aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos": a demanda por instrução na imprensa negra porto-alegrense no pós-abolição", de Melina Kleinert Perussatto (2015); e "Imprensa Negra no Rio Grande do Sul: "Raça" e Gênero na Campanha ao Monumento da "Mãe Preta" (1920-1930), de Maria Angélica Zubaran e Bianca Salazar Guizzo (2015).

A imprensa negra como foco de pesquisa permaneceu com certa visibilidade depois de 2015, apresentando abordagens como: "Imprensa negra: memórias, patrimônios documentais e educação antirracista", de Juliana Ribeiro de Vargas e Maria Angélica Zubaran (2016); "A imprensa negra brasileira: a importância dos periódicos editados por negros no começo do século XX", de Franciele Rodrigues Guarienti (2016); "Aspectos sobre o percurso histórico do jornal enquanto fonte para a construção histórica: o caso da imprensa negra sulina com base no O Exemplo e A Alvorada", de Ângela Pereira Oliveira (2016); "A imprensa negra do Rio Grande do Sul e alguns de seus homens", de Ângela Pereira Oliveira (2017); "Sujeitos, projetos e lutas políticas: um olhar sobre a imprensa negra em Bagé/RS no Pós-abolição (1913-1952)", de Tiago Rosa Silva (2018); "Imprensa negra brasileira na internet", de Valmir de Araújo (2017); "Transgredindo as margens e forjando histórias: a imprensa negra na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição", de Fernanda Oliveira da Silva (2018);

"Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras", de Maria Angélica Zubaran (2016); "A Imprensa negra como fonte para a história social do negro", de Ângela Pereira Oliveira (2018); e "Os homens de cor invisíveis da imprensa negra paulistana: como a biografia de um intelectual negro nascido no século dezenove auxilia a repensar a historiografia do pós-abolição paulistano", de Livia Maria Tiede (2018).

Mais recentemente, entre os anos de 2019 e 2021, outros enfoques foram sendo trazidos ao cenário acadêmico, colocando a produção da imprensa negra em evidência. É possível citar os trabalhos: "Produzindo e Educando Mulheres no Jornal O Exemplo: entre o espaço do lar e o direito à instrução e à emancipação" de Maria Angélica Zubaran, Juliana Ribeiro Vargas e Cristina Camaratta Bahia (2019); "Memórias de Pelotas na imprensa negra: o olhar de Rodolfo Xavier em A Alvorada", de Ângela Pereira Oliveira Balladares (2019); "Aurora da liberdade: o pós-abolição nos escritos de Sophia Ferreira Chaves na imprensa negra (Porto Alegre, 1904-1905)", de Melina Perussatto (2019); "O Jaguareense no jornal A Alvorada (1932-1934): imprensa negra e política na fronteira Brasil-Uruguai", de Caiuá Cardoso Al-Alam (2020); e "Imprensa negra e cidadania: conteúdos do Correio Nagô, Mundo Negro e Nação Z", de Valmir Teixeira de Araújo e Cicilia Maria Krohling Peruzzo (2021).

Alguns artigos não mencionados têm trechos citados no corpo do texto e, por isso, são incluídos de forma completa nas referências desta tese. Todavia, cabe ressaltar que não são muitas as obras que tratam desta temática e ainda parece essencial continuar os estudos acerca da imprensa negra no Brasil, visto que há fontes não investigadas e há possibilidades existentes nos materiais já observados para estudos sob outras perspectivas. Nesse sentido, a investigação acerca do 13 de maio e das visões sobre a liberdade parece dar uma continuidade significativa às releituras possíveis acerca da imprensa negra.

A relevância do tratamento deste tema corresponde à crescente visibilidade das questões étnico-raciais, trazendo à tona, cada vez mais, a perspectiva do protagonismo negro à discussão acadêmica. Nesse sentido, abandona-se o olhar que atribuía ao negro brasileiro uma posição de submissão e desinteresse, procurando refletir sobre sua presença e atuação nas mais diversas manifestações, incluindo a política e a cultura. Neste estudo, em especial, as construções discursivas dos intelectuais negros do interior e da capital do Rio Grande do Sul podem ser analisadas como importantes formas de atuação social e política desses indivíduos, acionando

dimensões de participação que durante muito tempo pareceram não ter sido ocupadas por esses sujeitos.

Desse modo, os méritos científicos de um estudo nesse sentido vinculam-se ao fato de que ainda há muitas lacunas no que se refere ao tratamento do tema da identidade negra, suas representações e manifestações políticas e culturais. Os estudos culturais e históricos têm procurado contemplar esse hiato, no entanto, ainda há muitos documentos, personagens e formas de atuação que permanecem intocáveis, bem como há vazios em determinados espaços de tempo e de localidade. Ampliar o olhar sobre as diferentes temporalidades, locais e formas com que o negro brasileiro esteve e está presente na história do país contribui para o reconhecimento e a afirmação de aspectos essenciais da formação da nossa identidade como nação.

Do ponto de vista social, as abordagens sobre o negro no Rio Grande do Sul enfatizam a sua relevância na constituição cultural dessa unidade da federação. Considerando que são recorrentes as associações entre o povo do Rio Grande do Sul e uma matriz cultural ligada à imigração europeia, muitas vezes, há certa marginalização de outros grupos sociais que constroem esse território. Assim, foi perceptível, ao longo de muito tempo, a minimização das discussões importantes ligadas à visibilidade, ao pertencimento e à identidade dos negros sul-rio-grandenses. Tratar dessa temática favorece o amadurecimento das reflexões sobre o lugar do negro no Rio Grande do Sul e contribui com uma produção científica capaz de ampliar interesses e fornecer subsídios à expansão das pesquisas nesse campo.

No âmbito profissional, o interesse pessoal pelos estudos na área da cultura e, em especial, no que tange às questões da identidade negra no Brasil, possibilitam a continuidade das pesquisas iniciadas na pós-graduação *lato sensu* e que foram fortalecidas no âmbito do mestrado. Em uma perspectiva interdisciplinar, essa abordagem desempenha o papel de relacionar aspectos relativos aos estudos sobre a memória, a imprensa, o pós-abolição, a política, os discursos e as questões étnico-raciais. Desse modo, são contempladas as áreas da História, Comunicação e Literatura, permitindo maior abrangência na análise do objeto de pesquisa.

O caminho percorrido até o interesse por esta temática tem relação com a trajetória pessoal da pesquisadora, considerando suas raízes étnicas e as experiências sociais vividas e observadas nos diferentes espaços em comunidade. É inegável que as vivências de uma mulher negra, mesmo após 133 anos da abolição da escravatura, são, ainda, permeadas por algumas das discussões realizadas pelos

intelectuais da imprensa negra destacados neste estudo. Sendo assim, antes de serem pesquisados, os diferentes sentidos de liberdade foram, de alguma forma, experienciados.

Mas, como mencionado anteriormente, as pesquisas sobre as vivências negras não iniciaram aqui. Antes dos sentidos de liberdade propriamente ditos, a pesquisadora debruçou-se sobre as representações do negro no cinema brasileiro, o que, de algum modo, têm relação com as rupturas já idealizadas pelos protagonistas dos periódicos analisados nesta tese. Durante muito tempo, as formas como os negros foram representados no cinema mantinham relações com o olhar dos brancos sobre aquele grupo social, silenciando a busca pela liberdade almejada por eles e impedindo que os próprios negros pudessem representar a si mesmos.

Assim, estudar as produções cinematográficas mais recentes e refletir sobre o silenciamento dos afrodescendentes no que diz respeito a poderem narrar suas vivências e anseios, despertou o interesse da pesquisadora sobre as vozes desses negros no imediato pós-abolição. Desenrolar o fio da História até o momento após o rompimento institucional com a escravidão, para compreender as recentes representações e, também, as atuais reivindicações, pareceu ser o caminho mais frutífero. O que pensavam os negros logo após a Lei Áurea? Como estavam organizados? Como perceberam e vivenciaram as deficiências da legislação? Quais caminhos tomaram em busca da liberdade efetiva? Que desafios encontraram para a efetivação da sua cidadania? Como os afrodescendentes entendiam a memória do dia 13 de maio?

Essas e outras questões inspiraram o problema desta investigação que pode ser expresso da seguinte forma: Quais concepções políticas e culturais relacionadas ao 13 de maio e quais os sentidos de liberdade vigentes na primeira metade do século XX foram expressos na imprensa negra do Rio Grande do Sul e de que modo incidiram sobre a visibilidade do protagonismo negro nas lutas pela abolição da escravatura? A partir deste problema, tecem-se as possibilidades interdisciplinares para pesquisa, reflexão e análise do contexto de produção e dos materiais que são fonte deste estudo.

A linha de pesquisa Memória e Identidade, a qual esta tese está vinculada, trata, de modo interdisciplinar, da investigação das manifestações e processos culturais resultantes das representações da memória e das identidades. No caso específico desta tese é possível reconhecer e destacar elementos da memória e da

identidade dos negros do Rio Grande do Sul a fim de perceber os sentidos de liberdade propostos pelos grupos sociais representados por aqueles autores. Além disso, um estudo neste sentido contribui para a manutenção da memória e da identidade do grupo social em análise, visto que fazer releituras de épocas, textos e personalidades tem o importante papel de tirar do anonimato certos aspectos de nossa história, ressignificando as trajetórias que, por diversas razões, foram silenciadas ou, por que não dizer, vistas de modo equivocado.

O enfoque desta tese tem como principais categorias a serem analisadas a questão da liberdade como possibilidade de existência plena e de tomada de decisão; a ideia de cidadania enquanto integração dos indivíduos, com direitos e deveres, vinculados ao Estado; as concepções políticas, considerando as diferentes formas de atuação, organização e interação dos indivíduos em sociedade; e as concepções culturais, partindo da capacidade humana de manifestação e produção de pensamentos, ações, materiais e representações de maneira coletiva.

A partir dessa perspectiva, lançam-se as hipóteses de que, para além do embate sociopolítico travado pelos negros com a sociedade branca no imediato pós-abolição, há também heterogeneidade e dissonância nos processos culturais vivenciados e nas concepções políticas manifestadas nos discursos dos sujeitos que atuavam nos periódicos da imprensa negra sul-rio-grandense, *O Exemplo* e *A Alvorada*. Essa pluralidade e os conflitos discursivos internos são fatores determinantes para a discussão, o amadurecimento e a construção de paradigmas que mobilizam as pautas políticas do Movimento Negro até os dias de hoje.

Os discursos veiculados nos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada* manifestam-se como território de disputa de sentidos entre os próprios membros da imprensa negra, com especificidades no interior e na capital do estado do Rio Grande do Sul. Essas visões de mundo distintas representam um caminho heterogêneo na busca por visibilidade e garantia de direitos da comunidade negra do Brasil no imediato pós-abolição.

Outra hipótese trazida por este estudo é a de que os textos alusivos ao 13 de maio nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* e, também, o contexto de produção dos periódicos evidenciam a luta de parte do movimento negro do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, para que a data da Abolição da Escravatura fosse reconhecida como um marco importante da campanha abolicionista protagonizada pelos negros brasileiros no final do século XIX. No entanto, o cenário político da época,

as prioridades divergentes e a crescente manutenção do racismo acabaram por esvaziar a data do protagonismo negro, contribuindo para que, posteriormente ao período pesquisado, o discurso referente ao papel da Princesa Isabel e dos agentes do governo ganhasse evidência, em detrimento da ação dos negros nessa disputa política.

A fundamentação teórica que orienta o processo analítico-interpretativo do problema está ligada, principalmente, à historiografia relacionada às questões raciais brasileiras. No entanto, no que se refere às construções discursivas, a referência teórica tem como base os estudos de Mikhail Bakhtin (1981, 2009, 2011), destacando os agentes em jogo nos discursos, as vozes sociais e a interdiscursividade presente nas publicações e manifestações. Bakhtin (2009) entende que o discurso, advindo de um processo histórico e social, tem uma intencionalidade e responde a enunciados que vieram antes, em uma atitude de interatividade denominada atitude responsiva. Sendo assim, os discursos da intelectualidade negra do período próximo à abolição da escravatura, no interior e na capital do Rio Grande do Sul, são postos em ininterrupto diálogo com outros discursos, anteriores e posteriores, que desempenham papel fundamental nas construções mentais acerca da identidade negra no país. Essa perspectiva dá especial atenção aos pressupostos, às visões de mundo e a elaborações acerca do que viria a ser a busca pela cidadania negra após a abolição.

No que se refere aos estudos ligados à memória, a base teórica mais ampla está nos estudos de Fernando Catroga (2016) e de Michael Pollak (1989, 1992). Além deles, o estudo da memória do 13 de maio com base na produção acadêmica de Maria Angélica Zubaran (2008), Renata Figueiredo Moraes (2007), Magna Lima Magalhães (2017) e de Walter Fraga Filho (2021), possibilita realçar a identidade negra e refletir sobre a forma como esse elemento social se enquadra na memória da nação. Segundo Michael Pollak (1989), essa memória, que por algum tempo foi silenciada pela história oficial, vem à tona como “memória subterrânea” de um grupo marginalizado e que demorou a encontrar seu espaço de valorização política e social no Brasil. É importante entender “memória subterrânea que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 5), como um conceito apropriado à situação da memória dos negros na história brasileira.

As interpretações conferidas ao 13 de maio por aqueles que viveram cronologicamente próximos a esse momento histórico brasileiro são analisadas a



partir de uma perspectiva que considera essencial o conhecimento acerca da imprensa negra no Brasil. Para isso, os estudos da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010, 2014) e de José Antônio dos Santos (2003, 2011) trazem significativas contribuições. A importância da imprensa negra, surgida no século XIX e fortalecida no século XX, refere-se à relevância de uma voz marginalizada, mas que, ao mesmo tempo, representava a experiência de vida da maioria da população do país. Sobre a imprensa negra no Rio Grande do Sul, os estudos estão concentrados em artigos acadêmicos principalmente aqueles ligados à pesquisadora Maria Angélica Zubaran (2006, 2008, 2009). Sobre o uso dos jornais como fonte e as especificidades da imprensa no Brasil, são necessários os estudos Maria Helena R. Capelato (1988), Claudio Pereira Elmir (2012), Antônio Hohlfeldt (2006), Marco Morel (2013), Francisco Rüdiger (1993), Carlos Werneck Sodré (1966) e René Barata Zicman (1985).

Já os autores Hebe Maria Matos (1998, 2005), Sidney Chalhoub (2011), Paulo Roberto Staudt Moreira (2006) abordam aspectos que permitem a interpretação dos significados e das relações estabelecidas pelos negros na resistência à escravidão e no pós-abolição, permitindo a “compreensão das atuações políticas de atores individuais e coletivos segundo seus próprios códigos culturais, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e suas sensibilidades” (ALMEIDA, 2012, p. 157). Não há como analisar qualquer período histórico sem considerar de modo genuíno as formas de existência vivenciadas pelos sujeitos envolvidos.

Avaliar a presença e a atuação do negro no país, em especial no Rio Grande do Sul do início do século XX, vai na contramão do que se fez anteriormente quando o período pós-abolição foi visto apenas como herança do cativo. Desse modo, outros autores que problematizam o papel social do negro e que tratam de aspectos ligados ao racismo na sociedade brasileira auxiliam na interpretação das relações sociais estabelecidas por esse grupo e dos discursos proferidos no passado e no presente em relação à questão racial no Brasil. Os estudos de Thomas Skidmore (1976), Lilia Schwarcz (1987, 1993), Andreas Hofbauer (2006), Antônio Sergio Alfredo Guimarães (1999), Flávio Gomes (2005) e Domingues Petrônio (2004, 2009, 2014) contribuem com sua apreciação das condições sob as quais os afrodescendentes brasileiros construíram sua identidade e resistiram às diferentes formas de sepultamento do seu protagonismo social.

A memória do 13 de maio, a pluralidade de processos culturais em que os negros sul-rio-grandenses estiveram envolvidos e as concepções políticas

manifestadas nos discursos da imprensa negra do Rio Grande do Sul são vistos como território de disputa de significados e de representações das identidades negras, expondo as formas de resistência e compondo mais um capítulo na história do entendimento da construção da cidadania dos negros no Brasil.

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, de abordagem qualitativa. E, considerando a intenção de abordar a pluralidade de processos culturais e de concepções políticas manifestadas nos discursos da imprensa negra sul-rio-grandense, esta investigação toma como caminho metodológico a análise discursiva, a partir da perspectiva da teoria dialógica de Mikhail Bakhtin (1981, 2009, 2011), priorizando o caráter sócio-histórico dos enunciados. Cabe ressaltar que esta abordagem não intencionou aplicar as etapas da análise de discurso da corrente francesa, em que há fases e elementos específicos para a construção metodológica. Nesta tese, a partir de uma escrita eminentemente historiográfica, os discursos são analisados sob uma perspectiva de reflexão e conexão entre as fontes, os autores e o percurso intelectual da pesquisadora.

O jornal, por sua vez, é entendido “como uma das maneiras, como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziram, refletiram e representavam percepções e valores da época” (SCHWARCZ, 1987, p. 17). Diante disso, a escolha pela análise discursiva possibilita a interpretação dos enunciados e a contextualização dos discursos obtidos nessas fontes. Ressalta-se que “a imprensa e o seu uso na pesquisa têm por meta auxiliar na reconstituição histórica, no intuito de apreender mudanças, transformações, relações sociais, formas de comportamento, entre outros, possibilitando pensar sobre o cotidiano e os seus diferentes sujeitos” (MAGALHÃES, 2017, p. 199). Dessa forma, a análise dos textos dos jornais publicados no imediato pós-abolição configura-se como importante repositório de elementos históricos e questões emblemáticas que precisam ser trazidas ao conhecimento das sociedades.

A escolha da análise discursiva dá-se pelo interesse na interpretação do texto jornalístico, considerando seus aspectos abrangentes. Em consonância com essa perspectiva, o estudo estará apoiado nos subsídios do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989), no tocante à leitura intensiva dos periódicos e na busca pelo rastreamento de sinais, indícios e signos. Assim, as contribuições da historiografia pertinente ao tema e o referencial teórico para interpretação dos discursos são colocados em diálogo, a fim de construir a análise do objeto delimitado. As

informações apresentadas nos jornais e os discursos oriundos desses e de outros materiais possibilitaram a construção da análise relativa aos processos culturais vivenciados e às concepções políticas dos sujeitos manifestados nos discursos dos periódicos da imprensa negra do Rio Grande do Sul.

A pesquisadora utilizou textos digitalizados cujo referente constante são as comemorações alusivas ao dia 13 de maio e que foram publicados no jornal *O Exemplo*, periódico semanal da imprensa negra de Porto Alegre, e no jornal *A Alvorada*, periódico semanal da imprensa negra de Pelotas. Os textos do jornal *O Exemplo* compreendem os anos de 1904 a 1929, totalizando 17 produções extensas alusivas ao 13 de maio nessas edições. Já em relação ao jornal *A Alvorada*, a pesquisadora analisou 16 textos digitalizados que correspondem aos anos de 1930 a 1950, totalizando 9 edições relativas ao 13 de maio.

O material digitalizado do jornal *A Alvorada* foi obtido por meio de contato *online* com os funcionários da Biblioteca Pública Pelotense - Pelotas-RS, que gentilmente encaminharam as fotografias de todos os materiais solicitados. Em relação ao jornal *O Exemplo*, de Porto Alegre, o acesso aos exemplares deu-se pela hemeroteca online do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, à hemeroteca online da Biblioteca Nacional Digital e ao Acervo da Cultura Afro-brasileira, ligado ao Ministério da Cultura, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de Pernambuco. Cabe ressaltar que a periodicidade desses veículos foi interrompida em certos momentos e, por isso, alguns anos não foram contemplados no universo cronológico delimitado para a pesquisa.

Para isso, o texto da tese está organizado da seguinte forma: o segundo capítulo, intitulado “Do Império à República: o caminho da imprensa negra”, trata do contexto histórico de surgimento da imprensa e da imprensa negra no Brasil e no Rio Grande do Sul do século XIX e também aborda a contextualização do Brasil na primeira metade do século XX, período em que os textos dos jornais analisados foram publicados. Sendo assim, este capítulo traz uma ambientação histórica acerca do universo em que estavam inseridos os jornais e as pautas negras ligadas à liberdade nos séculos XIX e XX.

O terceiro capítulo, intitulado “República, liberdade e cidadania”, discute as categorias de liberdade e de cidadania nos contextos nacional e internacional dos séculos XIX e XX, apontando as relações existentes entre esses elementos e as concepções políticas e culturais da época. Nesse sentido, também é apresentada a

discussão acerca do Movimento Negro no Brasil e dos diferentes territórios de disputa em que os afrodescendentes pautaram suas reivindicações e visões de mundo, especialmente no Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo, denominado “ ‘Mais um ano da abertura da estrada da liberdade’: Ser livre é ter liberdade?”, é realizada a análise dos textos alusivos ao 13 de maio de 1888 nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, destacando os discursos proferidos pelos intelectuais negros dos periódicos e relacionando-os ao referencial teórico e à construção realizada nos capítulos anteriores, com vistas a contemplar a questão norteadora apontada como problema desta tese. Os eixos temáticos que agregam os textos dos jornais estão divididos nos seguintes temas: a importância do 13 de maio; a construção da nação e da república; os caminhos em direção à liberdade; as referências religiosas; e a representatividade negra, em alusão às personalidades que mereceram destaque nas narrativas sobre o 13 de maio.

Por fim, as considerações finais sinalizam as principais contribuições de cada capítulo, as quais, posteriormente, embasam as ligações teóricas e históricas necessárias para o cumprimento dos objetivos propostos por esta tese, apresentando algumas das concepções políticas e culturais manifestadas pelos intelectuais da imprensa negra dos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada* e verificando os sentidos de liberdade propostos nos textos alusivos ao 13 de maio e seu papel na visibilidade do protagonismo da população negra na luta pela abolição.

## 2 DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: O CAMINHO DA IMPRENSA NEGRA

Este capítulo trata da contextualização histórica das perspectivas abordadas em relação aos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Embora a análise geral proposta refira-se à primeira metade do século XX, é fundamental entender o panorama do Brasil em relação à imprensa no século XIX, período em que o país ainda era regido por uma monarquia e apresentou as primeiras produções relacionadas ao jornalismo, inclusive ao jornalismo escrito e direcionado aos negros.

O surgimento da imprensa e o posterior nascimento de uma imprensa negra no Brasil localizam-se precisamente no século XIX, durante a fase imperial brasileira, que iniciou no ano de 1822, a partir da emancipação do Brasil em relação à Portugal, e terminou em 1889, com a Proclamação da República. Compreender de modo geral a situação, a relevância e as posições da imprensa durante o período imperial possibilitam o entendimento acerca da relevância da escrita negra, ainda sob a vigência da escravidão e, posteriormente, no pós-abolição. O protagonismo afrodescendente na imprensa do Brasil e, em especial, do Rio Grande do Sul oferece nuances importantes para o século que presenciou a transição da monarquia para a república no Brasil.

Em seguida, este capítulo também destaca as décadas iniciais do século XX, período em que os textos a serem analisados nesta tese foram escritos. A primeira metade dos anos 1900 revela elementos que ainda dialogam com a fase imperial (e por que não dizer, também, com o período colonial brasileiro), mas que apontam para um Brasil sonhado a partir da chegada da República. O surgimento das "imprensas brasileiras" no século XIX e o contexto político e social da primeira metade do século XX desenham o cenário histórico das diferentes concepções de liberdade defendidas pelos intelectuais negros dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*.

Quando se aborda a questão da intelectualidade negra, é relevante destacar que tratar dos sujeitos afrodescendentes que estavam à frente dos jornais da imprensa negra e que também fizeram parte de outros veículos da imprensa ao longo do século XIX, intensificando sua presença no século XX, traz à tona um elemento muitas vezes negligenciado na produção historiográfica que foi referência durante muito tempo. Atualmente, tem sido mais comum destacar pessoas negras como expoentes em diversos ramos da produção intelectual e científica do Brasil. No entanto, quando lançamos o olhar para os séculos anteriores, essa perspectiva não era comum.

A produção historiográfica e, conseqüentemente, os produtos culturais derivados dessas pesquisas salientavam a existência negra no Brasil a partir de uma influência eminentemente cultural. Tal tratamento não pode ser visto como demérito para a sociedade negra, já que a participação africana e dos seus descendentes tem um prestígio ímpar no que se refere à construção cultural brasileira. Entretanto, o silenciamento e a falta de interesse pelas contribuições dos afrodescendentes no campo intelectual têm um impacto negativo muito significativo nas formas pelas quais esses indivíduos são vistos pela sociedade.

Nesse sentido, ao destacar o surgimento da imprensa no Brasil e, posteriormente, a ascensão de uma imprensa negra, este texto contribui para que se coloque em evidência a preciosa atuação de personalidades negras que, a partir do seu desempenho intelectual, contribuíram consideravelmente na construção de sentidos, significados e abstrações relacionadas, não só à existência negra, mas também à idealização do que pretendiam que fosse a sociedade brasileira. Pensar em uma intelectualidade negra, que se afirmou na manifestação escrita do século XIX e do início do século XX, é atribuir à população negra outro campo de atividade que não se associa somente aos tão divulgados atributos físicos e artísticos.

A contribuição intelectual dos pensadores pertencentes à imprensa negra é vista, neste texto, como um importante motor de propulsão para as questões essenciais alusivas à efetiva integração dos negros na sociedade. Além, é claro, de documentar, por meio da expressão escrita, os anseios e as reflexões de um grupo representativo de afrodescendentes que não se via traduzido nas manifestações escritas de outros sujeitos. Antes de ocuparem esse espaço, as interpretações acerca da existência negra não contemplavam as nuances que pudessem retratar de forma mais efetiva esses indivíduos. Sendo assim, as experiências negras, muitas vezes, não foram reveladas em sua amplitude e chegaram à atualidade com lacunas que necessitam de elucidação e desenvolvimento. Nesse contexto, os textos da imprensa negra aparecem como um produto respeitável capaz de contribuir com o preenchimento dessas lacunas, fazendo emergir dos textos as vozes que foram por muito tempo caladas ou ignoradas.

Cabe aqui, também, uma ressalva importante acerca da questão da abolição e do pós-abolição como fronteiras para as discussões levantadas nesta tese. Questão que se coloca em paralelo com a periodização histórica, que, de alguma forma, associa os períodos colonial e monárquico do Brasil à escravidão e ao silenciamento

dos afro-brasileiros, apondo-os à República, com a ideia de liberdade e da aparição dos negros como sujeitos históricos.

A abolição da escravatura, assinada em 1888, não pode ser vista como o início da história e do protagonismo negro. Assim como não pode ser considerada como o marco final de uma história de violência e segregação racial. Por isso, historiadores como Wlamyra de Albuquerque (2009) indicam uma fronteira porosa entre a escravidão e a liberdade, em que as características de uma e de outra condição podem ser percebidas nas trajetórias dos negros antes e depois do dia 13 de maio de 1888.

É por isso que o campo historiográfico do pós-abolição precisa levar em consideração toda a caminhada dos escravizados e dos negros, mesmo antes da assinatura da Lei Áurea. Dessa forma, é possível construir um olhar que identifica, nos atos de rebeldia, nas negociações e nas diferentes formas de alforria, elementos essenciais para as lutas políticas relacionadas à cidadania negra ao longo do século XX. Constrói-se, assim, a “compreensão das atuações políticas de atores individuais e coletivos segundo seus próprios códigos culturais, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e suas sensibilidades” (ALMEIDA, 2012, p. 157). Diante dessa visão, os negros escravizados e libertos, durante as fases colonial e monárquica do Brasil, apresentavam formas de resistência e de luta pelos direitos, em direção a caminhos para a liberdade, já durante o cativeiro. Segundo Paulo Roberto Moreira (2006), essas estratégias tiveram grande valor tanto em relação à maneira como a escravidão seria suportada, como um ativo papel no desgaste do sistema escravocrata.

Considerando esses elementos historicamente anteriores ao dia 13 de maio e identificando que, também após essa data, houve inúmeras continuidades herdadas da escravidão, este estudo avalia e discute a questão do pós-abolição não só como o período imediato após a assinatura da Lei Áurea, mas, sobretudo, posiciona-se a partir dessa porosidade que evidencia rupturas e continuidades nas trajetórias negras antes e depois desse marco temporal. Os estudos como este, relativos ao campo do pós-abolição, dialogam muito mais com as manifestações negras com vistas à construção da sua cidadania e dignidade, do que com relação a um limite estabelecido por datas e marcos específicos.

Sendo assim, tratar dos sentidos de liberdade na imprensa negra do Rio Grande do Sul, a partir das comemorações e menções ao 13 de maio nos jornais O

*Exemplo e A Alvorada*, requer um olhar atento para além das discussões trazidas pela História dita oficial. Os africanos e os afrodescendentes estabeleciam, desde o cativeiro, ações que visavam à busca e à construção de possibilidades de liberdade adequadas às diferentes situações vividas por esses grupos.

Em relação à imprensa, por exemplo, o que se segue, neste texto, são as articulações, lideradas pelos negros, por meio da palavra escrita, no sentido de apresentar, discutir e viabilizar ideais de liberdade e de cidadania possíveis em seus contextos, rivalizando com a imprensa tradicional os discursos apresentados e os espaços destinados aos negros nas sociedades em que estavam inseridos. Tais ações já eram realizadas e continuaram existindo depois do surgimento da imprensa negra no Brasil, também por parte dos negros que integravam as equipes dos jornais tradicionais. No entanto, na imprensa negra, essas vozes eram reforçadas por seus pares e pela ampliação dos temas de interesse dos afro-brasileiros.

O campo historiográfico do pós-abolição procura reconhecer os escravizados africanos e os negros livres como sujeitos históricos indispensáveis para a formação e a consolidação das sociedades estabelecidas no continente americano. E, a partir desse reconhecimento, busca perceber e refletir acerca dos movimentos realizados em direção à discussão sobre direitos, identidade e pertencimento dos negros nas sociedades as quais fazem parte.

Ao destacar esses aspectos, vem à tona a ideia de cidadania, que, segundo Ana Maria Rios e Hebe Maria Matos (2004, p. 192), “é um conceito essencialmente mutável, e apenas começamos a nos aproximar de uma História que dê conta de suas múltiplas facetas”. A questão da cidadania será abordada nos capítulos subsequentes, a partir dos entendimentos atuais acerca do tema, mas, sobretudo, dialogando com as perspectivas adotadas pelos sujeitos históricos na época em que os jornais foram produzidos. Dessa forma, procura-se compreender as visões de cidadania e de liberdade propostas e vividas por quem ativamente buscava por esses ideais.

Antes disso, porém, é importante identificar os principais aspectos sobre a imprensa no Rio Grande do Sul em conformidade com o surgimento da imprensa negra nesse contexto.

## 2.1 AS CORES DA IMPRENSA NO BRASIL DO SÉCULO XIX



A imprensa no Brasil tem sua história associada ao registro de elementos sociais importantes para que se possa compreender e refletir sobre as diferentes formas pelas quais os brasileiros construíram as suas narrativas e organizaram seu modo de viver e conviver, destacando impressões, lutas, características e movimentações em todos os âmbitos, inclusive e principalmente, no que se refere à política. Nesse sentido, esta seção tem como principal objetivo delinear aspectos referentes ao contexto de surgimento da imprensa no Brasil, destacando a aparição, quase simultânea à tradicional, de uma imprensa produzida e destinada aos afrodescendentes brasileiros e, a partir disso, a emergência de dois expressivos jornais desse gênero no Rio Grande do Sul: *O Exemplo*, o primeiro jornal da imprensa negra sul-rio-grandense e *A Alvorada*, o periódico negro do Rio Grande do Sul que circulou por mais tempo no Brasil.

A questão da imprensa em território brasileiro apresentou, já em suas primeiras décadas, as marcas da profunda divisão social que caracterizou o período colonial e atravessou, sem alterações, a passagem para a fase imperial do Brasil. Assim como na maioria das esferas, a atividade ligada à imprensa manifestava a divisão racial existente no Brasil, visto que não havia espaço nem interesse por parte dos jornais recém-criados em tratar dos assuntos de relevância à imensa comunidade negra presente no país. Os itens dos jornais que tratavam da população negra estavam, em sua maioria, grifados por um olhar antagônico que ora mantinha as relações de forma a afirmar uma pretensa superioridade de uns sobre os outros, ora anulava o protagonismo dos negros em relação a sua própria história.

Para reconstituir alguns elementos da história dessa imprensa no Brasil e contextualizar o nascimento e as pretensões de uma produção jornalística escrita e destinada aos negros brasileiros, faz-se necessário compreender as relações do Brasil com a imprensa ainda no período colonial e, posteriormente, a sua oficialização já na fase monárquica. É importante destacar que o uso da palavra escrita como meio de divulgação de ideias e de concentração de forças para a reflexão acerca do cenário social é uma ferramenta essencial para que diferentes grupos possam veicular e registrar seus posicionamentos para além do círculo de convivência e de alcance próximo das pessoas que se utilizam dessa estratégia. Num período em que, diferente da atualidade, os meios de comunicação não chegavam rapidamente a distâncias consideráveis, os jornais eram os instrumentos mais consolidados e elaborados para cumprir a função de ultrapassar limites territoriais.

A Colônia Portuguesa na América já recebia jornais produzidos na Europa desde o século XVIII. E nesse mesmo século, a imprensa periódica produzida no Brasil deu seus primeiros sinais, com tentativas extraoficiais de circulação de impressos, diários e panfletos, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais<sup>2</sup>. Entretanto, considerando a condição colonial do Brasil, essas iniciativas foram sufocadas pelo governo da metrópole, Portugal. A esse significativo empecilho externo, juntavam-se também fatores de ordem interna que impossibilitaram o progresso e a consolidação da imprensa no Brasil de maneira mais constante e oficial. Sobre isso, a historiadora Maria Helena Capelato (1988, p. 38) diz que

A Coroa sempre criou obstáculos ao seu desenvolvimento para impedir que as críticas à dominação metropolitana se propagassem através de folhas impressas. Além disso, os núcleos urbanos eram pouco significativos na sociedade colonial havendo predominância de uma população do campo, analfabeta, constituída na sua maioria por escravos, dispersa em áreas distantes.

A extensão territorial do Brasil e a situação em que a maioria da população se encontrava não eram favoráveis ao desenvolvimento e à circulação de impressos. Não havia adequada estrutura física, econômica e cultural para que essa movimentação ganhasse mais espaço e prestígio entre os brasileiros no período colonial. No entanto, mesmo que as condições internas tivessem sido mais convenientes, a postura portuguesa em relação a essa atividade sempre foi o obstáculo mais contundente ante a uma possível imprensa local. Obviamente, tal atividade poderia contribuir de modo efetivo para o comprometimento da manutenção da ordem e das prerrogativas priorizadas pelos portugueses no que se referia à dominação do território brasileiro.

Sendo assim, a história da imprensa no Brasil esteve, como outros elementos culturais da colônia, subjugada à vontade e ao controle da metrópole. Essa circunstância teve sinais de mudança somente a partir de 1808, ano em que o Brasil recebeu a família real portuguesa. Não por acaso, essa ocorrência, que marca o chamado início do processo de independência do Brasil, trouxe consigo emancipações em diferentes esferas da vida cotidiana do território. E a questão da difusão da palavra escrita foi uma delas. Em maio daquele ano, o príncipe regente D.

---

<sup>2</sup> Como exemplo desse tipo de publicação, temos o texto escrito pelo magistrado José Luis Mendonça e tipografado em 10 de março de 1817, no contexto da Revolução Pernambucana de 1817. O material foi impresso em várias cópias no prelo pertencente ao inglês James Pinches e foi distribuído em Recife. A intenção do documento era mobilizar as camadas menos favorecidas para aderirem à revolta.

João VI oficializou a imprensa no Brasil, dando início à instalação da tipografia de Impressão Régia, que se tornou a primeira editora a funcionar no Brasil.

Em seguida a essa chegada Real, em setembro de 1808, entrou em circulação na capital do Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que disputava com o *Correio Braziliense* o status de primeiro jornal brasileiro. A *Gazeta*, inicialmente redigida por Frei Tibúrcio da Rocha e cujo responsável direto era D. Rodrigo de Sousa Coutinho, foi um veículo de informação oficial do governo português comandado por D. João VI, circulando até o ano de 1822.

A Figura 1 apresenta a primeira página da edição número 1 do impresso que era editado no próprio território e é considerado o precursor do Diário Oficial da União, reunindo mais assuntos ligados à Coroa e aos acontecimentos da Europa do que algum tema que fosse relacionado ao interesse público no Brasil. A imagem desse primeiro número, inclusive, apresenta um título que menciona as “Notícias vindas por via de França” e, em seguida, destaca três matérias curtas que aludem a “Amsterdão, Gottenburgo e Londres”.

Figura 1 - *Gazeta do Rio de Janeiro*



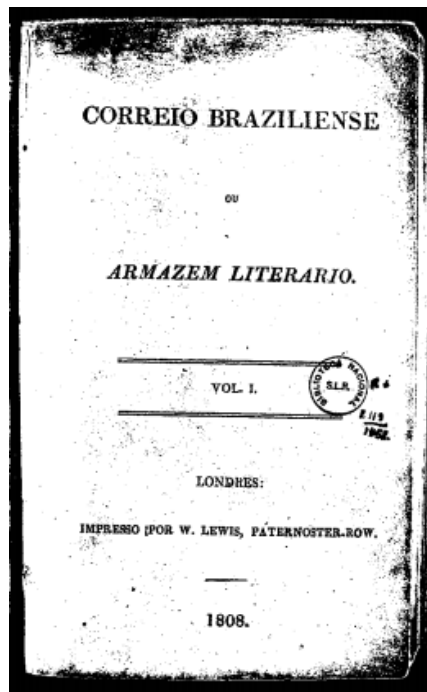
Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Quanto ao *Correio Braziliense*, ou *Armazem Literario*, inaugurado alguns meses antes da *Gazeta* e editado por Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, era impresso em Londres, mas com total conexão com a vida no Brasil.

Sendo editado na Europa, alguns pesquisadores identificam a *Gazeta* como o primeiro jornal genuinamente brasileiro e não o *Correio*, que iniciou antes as suas atividades, mas não era impresso no Brasil. Entretanto, o jornal de Hipólito, além de circular no mesmo período, entre 1808 e 1822, adotava clara posição contrária ao governo português, o que o mantinha completamente atento ao cotidiano brasileiro. E, por ter posicionamento declarado e propor explicitamente o debate público, teve sua circulação formalmente proibida no Brasil, o que não impediu a sua circulação no território.

A Figura 2 apresenta a página de identificação do volume 1 do *Correio Braziliense, ou Armazem Literario*, a qual registra o local em que o material foi produzido, além da menção à impressão na tipografia de William Lewis na Paternoster-Row, uma rua da cidade de Londres, conhecida por sua relação com o comércio de livros e publicações.

**Figura 2 - *Correio Braziliense ou Armazem Literario***



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

As Figuras 1 e 2 apresentam uma configuração de imprensa periódica bem diferente da que conhecemos hoje em relação aos materiais jornalísticos distribuídos. A estrutura e apresentação lembravam muito mais a diagramação de uma página de livro do que de um jornal da atualidade.

Sobre esses dois primeiros exemplos da imprensa “no e do” Brasil, o historiador Marco Morel (2013, p.13) destaca que, embora houvesse contraposição entre a *Gazeta do Rio de Janeiro* (destacando-se como um jornal de situação) e o *Correio Braziliense* (ocupando uma postura de oposição ao governo), ambos apresentavam convergências como a defesa da monarquia e um projeto de união entre os portugueses e os brasileiros, repudiando formas de revolução e ruptura populares. Essa observação é pertinente no sentido de lembrar que o posicionamento da *Gazeta* e do *Correio* mantinham certas similaridades e não tratavam de questões que pudessem atacar certos elementos da configuração política e social brasileiras, ao contrário do que fizeram, mais tarde, os jornais da chamada imprensa negra que são objeto deste estudo.

O início da imprensa no Brasil não esteve alinhado a nenhum movimento que pudesse ambicionar a transformação da estrutura vigente no país, mesmo quando apresentava críticas ao governo instaurado. Desse modo, é possível inferir que as primeiras publicações de caráter informativo a circular de maneira mais oficial no território brasileiro reforçavam a invisibilidade dos negros como elemento formativo da nação, visto que se posicionavam de forma alinhada a uma estrutura política que não tinha intenção de alterar de forma mais profunda a organização social da nação.

Após esses dois pioneiros e até a Independência do Brasil, em 1822, apareceram dezenas de jornais, muitos deles de curta duração e supervisionados por rigorosa censura. Isso significa que, mesmo com controle, a imprensa oficial precisou dividir espaço com publicações de oposição à política colonial, que visavam construir pensamentos e reunir interesses comuns e contrários à ordem vigente. Esses primórdios da imprensa no Brasil deram início a uma intensa atividade que figura como peça fundamental para a construção, discussão e disseminação de inúmeras ideias recorrentes entre os brasileiros., como por exemplo a questões ligadas à república e, também, à abolição da escravatura.

Para além das publicações de caráter oficial, a veiculação de material impresso e periódico no Brasil está diretamente relacionada a grupos que se reuniam com o intuito de manifestar questões, sobretudo, políticas, mas não apenas dessa natureza. A identidade política dos líderes dos jornais esteve bem marcada em várias das publicações que circularam no Brasil no período imperial. Inclusive, antes mesmo da Proclamação da Independência, já havia um decreto que instalava a liberdade de

imprensa no Brasil, o que não significou a fluidez dessa atividade sem qualquer tipo de barreira, mas, por outro lado, acentuou o crescimento da imprensa no território.

De acordo com Marco Morel (2013), a circulação de jornais em território brasileiro, no século XIX, não era uma atividade que custava muito dinheiro. A maioria tinha poucas páginas e um formato pequeno, o que facilitava a impressão e a ocupação do espaço. Além disso, também eram de fácil aquisição pelos leitores, visto que seu valor era acessível. Esse contexto fez com que a atividade ligada aos jornais recebesse muitos adeptos ao longo do século de estreia no Brasil, fazendo com que essas publicações passassem a circular não só nos grandes centros como em boa parte do território.

No período Imperial, entre 1822 e 1889, surgiram incontáveis títulos de periódicos no Brasil. Cabe ressaltar que, em especial, no período Regencial (1831 - 1840), com a eclosão de rebeliões<sup>3</sup> que discutiam projetos de nação, o impacto na palavra escrita foi perceptível<sup>4</sup>. É notável, inclusive, a ampliação de identidades que passaram a ocupar as páginas e as redações dos jornais, reunindo diferentes aspectos e posicionamentos em relação ao que se poderia pensar sobre o Brasil. Ainda assim, o período também foi marcado por oscilações entre a liberdade e a repressão à palavra escrita, especialmente quando se tratava de temas que pudessem pôr em risco a manutenção da monarquia no país.

Além disso, a imprensa brasileira, surgida no século XIX, foi marcada por questões vinculadas ao contexto mundial, em especial, da Europa. E, por isso, dava visibilidade a esses assuntos paralelamente ao que fosse de caráter local ou nacional. O historiador Marco Morel chama a atenção para essa especificidade:

---

<sup>3</sup> No Período Regencial, o Brasil viveu a eclosão de revoltas em diferentes províncias: a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia; a Cabanagem, entre 1835 e 1840, na então província do Grão-Pará; a Sabinada, entre 1837 e 1838, na Bahia; a Balaiada, entre 1838 e 1841, no Maranhão; e a Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845, no Rio Grande do Sul. Ressalta-se que as duas últimas rebeliões mencionadas se encerraram já sob a vigência do governo de D. Pedro II, no chamado Segundo Reinado.

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o sistema educacional no Brasil recebeu mais atenção a partir da vinda da família real portuguesa, em 1808. Como a então colônia não oferecia diversos serviços considerados essenciais para a manutenção da permanência da nobreza portuguesa no Brasil, houve empenho em estruturar certos aspectos da organização colonial. Aos filhos da nobreza foram oferecidos três níveis de ensino: primário, secundário e superior. Sendo assim, no período imperial brasileiro já havia certa estrutura capaz de responder pela educação de uma pequena parcela da população. Grande parte dos habitantes do país foram privados deste privilégio, em sua maioria, aqueles que estavam subjugados pela escravidão. Sobre o acesso dos escravizados e afrodescendentes à escolarização haverá ampliação da discussão nas páginas subsequentes.

Nessa primeira geração da imprensa brasileira não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e internacional, nem entre dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, do lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais (MOREL, 2013, p. 36).

Essa multiplicidade de abordagens e a experiência vivida pelos primeiros redatores abriu espaço para outros públicos interessados em utilizar a palavra escrita como forma de comunicação e manifestação dos seus anseios e suas perspectivas. Foi durante a Regência, mais precisamente em 1833, que foram inaugurados os jornais que podem ser classificados como pertencentes à imprensa negra no Brasil. Apenas 25 anos após a autorização do funcionamento da imprensa no território brasileiro e em uma nação cuja população negra ainda era predominantemente escravizada, surgiu no Rio de Janeiro o pasquim liberal intitulado *O Mulato* ou *O Homem de Côr*, fundado por Francisco de Paula Brito. Com ele, outros jornais com o mesmo teor foram lançados naquele ano, como o *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*, todos eles sediados no Rio de Janeiro.

A proposta desses jornais era dar visibilidade às questões relativas aos afrodescendentes no Brasil, o que estaria em conformidade com a constituição de 1824<sup>5</sup>, que previa garantias individuais aos cidadãos brasileiros. Dessa forma, ideias iluministas e liberais orientariam a escrita negra da primeira metade do século XIX, relacionando a luta dos negros com as perspectivas políticas e filosóficas que eram discutidas no Brasil e no mundo, mas que, na maioria das vezes, não se aplicavam à população negra, que estava afastada do conceito de cidadania. A historiadora Maria Angélica Zubaran, que tem ampla pesquisa em relação à imprensa negra, destaca que

A imprensa negra significou para os afro-brasileiros uma tentativa de confrontarem sua relativa invisibilidade ou ausência social, política e cultural na esfera pública brasileira e representou um espaço alternativo de produção de significados e de representações sobre as identidades negras (ZUBARAN, 2008, p. 165-166).

Pensando na análise de jornais como fontes históricas, é importante destacar a perspectiva apresentada por José D'Assunção Barros (2022) em que refere a atenção a ser dada às redes de concorrência que constituem um aspecto fundamental no exercício dessa abordagem, mencionando a disputa que os jornais fazem pelo

---

<sup>5</sup> A Constituição de 1824 foi o primeiro conjunto de leis do Brasil Independência. O documento foi outorgado durante o Primeiro Reinado, sob o governo de D. Pedro I, que durou até 1831.

mesmo público ou por diferentes tipos de público. No caso do presente estudo, a rede de concorrência que circundava os jornais da imprensa negra relacionava-se não só à disputa por leitores, mas sobretudo a um embate por espaço social e pela possibilidade de construir as próprias narrativas do povo negro. Segundo Barros (2022, p. 600), “no interior desta rede, os jornais posicionam-se em um campo e disputam anunciantes, além de agregarem objetivos extraeconômicos, como o de interferir na política ou no comportamento coletivo”. Nesta tese, as disputas econômicas ligadas à distribuição e à manutenção dos jornais não serão analisadas. Interessa a este estudo as dinâmicas de conflito de ideias e de discursos a partir do contexto relativo aos negros no período do pós-abolição.

Sendo assim, o surgimento da imprensa negra brasileira determina um movimento de indivíduos negros para que a questão racial fosse colocada na agenda do debate público do país. Nesse sentido, homens negros e letrados encabeçaram jornais que foram utilizados como “meio de construção de uma voz coletiva em defesa da liberdade, da cidadania e dos direitos do grupo” (DOMINGUES, 2018, p. 254), tratando de assuntos de interesse da população negra, com destaque para aspectos como o orgulho racial, a experiência histórica e cultural, o enaltecimento de personalidades negras e a comemoração do 13 de maio.

Cabe ressaltar que, segundo Fernando Catroga (2001, p.24-25), co-memorar “é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas”. Assim, as comemorações propostas pelos intelectuais dos periódicos analisados sugerem a intensificação do caráter coletivo dessas memórias e da necessidade de união do grupo para que, juntos, pudessem transpor as barreiras historicamente impostas. Era o povo negro ocupando um espaço no mundo letrado e cultural que lhes era negado nos meios de comunicação convencionais. E, por ser assim, a maioria dos temas elencados pela imprensa negra passava longe de ser pauta de debate pela população negra e não negra do Brasil.

Uma das questões que motivou a escrita negra nessa configuração foi a ocupação de cargos em que os negros eram privados da admissão em setores civis, políticos e militares e, com isso, tinham amplas dificuldades para assumir papéis que pudessem transpor as barreiras impostas pela escravidão. Assim, os jornais criados e mantidos por afro-brasileiros priorizavam assuntos que contemplavam a inserção dos negros na vida cotidiana do Império para além da condição de escravizados. Era



um instrumento a serviço da preparação e organização da população negra que não encontrava no poder público o amparo necessário para a sua formação e desenvolvimento.

Obviamente a organização de pessoas negras com fins a relatar, discutir e reivindicar direitos, principalmente fazendo isso de maneira institucional, como a partir da imprensa, não foi recebida com boa vontade por vários setores da nação. Muitos foram os que questionaram as publicações, inclusive especulando a autoria e a identidade dos redatores que, em alguns momentos, optaram pelo anonimato. Para alguns, era como se não fosse possível conceber a presença e a atuação negra num espaço público como a imprensa. Para outros, pairava o temor diante da possibilidade de organização de um grupo social numeroso que poderia causar insegurança para a população que historicamente se entendia como dominante.

Sobre esses primeiros jornais da imprensa negra, é interessante destacar que o contexto em que estavam inseridos, junto a recém-instaurada imprensa tradicional, os fazia vivenciar muitas das questões partilhadas pelos outros periódicos. De acordo com a historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010, p. 42), assim como os demais títulos da imprensa brasileira, houve ampliação e especialização da imprensa negra, mesmo em panoramas nacionais que oscilavam entre a liberdade e a censura. A pesquisadora ressalta que:

Esse cenário de inconstância acabou registrado no formato dos pasquins negros. Nenhum deles exibia um modo linear para contar as histórias. Tal descontinuidade se mostrava também no tempo de vida reduzido dos jornais; no jeito como as matérias eram escritas e ordenadas nas páginas, não havendo seções fixas e/ou temáticas; na inexistência de uma abordagem única sobre os assuntos; bem como nas mensagens tantas vezes cifradas ao público não iniciado (PINTO, 2010, p. 42-43).

Assim como o formato diversificado, também o posicionamento e a perspectiva discursiva eram distintos entre esses jornais (e os demais que se seguiram aos primeiros). Esse aspecto tem relevância principalmente no que se refere ao entendimento de que, embora a questão racial fosse a centralidade da proposta, o modo de expressão, os temas, os enfoques e os formatos refletiam a diversidade da população negra do país e a pluralidade de reflexões que poderiam derivar das suas experiências no território.

Com toda essa fertilidade de ideias e personagens, a partir da segunda metade do século XIX, outros periódicos desse universo somaram-se aos primeiros. Em especial em Pernambuco e no Rio Grande do Sul houve exemplos desse tipo de

publicação, respectivamente *O Homem: Realidade Constitucional* ou *Dissolução Social* (em Recife) e o *Ethiópico* e *A Voz do Escravo* (Pelotas). Os três exemplos, entre outros que poderiam ser citados, iniciaram suas atividades antes da Abolição da Escravatura, em 1888, mas foi no chamado imediato pós-abolição que a imprensa negra esteve em maior atividade.

## 2.2 TRAÇOS DA IMPRENSA NEGRA NO BRASIL

Segundo o historiador Petrônio Domingues (2018), em São Paulo e no Rio Grande do Sul, foram registrados pelos menos 43 jornais criados e mantidos por negros entre 1889 e 1930. Afinal, além do fim oficial da escravidão, o Brasil viveu nesse período o início da República, fato que motivava ainda mais as expectativas da participação efetiva dos negros na vida política, econômica, social e cultural brasileira. Títulos como *A Verdade* (de Minas Gerais), *Cruz e Souza* (de Santa Catarina), *A Liberdade*, *O Baluarte*, *O Alfinete* (de São Paulo), *A Revolta*, *A Tesoura* (do Rio Grande do Sul) fizeram parte do cenário relativo à imprensa negra nas primeiras décadas do século XX, no Brasil.

Como mencionado anteriormente, o uso da imprensa era estratégia vigorosa para transpor barreiras de tempo e de espaço na primeira metade do século XX. Com ela, era possível levar as ideias a lugares e espaços inimagináveis em comparação ao uso de outras formas de comunicação populares na época. A documentação, oportunizada pela palavra escrita, dava uma dimensão de perenidade às ideias veiculadas, fazendo com que, exceto pela interpretação de cada um, pouco se perdesse em termos de precisão a respeito do que se queria dizer.

As lideranças de cada jornal da imprensa negra, por certo, perceberam que era possível e necessário adentrar o terreno da imprensa para ampliar a atuação do povo negro na disputa de sentidos que se fazia urgente. Assim como, na atualidade, outros campos de atuação são vistos como essenciais para a conquista da representatividade negra, ainda negada ou sutil em certos ramos de atividade, na época, a imprensa parecia ser um campo de enfrentamento fundamental para a consolidação das diversas lutas das quais os afrodescendentes julgavam necessário participar. Se hoje há reconhecimento da importância da representatividade negra na televisão, no cinema, na publicidade e em outros meios de atuação que possibilitem

a visibilidade do negro como parte fundamental da nação, na época, a introdução dos negros no terreno da escrita e da imprensa tornava-se um passo importante para o alicerçamento do valor da história, das trajetórias e dos anseios da população negra no país.

Os temas abordados pela imprensa negra eram diversificados. Se, por um lado, os periódicos serviam para a divulgação de ideias de cunho político, relacionadas em grande medida à situação dos afrodescendentes no Brasil, é perceptível que havia uma imensa propensão a destacar, também, a pluralidade de assuntos pelos quais a população negra poderia ter interesse. Além disso, havia um espaço considerável para a produção literária, que, mesmo sem mencionar objetivamente o intuito, se revelava como uma manifestação das habilidades e das capacidades dos negros em diferentes campos de atuação. E era preciso que se constituíssem esferas capazes de oportunizar a divulgação desses saberes. A reunião das diversas produções consagradas na imprensa negra estava longe de ser um *hobby*; era, antes de mais nada, um dispositivo de luta social.

O atual desconhecimento de parcela considerável da população brasileira acerca desse tipo de atividade liderada por afrodescendentes, antes e imediatamente após a Abolição da Escravatura, afirma o caráter de exclusão e de silenciamento ao qual a história e a produção negra foi, e ainda é, submetida no cenário nacional. Essa e outras lacunas, relativas ao protagonismo negro desde que foram trazidos violentamente ao território brasileiro e americano, contribuem para reforçar os estereótipos que posicionam os afrodescendentes em um lugar de desorganização, imobilidade e incapacidade de realizar trajetórias de cunho intelectual e artístico.

Na atualidade, tornou-se habitual, em certos espaços e para certos grupos, a presença negra discutindo os mais variados temas e integrando-se com destaque aos campos científicos, filosóficos e culturais. A *Internet* tem um papel completamente significativo no que diz respeito à certa democratização dos espaços conquistados e das vozes que são ouvidas. Sendo assim, há um movimento pujante que tem sido, cada vez mais, integrado por negros e outras minorias sociais<sup>6</sup>, em âmbito nacional e mundial. Essa realidade coloca em evidência personalidades e ideias que não tinham

---

<sup>6</sup> Entende-se por minorias sociais os grupos de pessoas que, embora contem com um número expressivo e, por vezes, até maioritário de integrantes, encontram-se em situação de desvantagem social, ocasionada por questões étnicas, físicas, sociais, culturais, econômicas ou religiosas. Frequentemente, esses grupos sofrem discriminação nas sociedades que integram.

tanta visibilidade até pouco tempo atrás. As recentes atualizações nas legislações<sup>7</sup> também contribuem para que esses sujeitos possam apropriar-se de espaços e de narrativas que anteriormente não os contemplavam.

Para o senso comum, parecem recentes as formas pelas quais os negros buscaram a mobilização e a agregação de forças para promover a sua real emancipação. Entretanto, discussões como as que se apresentam nesta tese procuram destacar algumas das estratégias utilizadas pela população afrodescendente na direção de demonstrar sua presença e vivenciar formas mais efetivas de liberdade. São comuns as menções superficiais às experiências dos quilombos durante a vivência da escravidão. São recorrentes os destaques às manifestações culturais organizadas pelos negros como forma de reafirmação de suas tradições. No entanto, ainda há pouca proeminência quanto às ações políticas e institucionais empreendidas pelos negros no sentido de provocar rupturas nas estruturas que os colocavam em um lugar de subalternidade. A ênfase recai sobre as narrativas que enfatizam as fugas e a vulnerabilidade negra e pouca ou nenhuma atenção aos atos de negociação e enfrentamento promovidos por esses agentes.

Cabe ressaltar que o surgimento e o fortalecimento da imprensa negra estavam relacionados à ocorrência de outras manifestações do povo afro-brasileiro. As associações recreativas e culturais da população negra tiveram um papel muito importante tanto na circulação dos periódicos quanto no financiamento e fornecimento de material a ser publicado. A imprensa negra fazia parte de um movimento que, mesmo sem uma organização central inicial, promoveu a interação, a associação e a defesa dos interesses dos negros no Brasil. No entanto, a palavra escrita, representada em especial pela imprensa, assumia um papel essencial nesse contexto, pois documentava diversos aspectos do mundo negro e possibilitava a identificação entre os indivíduos, mesmo que estivessem a longas distâncias.

Esse movimento que iniciou em meio a certa instabilidade política, no início do século XIX, e ainda com o sistema escravocrata em vigor, alcançou novas perspectivas e vislumbrou novos cenários a partir da Abolição da Escravatura e da

---

<sup>7</sup> São exemplos de marcos legais brasileiros relativos às relações étnico-raciais: em 2003, a lei que incluiu no Código Penal o crime de injúria racial e a lei que dispõe da obrigatoriedade da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares; em 2008, a lei que tornou obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial; em 2012, foi aprovada a Lei de Cotas para o ingresso nas Universidades; em 2014, foi aprovada a Lei de Cotas Raciais no Serviço Público.

chegada da República, como mencionado anteriormente. O início do século XX, os diversos anseios sociais que se manifestaram nesse período e a urgência por um espaço efetivo para o negro na sociedade brasileira intensificaram a produção intelectual negra. A ideia de uma coisa pública, preconizada pela República, colocava em questão quem poderia fazer parte dessa construção e desse novo momento do Brasil. A população negra, por séculos excluída de uma vivência cidadã, lançava mão da palavra escrita como alternativa política e social nesse contexto.

Após a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, fato que reforçou as ideias nacionalistas no país e, de certa forma, deu esperanças aos líderes negros do período, outros títulos da imprensa negra espalharam-se pelo Brasil. E assim se fez, especialmente, ao longo da primeira metade do século XX, sem deixar de ocorrer, também, posteriormente. A partir da Era Vargas surgiram novos periódicos em Minas Gerais (*Raça*), na Bahia (*Frente Negra*), no Paraná (*União*), no Rio de Janeiro (*Quilombo e Redenção*), no Rio Grande do Sul (*Em Dia*), entre outros inaugurados entre 1930 e 1950.

A publicação dos pensamentos negros atravessou governos, resistiu à repressão em diferentes momentos políticos, acolheu outras abordagens que acompanharam as discussões vigentes com a passagem do tempo e realizou os enfrentamentos possíveis e necessários a partir desse veículo de comunicação. A imprensa firmou-se como instrumento fundamental da atuação e do protagonismo negro na História do Brasil.

### 2.3 TRAÇOS DA IMPRENSA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, essa manifestação não seria diferente. No entanto, houve maior distância entre a efetivação da imprensa tradicional no estado e o surgimento de uma imprensa cujo objetivo fosse dar visibilidade às questões negras. Entre a publicação do primeiro número informativo no Rio Grande do Sul e o lançamento do primeiro exemplar da imprensa negra passaram-se 65 anos, e, nesse ínterim, o Brasil deixou de ser uma monarquia e, no final do século XIX, já havia se tornado uma república.

Cabe ressaltar, novamente, que, nesta tese, a imprensa negra sul-riograndense destacada esteve localizada nos municípios de Porto Alegre e Pelotas. E,

sobre esses dois lugares, é relevante identificar a sua posição no estado e mencionar, mesmo que brevemente, a sua situação no início do século XX. A relação dessas comunidades com a questão negra fica evidente ao identificarmos que, a partir do século XX, na capital surgiram dezenas de clubes e sociedades recreativas afrodescendentes, além de várias associações e irmandades religiosas que fortaleciam as vivências e a resistência negras. Já em Pelotas consta o surgimento de mais de 50 associações que tinham a questão racial como marco cultural.

A capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, conta, atualmente com cerca de 1.490.000<sup>8</sup> de habitantes, distribuídos nas proximidades do Lago Guaíba, na região metropolitana, situada no leste do estado. O povoamento de Porto Alegre foi iniciado em meados do século XVIII, a partir da chegada de casais portugueses açorianos. Acompanhando uma tendência nacional, no início do século XX, Porto Alegre passou a adotar os propósitos do Positivismo<sup>9</sup>, corrente filosófica alinhada à visão proposta no país e no estado como um todo. Dessa forma, houve destaque para uma orientação política e cultural que priorizasse o lema ordem e progresso.

Desde muito cedo, a diversidade étnica da região é marcante, o que inclui a forte presença negra no município. A cargo dos afrodescendentes ficaram várias atividades não apenas no meio rural, onde comumente esse grupo era absorvido nas demais regiões do estado. Devido à movimentação urbana e ao aumento e fortalecimento das entidades afrodescendentes, muitos negros porto-alegrenses começaram conquistar certo espaço e respeitabilidade ligados a profissões liberais, à educação e, até mesmo, em movimentos sindicais.

O município de Pelotas está situado na região sul do Rio Grande do Sul, a uma distância de cerca de 260km da capital, Porto Alegre. Por estar às margens do Canal São Gonçalo, que liga a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim, sua localização é, desde muito tempo, bastante privilegiada e importante para o Rio Grande do Sul. Atualmente, é o quarto município mais populoso do estado e tem uma história marcada por sua relevância política e econômica na região. Em especial a partir do século XIX, muitas propriedades rurais de Pelotas instalaram áreas dedicadas às charqueadas para a produção de charque, um tipo de carne salgada que é secada ao

---

<sup>8</sup> IBGE - Censo Demográfico 2010.

<sup>9</sup> Doutrina filosófica derivada do Iluminismo que ganhou proeminência no século XIX, a partir das contribuições do filósofo francês Auguste Comte, que propunha a ordem e conhecimento científico como determinante para o desenvolvimento social e o progresso.

sol. Essa atividade, com a utilização de mão de obra escravizada, marcou o cenário econômico e cultural do município e intensificou a presença negra no local, bem como acentuaram-se as relações de desigualdade social. Caracterizada, desde o século XIX, como um local de progresso e cultura acentuadas, Pelotas configurou-se num cenário propício para a existência e a disseminação de múltiplas atividades culturais, que, obviamente, a despeito das desigualdades e preconceitos, não deixou de atingir os afrodescendentes, cujo produção cultural é marca do município até hoje.

Mesmo com a proeminência cultural existente nos dois municípios do Rio Grande do Sul em que nasceram os jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, a imprensa negra sul-rio-grandense demorou a ganhar corpo. Ao longo da maior parte do século XIX, a imprensa na província mais meridional do Brasil ainda revelava um caráter mais tradicional que priorizava questões relativas a um mundo que tinha a cor da pele bem definida. As páginas dos primeiros jornais sul-rio-grandenses tratavam dos negros em especial no que se referia à manutenção da estrutura social vigente. Os anúncios publicados relacionados à escravidão e à manutenção da ordem escravocrata eram os temas aos quais os negros foram associados nos periódicos.

Oficialmente, a imprensa no Rio Grande do Sul acompanhou um movimento realizado em outras províncias do Brasil a partir do decreto assinado por D. Pedro I, em 1827, extinguindo a censura. Assim como na Bahia (em 1811), em Pernambuco, Maranhão, Pará, Minas Gerais (em 1821), no Ceará (em 1824), na Paraíba (em 1826) e em São Paulo (em 1827), o Rio Grande do Sul iniciou oficialmente as atividades de imprensa no início do século XIX. Data de junho de 1827 o início da circulação do primeiro jornal oficial do Rio Grande do Sul, intitulado *Diário de Porto Alegre*. A publicação teve como primeiro redator e administrador João Inácio da Cunha, que depois foi substituído por Vicente Ferreira Gomes. O jornal, que foi editado até junho de 1828, tinha duas páginas e era vendido diariamente, exceto aos domingos e feriados. Seu conteúdo estava relacionado a anúncios comerciais, divulgação de fugas de escravizados, informações relativas ao trânsito de embarcações, além de correspondências, editoriais e atos oficiais.

A Figura 3 mostra a capa do *Diário de Porto Alegre* com a indicação da data de seu lançamento. O Rio Grande do Sul inaugurou antes do fim do governo de D. Pedro I a sua publicação jornalística. Em 1827, pouco antes do início do Período Regencial, o *Diário de Porto Alegre* estreava na cena cultural e política da capital sul-rio-grandense.

Figura 3 - Diário de Porto Alegre



Fonte: Observatório da Imprensa

A primeira sequência de publicações periódicas no Rio Grande do Sul, especialmente entre 1827 e 1835, foi marcada pela precariedade e por uma recorrente tendência ligada ao teor do seu conteúdo. O escritor e pesquisador Antônio Hohlfeldt (2006) destaca que a primeira fase da imprensa no estado teve como característica a relação entre a propriedade e a editoria dos jornais. O proprietário dos equipamentos para a impressão acabava publicando suas próprias ideias. Sendo assim, a imprensa no Rio Grande do Sul teve um caráter de personalização que incidia de modo significativo no conteúdo veiculado nos primeiros jornais, característica identificada também em publicações de outras províncias, principalmente as mais afastadas do centro político do Império.

Em virtude do contexto da Guerra dos Farrapos<sup>10</sup> (entre 1835 e 1845, no já mencionado Período Regencial do Brasil), uma imprensa considerada revolucionária teve espaço em solo sul-rio-grandense. Os jornais publicados nessa época assumiram

<sup>10</sup> O conflito ocorrido no Rio Grande do Sul foi o mais longo da história do Período Regencial brasileiro, com a duração de 10 anos. As elites locais, representadas por fazendeiros criadores de gado, reivindicavam mais autonomia da província em relação ao governo imperial e estavam insatisfeitos com os altos impostos cobrados sobre os produtos sul-rio-grandenses, como o charque. Um acordo de paz entre os chamados farroupilhas e o governo central pôs fim à rebelião, que é considerada um símbolo cultural importante para os sul-rio-grandenses.



declaradamente seus posicionamentos, identificando-se ao lado ou em oposição aos envolvidos na rebelião.

Nesse sentido, é importante mencionar, por exemplo, o jornal *A Reforma*, fundado em 1869, em Porto Alegre, foi idealizado como o órgão de propaganda do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, visto que era liderado por membros dessa agremiação política. Cabe ressaltar que Aurélio Veríssimo de Bittencourt, figura importante para o contexto dos jornais analisados e, em breve, mencionado nesta tese, integrava o grupo ligado ao jornal *A Reforma*.

Em 1884, foi lançado o jornal *A Federação*, em Porto Alegre, publicação ligada ao futuro Partido Republicano Rio-grandense. Esse exemplo demonstra a continuidade de uma postura política bem definida na imprensa do Rio Grande do Sul a partir dos eventos históricos iniciados em 1835, com a Guerra dos Farrapos, em que havia certo ideário republicano.

Pelotas teve seu primeiro jornal em 1890, intitulado *Diário Popular*. E, também, no final do século XIX, Porto Alegre assistiu ao surgimento do, ainda em circulação, *Correio do Povo*, de Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, publicado em Porto Alegre a partir de 1895.

Segundo Antonio Hohlfeldt (2006), na segunda metade do século XIX, o Rio Grande do Sul presenciou uma imprensa partidária ou panfletária civil, a qual entrou em estagnação quando houve um deslocamento da centralidade na figura do editor/proprietário, cujas ideias veiculava com seu equipamento, para um foco direcionado ao público leitor, que procurava atender a demandas específicas de determinados grupos.

É nesse contexto que estão localizados os jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, publicações da imprensa negra do Rio Grande do Sul que são objeto de estudo desta tese. O Jornal *O Exemplo* foi a primeira publicação sul-rio-grandense que se propôs a reunir e tratar de temas de interesse de uma população, em especial, afrodescendente. Embora muitos dos jornais da imprensa negra tenham existido por pouco tempo, o jornal negro de Porto Alegre circulou, com algumas interrupções, entre os anos de 1892 e 1930. Acompanhando e superando essa longevidade, o jornal publicado no município de Pelotas, intitulado *A Alvorada*, alcançou a posição de jornal da imprensa negra que mais tempo circulou no Brasil do século XX, existindo, com interrupções, entre os anos de 1907 e 1965.

Esses dois impressos, localizados, respectivamente, na capital e no interior do estado do Rio Grande do Sul, mantiveram o perfil adotado por outras publicações do gênero espalhadas pelo Brasil. O historiador José Antônio dos Santos (2010) refere-se à imprensa negra como sendo jornais criados para viabilizar espaços de comunicação, informação, educação e da comunidade negra. Nesse contexto, incluíam-se datas festivas, anúncios pessoais, artigos assinados, reportagens, entre outros itens. Havia espaço para protestos contra o racismo e as condições precárias de vida da população negra, além de referências às manifestações culturais dessa comunidade. De modo geral, havia uma busca pela afirmação de uma identidade negra marcada por nuances e pela diversidade.

Sobre os periódicos do Rio Grande do Sul, além da durabilidade, outra peculiaridade apresentada pelos sul-rio-grandenses *O Exemplo* e *A Alvorada* é destacada por Santos (2010, p. 85), e que nem sempre esteve presente em outras publicações: havia espaço nas páginas para temas que extrapolavam o interesse exclusivo da população negra e que diziam respeito a toda a sociedade. Tal característica tem uma conotação de inserção dos negros na vida cotidiana local, priorizando as questões raciais, mas também apresentando o universo de informações que os conectava a toda sociedade, coisa que dificilmente acontecia nos impressos tradicionais.

Antes de abordar a forma como esses dois periódicos mencionaram e discutiram as comemorações relativas ao dia 13 de maio e, em consequência, os sentidos de liberdade manifestados em suas páginas, faz-se necessário apresentar as especificidades das duas publicações e identificar os principais intelectuais que estavam à frente desses dois projetos de construção de uma identidade negra no Rio Grande do Sul.

Ao longo de mais de 30 anos, o jornal semanal *O Exemplo* teve pelo menos quatro fases de circulação. Segundo Ana Flávia Magalhães Pinto (2010, p. 139), houve publicações entre 1892 e 1895, entre 1902 e 1905, entre 1910 e 1911 e, por fim, entre 1916 e 1930. O projeto, que continha quatro páginas e era de circulação dominical, foi iniciado a partir da reunião de doze homens negros que residiam em Porto Alegre e que estavam incomodados com a falta de realizações no mundo social negro. De acordo com o editorial do primeiro número do jornal, “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11/12/1892) seriam os grandes objetivos desse encontro.

Entre os principais envolvidos no empreendimento, estavam Arthur de Andrade, Artur Gama, Esperidião Calisto, Marcílio Freitas, Aurélio Bittencourt Júnior, Sérgio Bittencourt, Alfredo de Souza, Camillo Laurindo, Florêncio Calisto, Clemente Gonçalves de Oliveira, João Thimótheo e outros. Reunidos em uma barbearia, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, de propriedade de Esperidião Calisto, o grupo colocou a serviço da comunidade negra as suas experiências e trajetórias, tanto no campo político como em relação à atuação profissional<sup>11</sup>.

Com o passar do tempo, outros indivíduos foram fazendo parte da publicação, ora juntando-se aos primeiros, ora assumindo os seus lugares. Entre esses novos participantes é possível citar: Pedro Tácito Pires, Alcebíades Azeredo dos Santos, Vital Baptista, Felipe Eustachio, João Baptista de Figueiredo, Alcides de Chagas Carvalho, Arnaldo Dutra, Julio Rabello, Baptista Júnior, Felipe Baptista, Dario de Bittencourt, Julio da Silveira, Argemiro Salles, Antônio Lourenço, Aristides José da Silva, Henrique Martins, Christiano Fettermann e outros.

Em relação a tantos nomes reunidos com o intuito de movimentar o cenário social dos negros e auxiliar nas transformações necessárias para que essa população pudesse ocupar espaços que fugissem da subalternidade mantida e requerida pelo grupo social antagônico, cabe destacar que muitos deles tinham experiência em jornais da imprensa tradicional e também mantinham relações com movimentos sociais e políticos que não estavam apenas ligados à questão étnico-racial. Integravam uma pequena elite negra urbana, que teve acesso à educação e a certos recursos financeiros. Elite, porque, como outros intelectuais negros do Brasil nesse período, em meio à maioria de afrodescendentes em situação de vulnerabilidade social, estes ocupavam espaços distintos e conquistaram, por diversas razões, a possibilidade de romper a invisibilidade e o silenciamento corriqueiros aos negros no país.

O uso da expressão “elite negra” não tem unanimidade entre os pesquisadores da área<sup>12</sup>. Entende-se, aqui, por elite, neste contexto, um grupo de pessoas que teve acesso a oportunidades, experiências e, por que não dizer, privilégios que a maioria

---

<sup>11</sup> Na sequência deste capítulo, há uma breve abordagem quanto à identificação de alguns desses fundadores, considerando suas trajetórias e relações sociais.

<sup>12</sup> Ver mais em ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**, Bauru: EDUSC, 1998 e em PINTO, Regina Pahim. **O Movimento Negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1993.

dos indivíduos da sua comunidade não teve. Nesse caso, a elite negra refere-se àqueles que tiveram acesso a formas e bens culturais que lhe proporcionaram a possibilidade de ocupar espaços sociais comumente não destinados aos negros na época. A expressão não pode ser equiparada ao uso do termo “elite” da forma como é aplicada aos grupos com amplos privilégios socioeconômicos e que, por isso, estão largamente distanciados dos demais membros das sociedades em que estão inseridos.

Discute-se, aqui, o potencial de diferenciação dos intelectuais negros, tanto do jornal *O Exemplo* como do jornal *A Alvorada*, em relação aos demais negros, ocupando espaços sociais particularizados a que a maioria dos demais não tinham acesso. Essa singularidade estava associada ao domínio da palavra escrita, mas também ao alcance que tinham, em decorrência disso, aos ambientes sociais, profissionais e políticos que ainda não eram frequentados, sem questionamentos, pela maioria dos demais negros. Afirma-se aqui o papel intelectual e cultural desses indivíduos nas sociedades que integravam.

Destacar, aqui, essa posição não nega a desigualdade a que, mesmo os intelectuais, estavam sujeitos. E, tampouco, procura estabelecer um caráter de rivalidade entre os membros de um mesmo grupo étnico suscetível aos efeitos do mesmo sistema escravocrata. Entretanto, apresenta um elemento a mais no contexto de pluralidade e de complexificação ao qual esses afrodescendentes estavam propensos.

As menções aos negros do final do século XIX e do início do século XX, salvo algumas exceções salientadas por episódios e períodos específicos da História, dificilmente incluem termos como intelectuais, cientistas, eruditos, pensadores e outros substantivos que generalizem indivíduos afrodescendentes, a partir de um marcador que estabeleça um sentido que extrapole suas capacidades artísticas ou físicas. Sendo assim, destacar a expressão “elite negra” reforça a condição de excepcionalidade dos intelectuais negros que lideravam os jornais analisados em relação aos demais membros de seu grupo. E, ainda, acentua seu comportamento de liderança e de responsabilidade em relação à tomada de consciência e mobilização dos afro-brasileiros.

Segundo o próprio jornal *O Exemplo*, o impresso tinha caráter “literário, crítico e noticioso”. No entanto, era com os anúncios de eventos, felicitações, datas comemorativas e informações de cunho mais pessoal que o jornal adquiria recursos

para se manter em atividade. O papel das associações e sociedades de base negra também foi essencial para *O Exemplo*. Elas eram, ao mesmo tempo, uma espécie de mantenedoras e receptoras do material produzido. Nos ambientes que eram sede desses grupos, o jornal circulava depois de pronto, mas também era lá que surgiam eventos e episódios passíveis de integrar as páginas do jornal. Era, assim, papel dos intelectuais negros elaborar reflexivamente as ocorrências significativas para a comunidade negra e, de forma literária, crítica ou noticiosa, devolvê-las ao grupo a partir das páginas dos jornais.

Entretanto, a ação mais difícil e importante da atividade exercida pelos intelectuais que lideravam o jornal *O Exemplo* parecia ser o combate às mazelas vividas pelos negros no período pós-abolição. E, nesse sentido, a questão da educação e a importância do protagonismo negro assumiam a centralidade dos debates presentes no periódico. A página inicial do exemplar número 1 da publicação menciona:

Devemos mostrar a sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grau de estudo a que o sujeitamos e, por consequência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme (*O Exemplo*, 11/12/1892).

Essa manifestação mostra a relevância atribuída à educação, ao papel dos sujeitos na transformação da realidade, mas também destaca a luta assumida contra o preconceito racial, que não diminuiu com a Abolição da Escravatura, ao contrário, assumiria, especialmente, no início do século XX, uma perspectiva que pretendia demarcar uma visão científica para a questão racial, com um viés biológico racista, não só no Brasil, mas no mundo todo. “Segundo a visão da época, a explicação para a falta de sucesso profissional ou social dos negros e mestiços estaria na biologia; ou melhor, na raça<sup>13</sup>, e não numa história pregressa ou no passado imediato” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 343). Com isso, era preciso desmistificar essas

---

<sup>13</sup> É importante destacar que a concepção de raça é adotada nesta tese a partir de uma perspectiva sociológica em que “raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça existe em função das ideologias racistas. [...] Embora essas teorias tenham sido desacreditadas pela maioria da comunidade científica, a crença na existência de raça está arraigada nas práticas sociais, atribuindo ao conceito de raça grande poder de influência sobre a organização social” (TELLES, 2003). Ver mais em: TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

teorias<sup>14</sup> e vencer essa outra dimensão desafiadora que negava o passado e impedia o avanço no presente.

Diante desses desafios, a preocupação dos intelectuais ligados ao *O Exemplo* assumiu uma postura ainda mais efetiva a partir do início do século XX. Segundo Santos (2010), a questão da educação aparece como uma importante ferramenta:

Em 1902, quando o jornal *O Exemplo* fez dez anos de existência, foi anunciada a fundação de uma escola noturna mantida pelos redatores e articulistas que circulavam ao redor do periódico. A criação da escola e os debates recorrentes sobre as questões que envolviam a educação dos negros, veiculados nas páginas do periódico, nos indicam que essas discussões passaram a ser, principalmente ao longo do século XX, a principal orientação editorial do jornal (SANTOS, 2010, p. 88).

As ideias que foram declaradas ao longo dos dez primeiros anos de existência do jornal evidenciaram-se por meio da materialização de uma prática no campo da educação. Com isso, esses intelectuais passaram a atuar não só em relação aos negros letrados, mas inclusive na formação de outros leitores e, quem sabe, possíveis escritores. Era a continuidade de um projeto iniciado pelo jornal e destinado à “construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo” (PINTO, 2010, p. 20). A educação assumida como protagonista do processo de transformação social.

A chegada do século XX trouxe uma companhia de peso ao jornal *O Exemplo* no que se refere à imprensa negra. Embora Pelotas já tivesse contado com um periódico da imprensa negra (*O Ethiópico*, de 1886), em 1907, o jornal *A Alvorada* iniciou suas atividades buscando um meio de representatividade negra como uma das formas de lutar contra a situação dos afropelotenses no pós-abolição. Como já foi mencionado, esse periódico é reconhecido como o representante da imprensa negra que circulou por mais tempo em território brasileiro. Até 1965, *A Alvorada* pautou o debate público na região meridional do Rio Grande do Sul, discutindo a situação e o papel dos negros na sociedade não só em Pelotas, mas também em Rio Grande, Canguçu, Bagé, Jaguarão e Alegrete.

---

<sup>14</sup> As teorias raciais, que embasavam um racismo científico, difundidas a partir da metade do século XIX, pressupunham a ideia de que a humanidade estava dividida em raças e que, por haver diferenças entre elas, era concebível uma hierarquia biológica, na qual os brancos ocupam uma posição naturalmente superior. Ver mais em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

A publicação dominical, liderada por Antonio Baobab, Rodolfo Xavier, Juvenal e Durval Marena Penny, posteriormente vendida para Rubens Lima, Carlos Torres e Armando Vargas, tinha como singularidade ser mantida por um grupo de trabalhadores negros e tinha um programa baseado na defesa dos operários e dos afropelotenses. Com esse destaque, percebe-se que os sujeitos que estavam à frente dos jornais da imprensa negra, em especial no caso do *A Alvorada*, não deixavam de visualizar o contexto específico daquele momento histórico. Olhava-se para o passado escravocrata, mas, sobretudo, havia uma real preocupação com a organização dos negros para a vida que se apresentava a partir de então. Nesse caso, as questões trabalhistas, que se acentuaram a partir da década de 1930, já estavam entre as questões mais relevantes para os redatores.

Segundo Santos (2003, p. 97), o jornal pelotense encaixava-se no grupo denominado imprensa negra, mas não pode deixar de ser descrito como um periódico que mantinha relações com um aspecto específico da imprensa tradicional:

o jornal *A Alvorada* pode ser definido como fazendo parte da “imprensa de opinião”, pois era uma pequena empresa, com pouco capital investido e circulação direcionada para um segmento da população. A gestão administrativa era improvisada e primava por opiniões políticas apaixonadas. Dirigido para um público específico, o jornalismo era considerado, por aqueles que escreviam, quase um sacerdócio, exercido com opiniões bem definidas no sentido de influenciar a vida cotidiana dos seus leitores.

Em geral com oito páginas, a publicação semanal de Pelotas assumiu um caráter de luta política, não só em relação à questão racial, mas também dialogando com a causa operária, cujo grupo majoritário era composto por afrodescendentes, mas não só eles. O contexto mundial da época favorecia essa intersecção. As lutas trabalhistas eram tema no Brasil, mas antes disso assumiram um papel de destaque, sobretudo, na Europa.

Em relação ao surgimento do jornal, os irmãos Durval e Juvenal Penny foram os organizadores iniciais. Eles trabalhavam no jornal *O Arauto* como gráficos e começaram a se dedicar ao *A Alvorada* depois do expediente. Em consonância com o que aconteceu com *O Exemplo* e outros jornais da imprensa negra, o jornal pelotense sofreu interrupções ao longo de sua existência. Inicialmente circulou entre 1907 e 1910. Depois, retornou entre 1931 e 1937, tendo sua publicação interrompida em decorrência da repressão operada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas — período

que será abordado posteriormente neste capítulo. Sua última fase foi de 1946 até 1965, quando encerrou suas atividades.

Assim como *O Exemplo*, o jornal *A Alvorada* situava a educação no centro das preocupações e das atenções. “Aqueles que escreviam no semanário acreditavam que, uma vez instruídos, os negros tomariam conhecimento dos seus direitos e deveres, saberiam advogá-los e se encaminhariam para a busca da cidadania plena” (SANTOS, 2003, p. 136). A busca pela instrução, a valorização da cultura letrada e a organização da sua história, bem como o conhecimento acerca daquilo que era relevante na sociedade como um todo eram bandeiras defendidas pelos intelectuais da imprensa negra, tanto em Porto Alegre como em Pelotas. Sobre o aspecto da educação, a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach destaca que:

Desde as últimas décadas do mundo da escravidão brasileira, entre as falas dos abolicionistas e as pautas das associações negras dos inícios da República, a instrução era entendida como meio de afirmação social e de acesso à cidadania pelos setores negros da sociedade. Nos ditos e nas trovas populares, a ida dos recém-libertados à escola era uma das grandes regalias obtidas com a emancipação de 1888. Já entre os movimentos sociais do século XX, da Frente Negra Brasileira aos jornais da imprensa negra, a inclusão dos negros na escola pública e o acesso à educação em todos os seus níveis eram reivindicações feitas ao Estado republicano, e apareciam igualmente como conselhos dirigidos às famílias negras que pretendiam se afirmar numa sociedade recém-egressa da escravidão (WISSENBACH, 2018, p. 297).

Evidentemente, essa premissa, apresentada pela autora, acabava por subestimar outros fatores relevantes que afastavam os negros dos postos de trabalho e das vivências sociais ligadas à cidadania. De qualquer forma, a priorização da educação manifesta um ideário político fundamental para a análise posterior dos periódicos. E também se configurava como um instrumento capaz de enfrentar as ideologias, os contextos e os ataques sofridos pela população negra no pós-abolição.

O determinismo biológico, já mencionado, difundido no Brasil das primeiras décadas do século XX, era visto como um dos principais elementos a serem combatidos. Era preciso mostrar às demais camadas da sociedade que os negros eram capazes de uma atuação social relevante e que poderiam superar as baixas expectativas da comunidade não-negra, o que contribuiria para a obtenção de direitos que lhes foram negados historicamente. Muitas vezes, essa busca acabou por promover certa negação dos elementos culturais negros e uma ideia de que ao se



afastarem das características da negritude<sup>15</sup> seria mais fácil conquistar o espaço social requerido.

No entanto, a imprensa negra e sua defesa da busca dos afrodescendentes pela instrução promovia um movimento que divergia disso. Os periódicos tratavam da cultura negra e de seus símbolos e representantes como forma de união e fortalecimento da população negra. Valorizar a educação dos negros, para a maioria dos intelectuais, de modo algum incluía um embranquecimento cultural, como havia sido recorrente nas ações políticas e culturais daquele tempo, elementos que serão tratados ainda neste capítulo. Ao contrário, a educação seria um valioso instrumento de afirmação da identidade e de transposição das barreiras impostas até então.

As duas publicações sul-rio-grandenses destacadas compõem, especialmente na primeira metade do século XX, uma ferramenta de atuação e representatividade negra. Por meio delas, afrodescendentes da capital e do interior do estado, além das regiões que circundavam Porto Alegre e Pelotas e outros estados que tiveram acesso a essa produção, puderam visualizar a sua história e os seus anseios. As publicações ocuparam um espaço importante no cenário público do estado, assim como o fizeram os jornais espalhados por outras localidades do país. Segundo o historiador Petrônio Domingues,

Uma das atividades mais regulares dos intelectuais e militantes negros é a produção de periódicos, que lhes proporcionaram um espaço que não teriam em outros meios de comunicação. A imprensa negra é um veículo em que rostos e vozes afro-brasileiras ocupam a esfera pública para expor, pela escrita ou imagética, suas ideias, narrativas, demandas, subjetividades, estéticas corporais, seus problemas, dilemas, heróis, mitos e utopias redentoras (DOMINGUES, 2018, p. 259).

É a construção de uma liberdade cuja promulgação na forma de lei não foi suficiente para possibilitar aos negros o reconhecimento da sua participação na formação e na continuidade de uma sociedade brasileira. Sendo assim, a imprensa negra contribuiu para o engendramento de uma identidade negra que vislumbrasse seus valores e que encontrasse entre os seus as razões e as motivações para uma

---

<sup>15</sup> Adota-se aqui o conceito de negritude a partir dos estudos de Munanga (2012), em que a ordem biológica não é a essência do termo, embora tenha relação com a cor da pele negra. Para o antropólogo, a negritude ou a identidade negra não se referem somente às diferentes culturas de quem tem a pele negra, mas também à trajetória comum de desumanização e tentativa de destruição dessas culturas.

mudança social, assumindo o protagonismo dessa trajetória e registrando pela escrita essa movimentação.

Cabe ressaltar que, tanto em *O Exemplo* como em *A Alvorada*, havia um espaço significativo para a exaltação de personalidades negras importantes em âmbito nacional e regional, também esse aspecto será abordado com maior profundidade no capítulo 3, que trata do Movimento Negro. O destaque para esses sujeitos, considerados por muitos como heróis, por serem atuantes na causa negra antes e depois da abolição, criava exemplos a serem seguidos e apresentava para a população negra as referências de uma história que, se não esquecida, muitas vezes foi marginalizada, tratada como secundária ou desimportante. Nesse sentido, as páginas da imprensa negra, em especial, os periódicos analisados neste estudo, contavam com nomes de negros que alcançaram expressividade e que, muitas vezes, não foram reverenciados da maneira como parte da comunidade negra entendia que deveriam ser.

Esta pesquisa tratará desses nomes, mas, antes disso, faz-se necessário destacar algumas das personalidades do Rio Grande do Sul que tiveram também esse papel relevante na história de luta dos afrodescendentes do Estado. Esses sujeitos são os que produziram os jornais aqui analisados, e a eles faz-se menção para a compreensão do contexto social de onde as manifestações dessa imprensa são oriundas.

### **2.3.1 Os rostos por trás das páginas**

Atribui-se o título de intelectuais negros<sup>16</sup>, ligados à imprensa do final do século XIX e do início do século XX, aos sujeitos que lideraram as publicações destinadas a tratar de temas de interesse da população afrodescendente no Brasil. Ao longo do território nacional, diversas personalidades estiveram à frente desses projetos que discutiam a situação dos negros brasileiros. Muitos desses sujeitos têm pouco ou nenhum reconhecimento na sociedade atual. Em especial, no Rio Grande do Sul, as lideranças negras que atuaram nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* são identificados

---

<sup>16</sup> Este estudo adota a expressão “intelectual negro” da mesma forma como a toma Santos (2011) ao se referir aos redatores e jornalistas da imprensa negra dos séculos XIX e XX.

com mais ênfase por pesquisadores ou apenas nas regiões em que os jornais circularam e, mesmo assim, são poucos os que sabem de sua existência.

A identificação dos intelectuais que trabalharam na imprensa negra constitui elemento importante para conhecer o contexto de produção dos periódicos e a perspectiva que orientava as publicações. Mesmo que, em certos casos, houvesse algum cuidado em relação à manifestação política para além da questão racial nos textos escritos, é inegável que a identidade dos sujeitos, sua história e suas preferências políticas davam o tom aos jornais e delineavam a perspectiva em que seriam abordados os temas ligados à população negra.

Em relação aos fundadores do jornal *O Exemplo*, destacam-se nomes já citados neste capítulo. Entre eles, alguns tinham certa visibilidade no cenário social de Porto Alegre e, por isso, é possível identificá-los e encontrar informações um pouco mais específicas sobre o seu papel social. Outros figuram de forma importante para a estruturação do jornal, no entanto, não há referências a fontes consistentes que possam traçar detalhes de sua atuação na comunidade.

A ocupação no serviço público de Porto Alegre era um ponto em comum entre alguns dos intelectuais. Arthur de Andrade, o primeiro diretor de redação do jornal, era funcionário público dos Correios. Marcílio Freitas, editor gerente do jornal, também era funcionário público dos Correios e, posteriormente, assumiu um cargo público na Secretaria da Fazenda. Arthur Gama era funcionário público do Tesouro do Estado.

Também havia membros de famílias conhecidas na cidade naquela época. Aurélio Bittencourt Júnior e Sérgio Bittencourt, ambos da comissão de redação, eram filhos de Aurélio Viríssimo de Bittencourt<sup>17</sup>, jornalista, escritor e funcionário público na capital. No entanto, Aurélio Viríssimo ganhou destaque trabalhando como secretário do presidente da província nos governos de Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Além disso, Aurélio Viríssimo era conhecido como um grande militante abolicionista, vinculado à Irmandade do Rosário<sup>18</sup> e com ampla atuação no cenário social de Porto Alegre. Sendo assim, seus filhos e, posteriormente, o neto, Dario de Bittencourt, tinham referências e experiência fundamentada em relação às

---

<sup>17</sup> Aurélio Viríssimo de Bittencourt será mencionado outras vezes, nesta tese, em virtude de sua menção nas páginas do jornal *O Exemplo*, bem como sua importância no cenário político e cultural de Porto Alegre.

<sup>18</sup> As irmandades religiosas e demais espaços de sociabilidade e atuação política dos afrodescendentes serão abordados no próximo capítulo.

questões políticas abordadas no jornal. Dario de Bittencourt, diretor de *O Exemplo* entre os anos de 1920 e 1930, formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Outra família significativa para o jornal era formada pelos irmãos Esperidião Calisto e Florêncio Calisto. Foi na barbearia de propriedade desta família, na Rua dos Andradas, número 247, no centro de Porto Alegre, que o jornal foi fundado e hospedado em sua produção, já que Esperidião era barbeiro e recebia no estabelecimento os outros intelectuais. Os irmãos Calisto eram filhos de Calisto Felizardo de Araújo, tesoureiro da Irmandade do Rosário. Mais uma vez, as influências familiares e a atuação social aparecem como significativas para o envolvimento dos filhos no cenário jornalístico e militante de Porto Alegre.

Como foi mencionado anteriormente, com o passar do tempo, foram-se reunindo, à produção de *O Exemplo*, outros nomes que mantinham certas características comuns aos primeiros ou, ainda, diversificavam ainda mais a gama de atuações para além do envolvimento com o jornal. Clemente Gonçalves de Oliveira, por exemplo, era oficial de justiça. Pedro Tácito Pires era líder operário e diretor de redação do jornal de 1899 *A Voz Do Operário*. Alcebíades Azeredo dos Santos era advogado e fundou, em 1912, o jornal *O Viamonense*, que ainda circula na cidade de Viamão, no Rio Grande do Sul, sob o nome atual de *Correio Rural*. Henrique Martins era líder anarquista e criador do Sindicato Tipográfico e da União Tipográfica em Porto Alegre. Arnaldo Dutra era formado em medicina e, também, teatrólogo, jornalista e tendo sido diretor de outros jornais como “O Imparcial” e “Gazeta do Povo”. Júlio da Silveira era membro da Cooperativa da Escola de Engenharia de Porto Alegre e pai do jornalista Antônio Onofre da Silveira. Argemiro Salles era encarregado da seção de transportes da Escola de Engenharia de Porto Alegre. João Baptista de Figueiredo era ator amador e Prior da Irmandade do Rosário. Alcides de Chagas Carvalho era diretor do semanário “A Rua”.

A partir dessas breves descrições, é possível perceber a pluralidade dos envolvidos na produção do jornal *O Exemplo* e, dessa forma, já se desenha o caráter heterogêneo dos textos e discursos em suas páginas. Cabe destacar a atuação de vários desses intelectuais em outros jornais, o que reforça o envolvimento social destes indivíduos no cenário cultural de Porto Alegre.

No jornal *A Alvorada*, a diversidade também se fazia presente. O periódico pelotense tinha menos indivíduos liderando a sua produção, mas contava com correspondentes de fora da cidade. Entretanto, no sentido de exemplificar os

principais envolvidos no projeto, este estudo dá destaque aos fundadores do periódico e aos que mantiveram, depois desses, o jornal em funcionamento. Cabe ressaltar que, em virtude da proximidade cronológica com a atualidade e do menor número de envolvidos diretos, o acesso às fontes é mais facilitado em relação ao *A Alvorada*.

Rodolfo Xavier foi um dos fundadores do jornal e era líder sindical em Pelotas. Fez parte do conselho consultivo da Frente Negra Pelotense, movimento negro que será descrito no próximo capítulo. Filho de mãe escravizada, nasceu livre e foi alfabetizado em um curso noturno em Pelotas junto com seu irmão Antônio Baobab, também fundador do *A Alvorada* e considerado um grande mentor intelectual para os demais criadores do jornal. Antônio Baobab também era uma liderança operária e foi professor e líder da comunidade negra, ocupando um cargo na diretoria do Asilo São Benedito<sup>19</sup>. Foi coordenador do Centro Etiópico e fez parte da diretoria da Sociedade Beneficente Feliz Esperança, ambas associações negras da cidade de Pelotas.

Juvenal e Durval Marena Penny eram irmãos e foram considerados pelos demais membros como donos do jornal *A Alvorada*. Ambos trabalhavam como gráficos na produção do jornal *O Arauto*, de Pelotas, e, após o expediente, dedicavam-se ao jornal da imprensa negra. Posteriormente, Durval formou-se em Medicina no Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro no início do século XX e mantinha uma farmácia e um consultório médico no centro de Pelotas. Juvenal, mais jovem, era tipógrafo e também criou uma fábrica de fogos de artifício. Nos espetáculos pirotécnicos que organizava, aproveitava para divulgar o jornal *A Alvorada*, que foi de sua propriedade entre 1907 e 1945. Fundou o Clube Está Tudo Certo e foi membro do conselho consultivo da Frente Negra Pelotense.

Após 1946, Rubens Lima adquiriu o jornal de Juvenal Penny e, junto a outras duas personalidades negras da cidade de Pelotas, assumiu os encaminhamentos do *A Alvorada*. Rubens foi presidente do clube negro Fica Ahí Prá Ir Dizendo, que mantinha atividades de cordão carnavalesco<sup>20</sup>.

Junto a Rubens Lima, os dois responsáveis pelo jornal foram Arnaldo Vargas e Carlos Torres. Vargas foi diretor do jornal nas décadas de 1930 e 1940. Foi membro

---

<sup>19</sup> Instituição pelotense de acolhimento de meninas de qualquer cor de pele, fundada no ano de 1901, por Luciana Lealdina de Araújo, filha de escravizados.

<sup>20</sup> Os cordões carnavalescos eram agremiações recreativas que se reuniam para festejar o Carnaval, principalmente entre o final do século XIX e o início do século XX, mas que perduraram em muitos lugares até a década de 1960.

do conselho consultivo da Frente Negra Pelotense e associado do clube negro Clube Fica Ahí. Carlos Torres foi um dos fundadores da Frente Negra Pelotense e membro da diretoria do clube negro Fica Ahí Prá Ir Dizendo.

Além de um perfil muito ligado ao movimento sindical, o envolvimento dos membros do jornal *A Alvorada* com as associações negras é um componente de destaque na atuação desses intelectuais e de seus colaboradores. Essas especificidades são elementos importantes que contribuem para a compreensão e análise das ideias defendidas por estes homens nos textos comemorativos ao 13 de maio.

#### 2.4 A REPÚBLICA BRASILEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Os textos dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* foram publicados na primeira metade do século XX. Sobre esse período é necessária uma contextualização para que se compreenda o cenário político, social e cultural em que estavam inseridos.

A recém-nascida República ainda era um mosaico de posicionamentos, ideias, personagens e sonhos. Proclamado em 1889, o Brasil republicano era, nas primeiras décadas do século XX, o conjunto de restos e rastros do período imperial há pouco encerrado.

Como uma espécie de ironia, a Proclamação da República foi anunciada oficialmente, não por Deodoro da Fonseca, militar protagonista da extinção da monarquia no Brasil, no dia 15 de novembro de 1889, quando liderou a derrubada do gabinete ministerial do império. Foi um jornalista negro, José Bonifácio, expoente da campanha abolicionista nacional, que, como vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, anunciou o fim do governo de Dom Pedro II no Brasil e o início de uma nova forma de governo no país. Conhecido como jornalista da abolição, cabe ressaltar que Patrocínio sempre colocou a causa negra à frente da causa republicana.

Segundo Maria Fernanda Lombardi Fernandes (2006, p.188), tratando das relações entre os republicanos e a abolição, a extinção da escravidão trouxe divergências entre os defensores da República. José do Patrocínio chamava de “republicanos de 14 de maio” aqueles que passaram a desejar a República como forma de demonstrar o seu descontentamento com a Monarquia que havia institucionalizado a Abolição da Escravatura. Diante disto, Patrocínio mostrava-se rígido em manifestar que a República não poderia ser representante dos que

defendiam o sistema escravocrata. Para alguns, a monarquia estaria associada à abolição e, sendo assim, os descontentes com essa ruptura encontraram na luta republicana uma forma de declarar a contrariedade com o regime monárquico. Esta perspectiva demonstra uma das razões pelas quais o nascimento da República brasileira continha inconsonâncias que, desde os primeiros momentos, desnudavam a luta de interesses e as disputas discursivas que marcariam diferentes aspectos do regime que substituiu a Monarquia.

A primeira metade do século XX foi constituída pelo caminho tortuoso de construção de uma república. Nas primeiras décadas, a chamada República Velha, entre os anos de 1889 e 1930, ainda manifestava uma visão de que pouco interessava a inclusão das populações menos favorecidas num cenário político, social, cultural e econômico com mais oportunidades. Os direitos dos cidadãos não foram priorizados nesse momento. E as decisões políticas favoreciam, com grande vantagem, os grupos economicamente mais abastados, visto que as oligarquias rurais dominavam o cenário político do país.

De qualquer forma, a implementação da República gerou algumas mudanças. O presidencialismo e o federalismo caracterizavam as instituições que buscavam, de certa forma, descentralizar algumas decisões, dando autonomia aos estados, que anteriormente eram chamados de províncias. Houve a separação da Igreja e do Estado. Iniciou-se o registro civil de nascimentos, casamentos e mortes. Estas foram algumas das transformações pelas quais o Brasil passou com a chegada da República e, mais especificamente, com a promulgação da Constituição 1891, o primeiro conjunto de leis do país nestes novos moldes.

Alguns traços da Monarquia foram sendo transformados para receber a República; outros foram mantidos. A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz e a historiadora Heloísa Starling mencionam que “certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas. Uma delas era o perfil oligárquico da nação: novas leis eleitorais mantiveram o número reduzido de eleitores e cidadãos elegíveis para os cargos públicos” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320). Isso conferia à república um caráter de conservação de determinados elementos políticos e sociais. Aliás, estruturas sociais e políticas criadas no período colonial e mantidas em grande parte pelo regime monárquico não foram combatidas pelas oligarquias que se beneficiavam dessas dinâmicas.

Do ponto de vista político, a chamada Primeira República reuniu a ambição dos militares pelo poder e, depois, predominantemente, dos grandes proprietários rurais, em especial os cafeicultores paulistas. A estes sobrava ainda o gosto amargo do fim da escravidão negra no território brasileiro. E, nesse contexto, não se mostravam muito interessados em olhar para a população de baixa renda com algum tipo de cuidado relevante como auxílio na construção da sua cidadania. A população rural estava sob o domínio dos latifundiários e não tinha acesso à educação, tampouco outras formas de autonomia, como a escolha do voto, por exemplo.

Em relação a esse autoritarismo local, que predominou ao longo da República Velha, sobressaiu-se o termo “coronelismo”, em referência ao posto honorífico de coronel, elemento constituinte da Guarda Nacional durante a fase imperial do Brasil. Entre os chamados coronéis, era comum a dominação e o paternalismo, o que resultava na manipulação de votos e opiniões, além da noção de que vinha deles a própria lei.

Nesse cenário político, no início do século XX, o Brasil estava fortemente marcado pela desigualdade social, pelo racismo, pela insatisfação política e pelo descaso com as necessidades básicas da maioria da população. Nesse contexto, a exemplo do que já havia acontecido no final do século XIX com a Guerra de Canudos<sup>21</sup>, eclodiram no país várias revoltas que envolveram a população do campo, da cidade e até mesmo o meio militar. A pobreza, a violência militar, o medo das ações políticas e o fanatismo religioso provocaram a mobilização de alguns setores nesse período.

No meio urbano a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922) e as greves de operários foram alguns movimentos que reivindicaram mudanças sociais, denunciando, predominantemente, os castigos físicos, a falta de direitos e a violência com que os grupos privilegiados tratavam a população.

Por volta de 1840 iniciou, no Brasil, a industrialização. O início do século XX foi movimentado no setor industrial especialmente pelo incremento propiciado pela

---

<sup>21</sup> Conflito armado ocorrido entre 1896 e 1897 no arraial de Canudos, sertão da Bahia, que colocou em oposição a população e o governo republicano recém-iniciado. O movimento tinha um caráter messiânico, a partir da liderança do religioso Antônio Conselheiro, e significou a tentativa de resistência dos sertanejos às péssimas condições de vida e exploração a que estavam submetidos. A resposta do governo republicano foi o envio das forças do Exército que realizou um massacre da população que resistiu, dizimando o arraial com fogo.



chegada dos imigrantes europeus. Com eles também vieram significativas formas de organização política que foram consideráveis influências para a mobilização operária que se deu nesse período.

No que diz respeito às greves dos operários, cabe destacar que a classe trabalhadora urbana era minoria no Brasil, país que ainda concentrava grande parte de seus habitantes no meio rural. No entanto, era visível que, mesmo em menor número, esse grupo formado por imigrantes, ex-escravizados e descendentes desses dois núcleos estavam descontentes com os salários, as condições de trabalho, a falta de uma legislação que os amparasse e o descaso com suas reivindicações.

As manifestações ocorridas no meio militar também tiveram um papel muito importante. A Revolta da Chibata, concentrada na marinha brasileira, tinha um caráter bastante popular e elementar. O desgosto de marinheiros negros e mestiços dizia respeito aos castigos físicos que sofriam em situação de trabalho. Era como se, na marinha, as práticas e decisões ainda estivessem sob a lógica da relação entre senhores e escravizados.

A Revolta dos 18 do Forte de Copacabana inaugurou o chamado movimento tenentista<sup>22</sup>, em que os tenentes das forças armadas destacaram sua insatisfação com a perda de poder que lhes coube com a chegada da República Velha. Esse movimento deixava claro o descontentamento com a política presidida pelos latifundiários, que, segundo setores de baixa patente das forças armadas, como tenentes, sargentos, cabos e soldados, não condizia com a ideia republicana almejada com o fim da monarquia.

Em relação à Revolta da Vacina, a forma como foi empreendida a modernização do Rio de Janeiro, expôs o descaso do governo com as populações marginalizadas. Além disso, a campanha de vacinação forçada instaurou medo nos habitantes, já que, para eles, não seria surpresa se houvesse a intenção de uma política de extermínio dos desfavorecidos economicamente. A então capital do país estava escancaradamente marcada pelo desemprego, pela miséria e por sérios problemas sanitários provenientes do descarte indevido do lixo e da presença de

---

<sup>22</sup> O Tenentismo foi uma manifestação político-militar que atuou de forma mais intensa nos anos de 1920 no Brasil. Os tenentes, oficiais de baixa e média patente do Exército, ambicionavam promover transformações no modelo de Estado do Brasil. Nesse sentido, estiveram à frente, além da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, de movimentos como a Comuna de Manaus, a Revolta Paulista de 1924 e a chamada Coluna Prestes.

muitos ratos e mosquitos que transmitiam doenças. Evidentemente, a população periférica era a principal prejudicada nesse panorama.

No Rio Grande do Sul, a tensão política também foi marcante, desde o século XIX. Os conflitos ocorridos na Revolução Federalista<sup>23</sup>, de 1893, permaneceram até chegar a outra revolta armada, chamada Revolução de 1923. Nesse contexto, estiveram em lados opostos os partidários do governador Borges de Medeiros, chamados de chimangos e identificados com lenços brancos no pescoço, e os rebeldes liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil que, a exemplo daqueles que lutaram, no final do século XIX, contra o governo de Julio de Castilhos, ficaram conhecidos como maragatos e mantinham o uso do lenço vermelho. A motivação para o conflito estava relacionada aos inúmeros setores sociais descontentes com a situação política e econômica do Rio Grande do Sul. Embora os rebeldes tenham sido superados pelo governo, a guerra conseguiu promover alterações na Constituição do estado.

Esses e outros movimentos populares ou militares expuseram a heterogeneidade com que se formava a república no Brasil e os anseios que a vida na cidade provocava entre a população que se via negligenciada pelas classes dominantes e pelo governo. É como se a monarquia tivesse sufocado, até então, inúmeras aspirações que não puderam mais ser reprimidas com a emergência de uma nova organização política no país.

É relevante ressaltar também que o cenário internacional teve influência no modo como os brasileiros passaram a entender e questionar a república. Na América Latina, por exemplo, o Brasil foi o único país que, após o processo de independência, adotou a forma de governo da antiga metrópole. A manutenção de uma monarquia entre repúblicas, ao longo de quase todo o século XIX, retardou o envolvimento da população em questões essenciais, mas que não puderam ser freadas com a chegada da república. Até a relação dos militares brasileiros com os militares de outras nações

---

<sup>23</sup> Conflito ocorrido no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1893 e 1895, marcado pelo descontentamento de parte da oligarquia rural contrária ao presidencialismo brasileiro e defensora de um parlamentarismo que viabilizasse maior autonomia dos estados da Federação. Os rebeldes, conhecidos como maragatos, ambicionavam também a deposição do governador do estado, Julio de Castilhos.

da América Latina, por ocasião de conflitos bélicos<sup>24</sup>, possibilitou uma influência estrangeira significativa em relação a como os brasileiros avaliavam o seu país.

Outra área, ligada ao meio urbano, que foi determinante para a composição da identidade brasileira no início da república foi a realização da Semana de Arte Moderna, em 1922<sup>25</sup>. Por meio da arte e de uma visão de mundo que refletia sobre a produção artística estrangeira, mas priorizava uma construção com forte apelo aos símbolos e às representações nacionais, o evento inaugurou o Modernismo no Brasil e apresentou uma imagem híbrida e popular da nação no cenário cultural. Intelectuais, músicos, pintores, escultores e escritores destacaram um Brasil a ser revelado e que, por muito tempo, foi ofuscado pelas classes dominantes.

No campo, a Guerra do Contestado e o movimento social denominado Cangaço foram exemplos que marcaram a convulsão social em que o Brasil se encontrava nas primeiras décadas da república. O país, que ainda era predominantemente rural, mantinha relações baseadas no coronelismo, no fanatismo religioso e nos privilégios ligados à posse de terras. Nesse contexto, a pobreza e o fervor religioso davam o tom das reivindicações feitas pelas populações rurais nas primeiras décadas do século XX.

Na fronteira entre Santa Catarina e Paraná, a Guerra do Contestado foi pautada pela disputa de territórios e pelo desamparo tanto da população camponesa que foi desapropriada, quanto das pessoas que foram deslocadas para a região como mão de obra para a construção de uma estrada de ferro. Com um forte caráter messiânico<sup>26</sup>, a rebelião desnudou o cenário de miséria vivido pelos sertanejos na região.

---

<sup>24</sup> É possível que a mais significativa influência, nesse contexto, tenha sido a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870. Os interesses políticos, econômicos e territoriais na Região da Bacia Platina colocaram em conflito a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, e o país Paraguai que foi arrasado ao final da guerra. Na ocasião, os exércitos desses outros países latino-americanos manifestavam aos militares brasileiros suas experiências republicanas. Essas relações, entre outros aspectos, contribuíram para o questionamento dos militares quanto à situação política vivida no Brasil.

<sup>25</sup> A Semana de Arte Moderna ocorreu entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo. O evento fazia parte das festividades relacionadas ao Centenário da Independência do Brasil e reuniu a exposição de obras e sessões de literatura e música.

<sup>26</sup> Considerando a ideia de que o messianismo significa o retorno de um enviado divino, o Brasil viveu momentos de crise política em que lideranças religiosas reuniram comunidades a sua volta promovendo rebeliões. O messianismo no Brasil está ligado às regiões sertanejas que, guiadas por essas lideranças, sentiram-se motivadas a lutar contra a opressão e a miséria.

No nordeste brasileiro, a situação dos sertanejos não era diferente. Diante do coronelismo, da miséria, da exploração dos mais poderosos e do descaso dos governos estabelecidos, um grupo de pessoas reuniu-se para realizar inúmeras ações rebeldes para manifestar sua insatisfação com a realidade vivida. Os cangaceiros, muitas vezes, causavam pavor por onde circulavam realizando roubos, sequestros e o saque de fazendas. Mesmo que fossem considerados bandidos por grande parte da população, despertavam também, entre aqueles que se percebiam não atendidos em suas necessidades, uma sensação de estarem sendo vingados.

Em comum, essas rebeliões, tanto as urbanas quanto as rurais, tinham em especial duas perspectivas: a reação a um modo de organização do Brasil que priorizava uns em detrimento de outros e, também, a forma violenta com que esses movimentos foram sufocados pelos governos locais e federal. A República que nascia legalmente sem a escravidão mantinha a desigualdade e a violência como marcas políticas e sociais.

Depois, com a chegada da Era Vargas<sup>27</sup>, em 1930, até certo ponto as classes trabalhadoras tiveram mais chances de reivindicar e ocupar espaços um pouco mais significativos. O contexto internacional<sup>28</sup> também favoreceu essa mudança e as lutas trabalhistas pelo mundo influenciaram as reivindicações e as tomadas de decisão no país.

O cenário político determinado pelos desdobramentos da Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, possibilitou a implantação de uma série de mudanças políticas, mas, principalmente econômicas e sociais, inclusive, na cultura do país. Cabe destacar que “o Estado autoritário que começava a se instaurar a partir de então, teve uma importante atuação, em nível cultural, para a construção de uma nova identidade nacional” (KERBER, 2005, p.124). Essa atuação identificada pelo historiador Alessandro Kerber (2005) atingiu vários setores, mas foi claramente evidenciada nos meios de comunicação, especialmente o rádio, e visava centralizar

---

<sup>27</sup> Período de governo do presidente Getúlio Dornelles Vargas, cujo primeiro mandato ocorreu entre os anos de 1930 e 1945 e o segundo, entre os anos de 1951 e 1954. O último governo foi interrompido pelo suicídio do político. Vargas chegou ao poder por meio da Revolução de 1930, colocando fim à República Oligárquica e à Política do Café-com-Leite.

<sup>28</sup> No início do século XX, diversas manifestações socialistas, comunistas e anarquistas dispersavam-se pela Europa, reivindicando os direitos dos trabalhadores. A Revolução Russa, em 1917, foi um marco importante das pautas dos trabalhadores como motivação para a organização social e política. A vinda de mais imigrantes para o Brasil, no início do século XX, facilitou a chegada dessas teorias e inspirações à sociedade brasileira.

as narrativas e produzir um novo sentido para a nação. Do ponto de vista político e econômico, a criação no Ministério do Trabalho foi um marco do governo Vargas. Essa realização tinha o intuito de regulamentar as relações entre empregadores e empregados, além de difundir o culto ao trabalho, em oposição a práticas ligadas à malandragem, que já fora associada ao povo brasileiro. Nesse sentido, os ideais do governo e a expansão da utilização do rádio para divulgar essas ideias estavam em total consonância.

Foi visível o crescimento urbano do Brasil a partir de 1930. Sendo assim, as reivindicações operárias ganharam mais fôlego do que tinham anteriormente. No entanto, o meio rural brasileiro manteve uma dimensão importante, embora, muitas vezes, negligenciada pelo governo central. A vida urbana ganhou destaque na perspectiva política de Getúlio Vargas e as leis trabalhistas e o controle sindical deram o tom dos anos de governo do presidente.

Os direitos sociais conquistados pela população, nesse período, foram uma novidade importante em uma nação em que a participação popular e a noção de direitos e deveres dos cidadãos não recebiam destaque por parte do governo. Entretanto, é importante destacar que a política de Vargas, ao possibilitar tais conquistas, estabeleceu uma relação que atrelava essas mudanças à política do Estado, na maioria das vezes, esvaziando as lutas dos trabalhadores e centralizando as vitórias em torno da sua imagem.

Embora sejam inegáveis os avanços sociais da Era Vargas, especialmente quando comparados aos períodos políticos anteriores do Brasil, é essencial perceber que a luta pela cidadania se fazia necessária em várias dimensões, já que do ponto de vista político e civil havia carências consideráveis. Em relação a esse período, o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho destaca que:

Foi o grande momento da legislação social, com avanço nos direitos sociais, ressignificando a cidadania, porém introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis, comprometendo em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2013, p. 89).

Nesse contexto das primeiras quatro décadas do Brasil do século XX, é flagrante a agitação social que caracterizou o período. Seja no campo ou na cidade, as pessoas declararam sua insatisfação com os poderes estabelecidos e com a forma como nascia a república. Foram tempos em que as classes populares denunciaram o Brasil vivido, desenhando o Brasil sonhado. E, nessa conjuntura, os movimentos

negros também buscaram o seu espaço, delineando de inúmeras formas os seus anseios pela cidadania negada desde o período colonial brasileiro.

Na primeira metade do século XX, a chamada imprensa negra, “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO, 2010, p.19-20) fortaleceu a sua produção. E, obviamente, a sua existência esteve atravessada pelas ocorrências, reivindicações e circunstâncias que marcaram o cenário nacional descrito anteriormente.

Considerando que a consciência coletiva brasileira é marcada por uma matriz dominante europeia ocidental ibérica, produziu-se aqui uma ideia de que havia cordialidade (HOLLANDA, 1968), conciliação, organização e aceitação do diverso, mesmo que as ações empreendidas no Brasil tenham sido, desde o início, o oposto disso. Desse modo, falar da imprensa negra e localizá-la nesse contexto de disputa por espaço e por sentidos é uma perspectiva muito importante. Apesar da ideia que paira de que o brasileiro é pacífico, hospitaleiro e homem bom, a formação social da nação esteve pautada pela violência, pela categorização dos seres humanos, pela supervalorização do poder econômico, pela predominância do patriarcalismo e pela exotização e desvalorização dos diferentes.

Nesse sentido, as construções culturais, políticas, sociais e econômicas em território brasileiro atuam nessa lógica desde o Brasil Colonial, passando pelo Império e manifestando-se de diferentes formas e servindo a distintos interesses no Brasil republicano, como foi descrito no início deste texto.

As relações de poder construídas durante o período colonial chegaram até a república no Brasil conservando a dinâmica de desigualdade, de mercantilização das relações, da ênfase no eurocentrismo e no uso da coerção com fins de convencimento. No entanto, tudo isso fica submerso numa atmosfera que faz propaganda da tolerância e da disposição dos brasileiros em viver pacificamente. Os conflitos e as disputas ocorridos na primeira metade do século XX mostram, justamente, o contrário disso.

Nessa perspectiva, tudo o que se produz fora dessa lógica e que denuncia o outro lado dessa moeda é visto, muitas vezes, como depreciativo, não formal, não científico ou não adequado em comparação ao discurso “oficial” acerca da nação. É nesse contexto que se insere a produção jornalística da chamada imprensa negra no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul no fim do século XIX e início do século XX. A atuação de vários intelectuais negros escrevendo sobre o seu povo, as suas

vivências e os seus anseios figuram como uma importante forma de resistência de uma cultura popular em relação à cultura dominante e, muitas vezes, vista como erudita.

Com o passar das décadas e dos séculos, a miscigenação, o sincretismo e o hibridismo, característicos da formação e consolidação da sociedade brasileira, mantiveram em suas raízes as marcas, principalmente, do período colonial que vigorou no território brasileiro por, pelo menos, 322 anos. O rompimento político com a metrópole deixou como herança aquilo que foi partilhado também nos outros recém-nascidos latino-americanos: “estados independentes, mas sociedades coloniais” (QUIJANO, 2005, p. 134). Em meio a essa afirmação de uma cultura nacional brasileira e do desenvolvimento de uma sociedade fortemente influenciada pelo eurocentrismo, percebe-se a realização de diferentes obras artísticas e literárias, além das rebeliões propriamente ditas, que procuraram reforçar certo caráter de brasilidade, que assumisse nossas raízes étnico-raciais, nossas mazelas econômicas e sociais e que reforçasse certo desejo por um afastamento da ordem europeia que sempre vigorou no Brasil.

Essa busca pela “brasilidade” e pela permanente construção e reflexão acerca das identidades brasileiras também pode ser percebida nos discursos proferidos pelos membros da sociedade que não estavam diretamente ligados à arte ou à literatura. E, muitas vezes, certas reivindicações e reflexões estavam associadas a grupos específicos dentro do corpo da nação.

É nesse contexto que se procura compreender os desdobramentos ocorridos no imediato pós-abolição, em que houve o início de um processo de construção sobre uma visão de cidadania, refletindo sobre o papel e o lugar dos negros numa sociedade desigual e racista, fruto de uma história marcada pela colonização, pela colonialidade e pelo eurocentrismo. Essa abordagem entende que a questão do protagonismo negro é relevante para o entendimento acerca da nação brasileira e que existe diversidade dentro da cultura brasileira e da identidade nacional, como percebe-se também a partir dos outros movimentos empreendidos no panorama das primeiras décadas da república.

Dessa forma, as construções discursivas dos intelectuais negros do interior e da capital do Rio Grande do Sul podem ser analisadas como importantes formas de atuação social e política desses indivíduos, acionando dimensões de participação que durante muito tempo pareceram não ter sido ocupadas por eles e outros grupos

sociais marginalizados. Além disso, essa dimensão de análise privilegia a pluralidade de concepções mesmo dentro desse grupo social, considerando que os anseios, as visões de mundo, as vivências e as perspectivas em diferentes locais e indivíduos distintos provocaram uma construção discursiva heterogênea quando se pensa a cidadania no Brasil do século XX.

Cabe ressaltar ainda que, especialmente em se tratando dos negros no Rio Grande do Sul, há especificidades bastante oportunas a essa discussão. Entre os sul-rio-grandenses, a influência europeia não só teve incidência direta no período colonial, mas os reflexos do eurocentrismo colonial são atualizados no Rio Grande do Sul em virtude da forte presença imigrante nesse território. Assim, são recorrentes as associações entre o povo do Rio Grande do Sul e uma matriz cultural ligada à imigração europeia. Esse fato, muitas vezes, marginaliza um dos grupos sociais que constrói esse território e minimiza as discussões importantes ligadas à visualidade, ao pertencimento e à identidade dos negros sul-rio-grandenses.

Ao pensar os processos culturais e as concepções políticas nos discursos da imprensa negra do Rio Grande do Sul é possível também refletir, mesmo que brevemente, sobre as questões da cultura e da identidade nacional, levando em consideração as relações apresentadas, por exemplo, na literatura brasileira, em que raramente se deu oportunidade para os corpos periféricos se narrarem enquanto sujeitos. Ou, ainda, é possível considerar as formas e discursos atribuídos aos indígenas, negros e pardos em obras literárias do final do século XIX e início do século XX no Brasil. A linguagem, a caracterização e as escolhas narrativas em que os corpos periféricos estão presentes em muitos textos literários denunciam a importância da produção jornalística como a realizada pelos intelectuais negros dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* no Rio Grande do Sul.

Assim, pretende-se abordar os discursos dos descendentes daqueles que foram deslocados de suas territorialidades e que, em outros momentos, não conseguiram organizar uma narrativa de resistência. As resistências existiram, mas estavam mais ligadas à ordem das ações, inclusive, pelo fato de estarem, em sua maioria, distantes da alfabetização. De posse da palavra escrita, esse grupo étnico pode estender as discussões e registrar de forma documental a sua história e as suas reivindicações.

A partir de ações como essa, de organizar as narrativas das margens para o que sempre se considerou o centro da cultura brasileira, grupos marginalizados e



silenciados, como foram (e são) os negros, puderam desenvolver formas de resistência discursiva, manifestando seus desejos e suas concepções diante das narrativas estabilizadas. Nas palavras de Michael Pollak (1986, p. 5), “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]”. Reafirma-se, assim, o caráter indissociável entre os discursos proferidos pelos negros no imediato pós-abolição e a cultura brasileira, visto que a sua construção está em ininterrupto diálogo e enfrentamento com a cultura europeia e a cultura dominante presentes no Brasil.

Destaca-se também que, além do embate sociopolítico travado pelos negros com a sociedade branca no imediato pós-abolição, há também heterogeneidade e dissonância nos processos culturais vivenciados e nas concepções políticas manifestadas nos discursos dos sujeitos que atuavam nos periódicos da imprensa negra sul-rio-grandense, *O Exemplo* e *A Alvorada*. Essa pluralidade e os conflitos discursivos internos são fatores determinantes para a discussão, o amadurecimento e a construção de paradigmas que mobilizam as pautas políticas do Movimento Negro<sup>29</sup> até os dias de hoje. E que têm íntima relação com a constituição plural, violenta e com resquícios coloniais da cultura brasileira, manifestada de forma muito clara nas decisões e posturas políticas do início da república brasileira.

Nesse sentido, acredita-se que os discursos veiculados nos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada* manifestam-se como território de disputa de sentidos entre os próprios membros da imprensa negra, com especificidades no interior e na capital do estado do Rio Grande do Sul. Essas visões de mundo distintas representam um caminho heterogêneo na busca por visibilidade e garantia de direitos da comunidade negra do Brasil no imediato pós-abolição, sem isolarem-se do contexto republicano, em que a indignação em relação à miséria, à falta de direitos e ao autoritarismo político eram marcantes.

Mesmo antes da chegada dos africanos ao solo brasileiro, as formas pelas quais os europeus entendiam a colonização e o trato com quem mantinha culturas

---

<sup>29</sup> Entende-se por Movimento Negro as ações realizadas pela comunidade negra, especialmente desde o período do pós-abolição no Brasil, manifestando a não aceitação do padrão estipulado pelos brancos na organização social. Esse movimento reivindica a revisão histórica do passado negro e os papéis sociais vinculados a uma visão racista e desigual da sociedade brasileira. Com o surgimento do “Movimento Negro Unificado, na década de 70, a luta contra a discriminação, a superação do racismo na educação, a discussão racial nos partidos de esquerda e a formação de lideranças políticas, entre outros aspectos, tornaram-se prioridades de caráter nacional” (DUARTE, 2015, p. 52).

distintas da sua já eram claramente perceptíveis. Desde a carta de Pero Vaz de Caminha, passando por outros textos literários ligados ao Romantismo e ao Modernismo, percebe-se uma postura de dominação, superioridade e intolerância em relação aos povos indígenas e africanos (ou seus descendentes).

A luta dos afro-brasileiros esteve (e está) em conformidade com as lutas do povo brasileiro na primeira metade do século XX, em que os grupos periféricos manifestaram seus desejos e insatisfações contra a ordem vigente, tanto na Primeira República quanto na Era Vargas.

A fim de contextualizar ainda mais esse cenário em que estavam inseridos os intelectuais da imprensa negra do Rio Grande do Sul e sustentar as reflexões inferidas a partir das questões apresentadas nos textos relativos às comemorações pelo dia 13 de maio nos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada*, faz-se necessário discutir e analisar o contexto político e cultural do período, tanto na esfera nacional quanto internacional, destacando as categorias de liberdade e de cidadania nos séculos XIX e XX, a partir das contribuições teóricas e da legislação vigente. No capítulo intitulado “A atmosfera política e cultural dos séculos XIX e XX” são apresentadas essas abordagens e, também, a organização dos negros no Rio Grande do Sul para além da imprensa negra.

### 3 REPÚBLICA, LIBERDADE E CIDADANIA

Este capítulo discutirá as categorias de liberdade e de cidadania no contexto nacional dos séculos XIX e XX, apontando as relações existentes entre esses elementos e as concepções políticas e culturais da época. Nesse sentido, também é apresentada a discussão acerca do Movimento Negro no Brasil e os diferentes territórios de disputa em que os afrodescendentes pautaram suas reivindicações e visões de mundo, especialmente no Rio Grande do Sul.

República, liberdade e igualdade foram (e são) temas recorrentes no cenário político e social do Brasil, especialmente desde o século XIX. A assinatura da Lei Áurea, em 1888, e o fim da Monarquia brasileira, em 1889, tiveram um papel fundamental na composição das expectativas dos brasileiros com a chegada do século XX.

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2020, p. 9), o Império no Brasil foi responsável pela organização de uma estrutura política e jurídica ambígua. Por um lado, utilizava um vocabulário liberal<sup>30</sup>, utilizando-se de palavras como liberdade e direitos; por outro, mantinha a escravidão. Com a chegada da República, houve certa expectativa em relação à construção de um caminho em que os direitos dos cidadãos fossem, verdadeiramente, defendidos e onde houvesse mais representação política. Em muitos aspectos, o que se viu foi a manutenção de alguns privilégios herdados do Período Colonial e da Monarquia, além de profundos vestígios da longa fase de escravidão no Brasil.

A ideia de República, herdada do mundo greco-romano, consolidou-se no Brasil e no mundo, embora tenha, obviamente, passado por transformações ao longo do tempo. A “coisa pública” (do latim *res publica*) teve início na Roma Antiga sob a forma de uma República Aristocrática, ou seja, o acesso ao poder estava inicialmente reservado à nobreza, mas não mantinha o caráter hereditário que caracterizava a Monarquia.

---

<sup>30</sup> O Dicionário de História do Brasil, do historiador Moacyr Flores (2001), quanto ao termo “liberalismo” destaca a adequação deste de acordo com a época e o contexto em que é empregado. Sua origem remonta às ideias políticas de John Locke e de outros filósofos do Iluminismo que defendiam a tolerância e o respeito à liberdade individual. A partir disso, o conceito tomou, também, um viés relativo à economia em que há a recusa da intervenção do Estado nas relações econômicas. Do ponto de vista filosófico, o liberalismo defende a plena liberdade humana em diferentes esferas da vida. Sendo assim, é contraditório um Estado que se alinha ao liberalismo, mas mantém a escravidão.

No Brasil, a República adotada desde 1889 está alinhada à ideia de uma forma de governo em que o chefe do poder executivo é escolhido para um mandato com tempo determinado, por meio de eleições (diretas ou indiretas). No caso brasileiro, o governante central é um presidente. De modo geral, um governo republicano põe ênfase no interesse comum, visto que há mais possibilidades de representação política do que em um governo monárquico.

É com essa visão de representação política que a Constituição Brasileira de 1891, o primeiro conjunto de leis da nova fase política do país, dá abertura ao documento que orientou o início da República: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte...”. Sendo assim, uma visão ligada aos representantes do povo e de um regime democrático cristalizam as esperanças de que houvesse, de fato, um processo de inclusão e participação popular a caminho.

Em seguida, o primeiro artigo da Constituição apresenta outras características que definem a posição política do Brasil a partir daquele momento: “A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil”. A ideia de representatividade presente nessa legislação é discutida pelo historiador Moacyr Flores (2001, p. 520), que destaca que o regime representativo contemplava apenas 6% da população como eleitores, já que excluía a maioria, formada por mulheres e analfabetos. Considerando que muitos afrodescendentes estavam privados do direito à terra, à educação e à saúde, especialmente durante o período em que vigorou a escravidão no Brasil, é natural considerar que destes analfabetos, também privados dos direitos políticos, a maioria era de negros.

Não havia na Constituição de 1891, na Seção I, nenhum item que se referia às qualidades do cidadão brasileiro, que privasse os afrodescendentes de ocuparem a cidadania nacional. Entretanto, considerando que o conceito de cidadania, normalmente, envolve a obtenção de direitos políticos, civis e sociais, nota-se que o cidadão negro da legislação, no início da República, não condizia com a realidade experienciada por essa população.

A qualidade da cidadania tem sido mensurada a partir da aproximação e do distanciamento a que os cidadãos estão em relação aos direitos políticos, civis e

sociais. É perceptível que a plenitude do acesso a esses benefícios não é tarefa comum entre as nações. No entanto, quanto mais esses direitos forem contemplados, mais vigorosa parece ser a cidadania em questão. O desdobramento nas três categorias de direitos é destacado por José Murilo de Carvalho (2015, p. 9-10). De modo conciso, é possível dizer que os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Quanto a isso, não só o voto é levado em consideração, mas toda participação relativa ao envolvimento político tem peso nessa categoria.

Os direitos civis relacionam-se aos direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei e os demais aspectos que possam ser associados a essas garantias da vida em sociedade. Uma constituição com viés liberal costuma dar ênfase aos direitos civis. No Brasil, especialmente no início do período republicano, essa perspectiva não abrangia os negros em sua plenitude. Entre outros aspectos, os relatos presentes nos artigos publicados nos jornais da imprensa negra evidenciam a ânsia daquele grupo pela conquista dos direitos civis que lhes foram negados no regime político anterior e que ainda não estavam garantidos na República.

O conjunto das garantias ao gozo das riquezas coletivas é denominado direitos sociais. Nessa categoria, a educação, o trabalho, o salário justo e a manutenção da saúde de forma coletiva podem contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. É notório que, além de direitos civis, os direitos sociais estavam ainda mais distantes da população negra no início do século XX. A dificuldade de acesso aos direitos sociais teve papel essencial para que os afrodescendentes pudessem exercer seus direitos civis de modo qualificado. Sem trabalho, muitas vezes recebendo um salário injusto, com dificuldades de alcançar espaços na educação e com condições de saúde precárias, era comum, naquele período, que a maioria de negros e pardos tivesse sua liberdade e igualdade prejudicadas.

A análise de Carvalho (2015, p. 52) sobre essa situação é esclarecedora:

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o

governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos.

Os exemplos abordados indicam possibilidades de reflexão acerca da cidadania dos negros nas décadas subsequentes à Abolição da Escravatura. Embora a legislação não os excluísse da cidadania, na prática os direitos que compõem essa ordem não estavam à disposição da população negra. Com isso, além do agravamento da situação econômica, intensificavam-se os elementos que, de alguma forma, corroboravam certos tratamentos de cunho racista e discriminatório. A exclusão social estava a serviço da manutenção dessas desigualdades.

Na perspectiva do filósofo e historiador Norberto Bobbio (1997, p. 8), uma sociedade de livres e iguais é um estado apenas hipotético. Embora a liberdade e a igualdade sejam valores fundamentais para a democracia, nem sempre uma nação democrática evidencia a equiparação desses dois conceitos de forma efetiva. De qualquer forma, nos regimes democráticos, “os indivíduos são mais livres e iguais do que em qualquer outra forma de convivência” (BOBBIO, 1997, p. 8). Nesse sentido, buscar mais liberdade e mais igualdade torna-se uma busca dos indivíduos de uma nação que se pretende democrática.

No caso brasileiro, a hierarquização da sociedade vem de longa data. O longo Período Colonial (1500-1822) e a posterior consolidação do regime monárquico (1822-1889) mantiveram visíveis e impactantes divisões na sociedade brasileira. A escravidão, que acompanhou esses dois longos períodos políticos do Brasil, foi uma das ferramentas mais importantes na manutenção dessas hierarquias. Com a chegada da República, romper com esses grilhões não seria tarefa fácil e, tampouco, almejada pelas classes mais privilegiadas. Sendo assim, a liberdade e a igualdade tornaram-se bens preciosos, mantidos como mais um privilégio dos grupos que ocupam o que seria o topo da hierarquia social, junto, obviamente, das condições econômicas proeminentes.

Sobre as ideias de liberdade e igualdade, há aproximações e distanciamentos importantes a serem destacados. Ainda tomando os estudos de Bobbio (1997) como base, é possível entender o conceito de liberdade como um valor, um bem a ser perseguido pelo indivíduo ou por um ente coletivo (entendido como um super-indivíduo). Já a igualdade é estabelecida a partir da correlação entre os indivíduos. A liberdade, vista assim, pode ser uma conquista individual. No entanto, a igualdade existe, necessariamente, na relação com os outros.

A compreensão acerca da liberdade requer algumas distinções que podem ampliar as análises a respeito da situação dos negros a partir do dia 13 de maio de 1888. Bobbio (1997) reconhece duas ênfases relativas à liberdade na linguagem política: a liberdade negativa e a liberdade positiva.

Negativa seria a liberdade que estabelece a ausência de impedimentos ou de constrangimentos para o indivíduo. Sendo assim, não haveria obstáculos para as ações e nem determinação dos outros sobre os desejos dos sujeitos. As ações são livres, não impedidas, nem forçadas. A liberdade positiva está associada à qualificação da vontade. Nesse sentido, o indivíduo orienta seu próprio querer para tomar decisões, “se mover sem ser movido” (BOBBIO, p. 51), numa perspectiva de autodeterminação.

Considerando tais afirmações, este estudo reconhece o conceito de liberdade, da forma como foi exposto até aqui, como base para as análises dos textos que foram publicados nos jornais da imprensa negra, na primeira metade do século XX, e que fazem alusão ao 13 de maio de 1888. A partir de um olhar atento às concepções políticas e culturais manifestadas pelos intelectuais negros dos periódicos *O Exemplo* e *A Alvorada*, é possível verificar os sentidos de liberdade propostos por esses agentes.

Cabe ressaltar que a Constituição de 1891 e os demais itens que consistem em emendas e decretos nos anos seguintes, até a nova Constituição de 1934, pautaram as relações sociais e a questão dos direitos na primeira metade do século XX, no Brasil. A Seção II da Constituição de 1891, que trata da Declaração dos Direitos, no seu artigo 72, assegurava os direitos à liberdade, à segurança e à propriedade. Um dos seus parágrafos, inclusive, determinava que ninguém seria obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa que não fosse o determinado em lei. Entretanto, sabe-se que, no cotidiano, os afrodescendentes não gozavam desse direito. Mesmo após a Abolição da Escravatura, era evidente que a população negra, em especial os que não possuíam recursos financeiros ou acesso à alfabetização, era privada de certos lugares, práticas e posições na sociedade.

Em outro parágrafo do mesmo artigo 72, há menção à liberdade de todos os indivíduos exercerem sua confissão religiosa em público. No entanto, diversas manifestações religiosas de matriz africana foram alvo de perseguição e tratadas como feitiçaria e não religiosidade.

Enquanto a Constituição de 1891 vigorou ao longo da chamada Primeira República, a Constituição de 1934, promulgada durante o governo de Getúlio Vargas, respaldou a vida da República dos Estados Unidos do Brasil<sup>31</sup> até a instauração do Estado Novo, primeiro período ditatorial do país. Nesse documento, no Capítulo II, que tratava “Dos Direitos e das Garantias Individuais”, era assegurada a igualdade de todos perante a lei, não havendo “privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas”. Este item também seria questionado pelas vivências dos negros e outros tantos membros da República Brasileira. Embora as palavras fossem evidentes, nas ruas, as inúmeras formas de discriminação e segregação, na maioria das vezes, eram silenciadas.

Ainda na primeira metade do século XX, outra Constituição vigorou no país. A Constituição de 1937 foi decretada pelo presidente Getúlio Vargas, em caráter de regime ditatorial. Sendo assim, a população como um todo teve parte dos seus direitos políticos e civis suprimidos, e, obviamente, a comunidade negra não estaria excluída disso. No entanto, a quem esteve privado de garantias individuais por muito tempo e viu suas manifestações culturais serem execradas no contexto nacional, o novo contexto político trouxe outras marcas de opressão.

Em relação à educação e à cultura, por exemplo, o artigo 128 da Constituição de 1937 afirmava que era “a arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares” e que era “dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino”. Do ponto de vista da população negra, o que se viu, muitas vezes, não foi o estímulo; pelo contrário, o estigma das manifestações culturais afro-brasileiras acabava jogando seus adeptos à marginalidade e à criminalização.

São elementos como esses, encontrados na própria legislação e que não eram assegurados de forma efetiva no dia a dia da população negra, que impulsionaram, cada vez mais, a organização e a resistência dos afro-brasileiros para que buscassem novos espaços e possibilidades de expressão. A luta pela cidadania e pelo cumprimento da legislação, que falava em igualdade e liberdade, foi alicerce para a consolidação da participação dos negros em diferentes terrenos da sociedade. O

---

<sup>31</sup> O Brasil adotou o nome de República dos Estados Unidos do Brasil entre os anos de 1889 e 1967, quando, em uma nova Constituição, passou-se a utilizar o nome de República Federativa do Brasil.



protagonismo negro, muitas vezes invisibilizado, ocorreu em diferentes frentes e foi divulgado de maneira ostensiva na imprensa negra.

Ao tratar sobre as concepções de liberdade dos afrodescendentes, é importante destacar, também, que a ideia de cidadania, defendida por eles, não estava relacionada apenas às questões políticas, de inserção da população negra no horizonte de direitos dos brasileiros. Havia outros elementos que estavam em jogo, afinal, por mais que os afrodescendentes não fossem mais escravizados e pertencessem à nação brasileira, ainda assim estavam privados de certos espaços que os considerados cidadãos, lê-se pessoas brancas, tinham acesso e envolvimento.

Considerando, por exemplo, que a Constituição liberal, de 1891, não permitia o voto dos analfabetos, utilizava um critério censitário e não tratava da educação pública como obrigação do Estado, percebe-se os mecanismos velados que mantinham grande parcela da população negra afastada da participação política e social. Essa abordagem confirma-se a partir do posicionamento, por exemplo, de Rui Barbosa, conhecido por seu papel como representante do governo republicano e por sua defesa ao abolicionismo e aos direitos e garantias individuais. Segundo Wlamyra de Albuquerque (2009, p. 184), Rui Barbosa partilhava a ideia de certos grupos políticos de que havia entre os negros a inabilidade política, por exemplo, visto que, para ele, “eram incapazes de deliberar os que não tivessem vivido em plena liberdade”, com isso, não poderiam, por exemplo, participar das discussões acerca da recém-nascida república. Ou seja, se até os defensores da abolição consideravam os negros cidadãos de segunda linha, o que esperar da parcela da sociedade que tampouco aprovou a ruptura causada pela Lei Áurea?

Sendo assim, havia incompatibilidade entre a noção de acesso à cidadania por parte de muitos setores da sociedade branca e as concepções relacionadas ao pensamento negro. As controvérsias podem ser explicitadas com a ideia de que “se para Rui Barbosa a senzala era o lugar da ignorância, para os ex-cativos também foi o terreno sobre o qual se construíram compreensões e atitudes frente aos jogos e negócios do cotidiano” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 185). Por isso, fica evidente que as restrições à cidadania negra se davam num campo de manutenção da ordem vigente em que o *status* dos “senhores” não seria facilmente abalado pela Abolição da Escravatura.

O papel dos brancos e dos negros na sociedade estava marcado pela racialização abraçada por uma parcela significativa dos brasileiros desde o final do

século XIX. A publicação do estudo de Charles Darwin, intitulado *A origem das espécies* (1859), acabou servindo de paradigma para alguns estudos no campo das humanidades, adequando as evidências da biologia à dinâmica das relações sociais. Assim, o desenvolvimento humano foi mensurado a partir de critérios fixos e mecânicos que defendiam o evolucionismo social. Segundo Lilia Schwarcz (2018, p. 405), “tendo a tecnologia como índice comparativo, para os evolucionistas a humanidade era representada por uma imensa pirâmide, dividida em estágios distintos, que iam da selvageria para a barbárie e desta para a civilização”. Obviamente, essas e outras teorias acabaram por sinalizar uma perspectiva que foi adotada em diferentes partes do mundo, especialmente, no início do século XX, definindo os grupos sociais a partir de características físicas e morais que estariam associadas a raças humanas<sup>32</sup>.

A pretensa superação das “raças inferiores” caiu como uma luva no Brasil que vivia os impactos da Abolição da Escravatura. Se a partir de 1888 a escravidão não mais efetivava a separação social no território brasileiro; as teorias raciais cumpriam o papel de estabelecer as devidas categorias que, segundo estes teóricos, naturalmente distinguiam os seres humanos. Liberdade e igualdade tomaram caminhos antagônicos e o racismo tomou proporções cada vez mais estruturantes nas relações construídas pela sociedade brasileira. Não houve um *apartheid*<sup>33</sup> explícito na legislação, a exemplo do que aconteceu na África do Sul e ou como a legislação estadunidense, questionada especialmente a partir da década de 1960, mas houve a introjeção sistemática do conceito de raça numa perspectiva biológica.

Era (e, por vezes, ainda é) considerado “natural” que os brancos tivessem seus privilégios garantidos e que os negros, de alguma forma, aceitassem os espaços reservados a sua raça. Era comum que os espaços sociais, os debates políticos, a posse de certos bens e as oportunidades fossem reservadas aos brancos. Raras exceções, de negros que conquistavam espaços fora do âmbito de sua raça, eram vistas como fruto do esforço individual e da excepcionalidade a que estariam sujeitos os fenômenos, inclusive, os sociais.

---

<sup>32</sup> Ver mais em SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>33</sup> O *apartheid* foi um regime de segregação racial implantado na África do Sul entre 1948 e 1994, no qual os direitos da maioria dos habitantes que eram negros foram cerceados pela minoria branca no poder.

O racismo, constituído dessa forma estrutural, toma um carácter de certa invisibilidade, já que nem sempre é perceptível de maneira explícita como é quando se dá uma ofensa de cunho racista, por exemplo. Ainda hoje, as estruturas racistas que fundamentam a sociedade brasileira passam despercebidas em certos contextos, mas ainda influenciam decisivamente os papéis e os espaços sociais que classificam negros e brancos em nosso mundo social. Segundo Silvio de Almeida:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019, p. 52)

O antirracismo proclamado por Almeida está intimamente ligado à luta pela cidadania dos negros no Brasil e, embora, obviamente, não se restrinja a uma prática apenas da população negra, teve, ao longo da história um protagonismo muito significativo da população negra. Cidadania e liberdade, como instrumentos de antirracismo, estiveram na pauta dos jornais negros na primeira metade do século XX. Entretanto, pouco se falou sobre o papel efetivo da branquitude<sup>34</sup> na perspectiva anunciada por Silvio de Almeida, não apenas como denúncia, mas, sobretudo, como postura prática diante do racismo.

Dada essa contextualização, é importante salientar que os critérios de cidadania passaram, cada vez mais, a ser diferenciados no Brasil, contribuindo com a manutenção dos privilégios adquiridos pelos brancos ao longo de todo o período colonial brasileiro e estendidos à fase imperial. Nessa atmosfera, o caminho da cidadania negra passava, também, pela legitimação de suas capacidades intelectuais e circulava pelas possibilidades de acessar certos bens, espaços e até mesmo discussões reservadas aos brancos. A cidadania da população negra foi, durante muito tempo, defendida por certos grupos a partir da possibilidade de integração e de aceitação no mundo dos brancos. Por outro lado, foi também buscada mediante

---

<sup>34</sup> Sobre o conceito de branquitude, é possível relacioná-lo à ideia da existência de uma superioridade branca que, de alguma forma, determina as relações de poder entre pessoas brancas e pessoas de outra condição étnico-racial. Também se refere ao conjunto de teorias que, considerando a marcação racial, controla as narrativas discursivas sobre o espaço social dos brancos e dos demais grupos sociais. Ver mais em: SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.

diferentes formas de enfrentamento que fortaleciam os grupos negros e reverenciavam as suas raízes culturais e históricas, sem estarem subjugados às dinâmicas da sociedade branca.

A cidadania, então, no contexto das relações do pós-abolição, assumiu (e assume) diferentes nuances, extrapolando os sentidos relacionados aos direitos e deveres dos cidadãos. Se para uns a cidadania estaria atrelada à aceitação dos negros como parte da sociedade, a partir da incorporação dos elementos caros à branquitude<sup>35</sup>; para outros, a cidadania estaria alinhada a um território de embates em que a afirmação desses cidadãos estava intimamente ligada à defesa da multiplicidade cultural e das diferentes formas de conceber o mundo e as dinâmicas sociais.

Ambas as perspectivas aparecem identificadas nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, concorrendo ou sobrepostas uma a outra. No entanto, é importante ressaltar que, de modo algum, se pretende resumir as visões de cidadania a essas duas possibilidades, aqui, apresentadas. Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004, p. 192) chamam a atenção para o caráter mutável do conceito de cidadania, de acordo com as percepções dos sujeitos históricos envolvidos em cada contexto. Por isso, é plausível afirmar que a diversidade de pensamentos e de relações experienciados pela população negra no Brasil, provavelmente produziu outras concepções presentes no horizonte de luta pela cidadania empreendido pelos afrodescendentes brasileiros.

### 3.1 POLÍTICA E CULTURA ENTRE OS NEGROS LIVRES

Do ponto de vista político e cultural, o protagonismo negro, na primeira metade do século XX, não esteve restrito à atuação na imprensa. A mobilização política e cultural dos negros alcançou diferentes caminhos e cada um deles auxiliava na manutenção e potencialização dos outros.

---

<sup>35</sup> Ainda sobre a ideia de branquitude, cujo tensionamento não é o propósito desta tese, mas que, de alguma forma, circunda as questões abordadas aqui: a branquitude como construção sócio-histórica, assentada em uma falsa superioridade racial branca, produz, nas sociedades estruturadas pelo racismo, uma condição em que os indivíduos brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. Ver mais em: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Junto à imprensa, o associativismo negro, manifestado em instituições e entidades organizadas e lideradas por afrodescendentes, foi um espaço privilegiado para que a comunidade negra revelasse de forma sistemática a sua cultura, suas visões de liberdade e seus projetos de cidadania. Além disso, a atuação negra em relação à busca pela alfabetização e a escolarização é destaque entre as formas de resistência eleitas pelos afrodescendentes no caminho em prol da liberdade e da cidadania no pós-abolição.

Ainda no século XIX, mas especialmente no século XX, houve uma intensa movimentação da população negra no sentido de organizar a sua resistência e de construir subsídios capazes de atenuar os impactos sofridos pelas centenas de anos de escravidão em suas trajetórias individuais e coletivas. Os intelectuais da imprensa negra fizeram questão de destacar pontos necessários e de conscientizar a população negra acerca da situação em que viviam, mas, sobretudo, foram porta-vozes de alternativas capazes de provocar mudanças significativas nessas realidades.

Nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, é perceptível a menção a esses mecanismos desenvolvidos pelos negros para mobilizar o seu grupo. Era compreensível e justo comemorar o fim do cativo, mas era ainda mais essencial assumir o protagonismo na questão social e econômica dos negros para que se alcançasse, de fato, a emancipação e a inserção desse grupo na sociedade. A legislação de 1891 e as emendas aprovadas em 1926 falavam em democracia, em igualdade e liberdade, mas, na prática, o que se via no início da República brasileira era a exclusão, a falta de oportunidades e a não participação dos negros nas tomadas de decisão.

Por conta desses impeditivos cotidianos e estruturais, durante muito tempo, especialmente devido aos discursos oficiais que circulavam no país, a participação política e cultural dos negros foi silenciada ou, muitas vezes, reduzida a episódios ou manifestações específicas, como no samba e no carnaval<sup>36</sup>, além da visibilidade a poucas e pontuais trajetórias individuais consideradas de destaque. Sendo assim, o

---

<sup>36</sup> Ver mais sobre a discussão acerca da marginalização dessas manifestações culturais de forte caráter afrodescendente e da sua importância na valorização da identidade negra em: CUNHA, Fabiana Lopes da; SEVCENKO, Nicolau. **Da marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)**. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, e também em SANTOS, Rafael dos. Dimensões imateriais da cultura negra. **Revista Teias**, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 13, out. 2007. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23969>>. Acesso em: 01 mai. 2022.

desenvolvimento de estudos que reforcem olhares distintos das representações comuns são fundamentais para que se identifique e se reconheça a atuação determinante dos negros no pós-abolição. A valorização dos ideais de construção da liberdade e da cidadania dos afrodescendentes tem o importante papel de reescrever os capítulos da História nacional que ficaram incompletos durante muito tempo.

E, mesmo que certos temas tenham tido alguma visibilidade nos espaços acadêmicos, faz-se necessário ampliar ainda mais a difusão dos assuntos que deixavam os negros em destaque, especialmente em relação ao seu desempenho ativo nos desdobramentos iniciais da República recém-formada no começo do século XX. É esse movimento de produção e divulgação científicas que pode, por exemplo, influenciar a inserção desses temas nos livros didáticos que estarão disponíveis às crianças e aos jovens de todo o Brasil, uma vez que, infelizmente, na atualidade, nessas obras ainda não têm o espaço merecido ou, ao menos, equivalente a outras temáticas eleitas como mais essenciais<sup>37</sup>.

As diferentes formas de atuação dos negros, para além da presença e do protagonismo na imprensa, são decisivas para a organização dessa população. Em diversos espaços de atuação política e cultural, desenharam-se possibilidades de fortalecimento e de crescimento pessoal e coletivo que possibilitaram vislumbrar a liberdade e a cidadania que a Lei Áurea não havia previsto em sua redação.

As questões abordadas a seguir são, de alguma forma, mencionadas nos artigos referentes ao 13 de maio nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* e, por isso, são discutidas para que as reflexões propostas nos textos possam ser compreendidas de forma mais ampla e contextual.

### **3.1.1 O papel da educação na busca pela liberdade**

Os estudos que tratam da educação no Brasil nem sempre contemplam as experiências dos afrodescendentes com a escolarização, principalmente no que se

---

<sup>37</sup> Como exemplo dessa perspectiva, é possível destacar a inclusão de textos relativos à imprensa negra nos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas pelo Ministério da Educação. A experiência pessoal da pesquisadora, que atua na docência das redes pública e particular de ensino com o componente curricular de História, demonstra que não são comuns as menções à imprensa negra ou outras formas de associativismo negro nos livros didáticos. Nesse sentido, reduz-se muito a possibilidade de que estes temas sejam abordados pelos profissionais da área, principalmente considerando que muitos deles também não trataram dessas questões em sua formação acadêmica.

refere ao período anterior ou imediatamente posterior à abolição da escravatura. Segundo Marileia dos Santos Cruz (2005), a participação dos negros na imprensa e na criação de escolas, clubes recreativos, associações, entidades religiosas ou beneficentes e grupos culturais não foi suficiente para que a produção científica desse maior visibilidade aos processos de escolarização pelos quais os negros passaram e que subsidiaram o acontecimento dessa diversificada intervenção intelectual.

No entanto, estudos que revisitam a trajetória educacional brasileira notabilizam que “embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órfãos e escolas particulares” (CRUZ, 2005, p. 27). Essas ocorrências de acesso à níveis de instrução são perceptíveis tanto no período imperial, quanto no início da República do Brasil e demonstram esforços muito específicos no sentido da apropriação dos saberes formais que eram exigidos pela sociedade não de forma explícita, mas por meio de diversos mecanismos que demonstravam a necessidade do acesso da população negra à educação para tentar superar as adversidades.

A exigência dos saberes formais de forma não tão transparente dava-se, por exemplo, em relação à construção e veiculação de estereótipos que associavam os negros às representações ligadas à violência, à malandragem e à sexualização. Essas abordagens nem sempre eram institucionalizadas e nasciam, muitas vezes, no âmbito das relações cotidianas, em que a exclusão dos afrodescendentes era justificada pela falta de conhecimentos formais que, obviamente, lhes foram negados historicamente.

Por outro lado, Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005, p.85) destaca que muitos dos discursos que defendiam a emancipação dos escravizados já mencionavam a importância de conscientizar os trabalhadores em geral, mas em especial a nova massa de trabalhadores livres, formada pelos negros, em relação ao apreço pelo trabalho, o que provocaria uma espécie de regeneração dessa população marcada pela escravidão. De qualquer forma, mesmo diante deste discurso, as oportunidades de escolarização não constituíram facilidades para os afrodescendentes, mas, quando aconteceram, de maneira um pouco mais institucionalizada, sem que partisse exclusivamente de ações individuais ou da coletividade negra, estiveram relacionadas ao ensino popular e profissionalizante, de acordo com o progressivo desenvolvimento industrial que se ambicionava no país.

A educação priorizada para os negros era aquela que os mantivesse em seus postos de trabalho e que permitisse, não a ascensão social ou a emancipação desejada, mas, especialmente, a manutenção das relações hierárquicas que não foram rompidas com a abolição da escravatura. Assim, de acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), muitas vezes, a integração dos negros se dava via “embranquecimento”, ou seja, esses indivíduos eram absorvidos pelas elites locais e demonstravam pouca familiaridade e identificação com os elementos culturais da negritude, exceto pelas questões estéticas, que, inclusive, eram mascaradas em algumas ocasiões, possibilitando a maior aceitação destes sujeitos em suas relações sociais com as populações brancas.

Diante dessas circunstâncias, é importante ressaltar que muitas das formas de acesso dos negros à educação partiram inicialmente de ações pontuais que não estavam ao alcance de um grande grupo de pessoas. São exemplos dessa realidade os negros que, por diversas razões, mantiveram uma relação social e econômica de proteção pelos seus ex-senhores e que podem ter sido incluídos nos processos de educação formal; ou ainda, aqueles que, de maneira informal, tiveram acesso à educação a partir da observação silenciosa das aulas dos seus antigos proprietários ou receberam instrução religiosa.

Quando existiam, as tentativas de aproximação dos negros a uma educação formal, não raro, encontravam impasses que dificultavam tanto o acesso quanto a permanência desse grupo social no ambiente escolar. Em seus estudos, Surya de Barros (2005, p. 85) menciona as dificuldades econômicas que impossibilitavam a aquisição de materiais escolares e a vestimenta considerada socialmente adequada; a ausência de um adulto responsável pela matrícula ou a discriminação no interior das escolas, que se tornavam empecilhos nem sempre vencidos. Dessa forma, até esse ponto, havia vantagem dos grupos hegemônicos que controlavam os mecanismos de obtenção do conhecimento escolar, que, via de regra, relacionava-se a uma dimensão de poder na sociedade.

Embora os obstáculos fossem significativos, Cruz (2005, p. 28) realça a criação de escolas pelos próprios negros desde o século XIX. São exemplos dessa ação protagonizada pelos negros o Colégio Perseverança ou Cesarino, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, ambos na cidade de Campinas, São Paulo; as aulas públicas oferecidas pela irmandade de São Benedito, em São Luís do Maranhão; a Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos, em São Paulo; a Escola de



Ferrovários de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; além da promoção de cursos de alfabetização, pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo.

As oportunidades de escolarização, muitas vezes, eram ligadas a grupos predominantemente negros que viam na educação a possibilidade de ampliar a conscientização e realizar de forma efetiva uma forte intervenção na situação vivida pelos afrodescendentes em âmbito nacional. A educação formal e informal era um dos alicerces defendidos por grupos de negros, organizados em clubes, associações e irmandades, que, além de reforçarem os elementos culturais afro-brasileiros, estiveram a serviço da propagação de conhecimentos que possibilitassem a integração dos negros na sociedade brasileira.

Havia destaque, nos textos editoriais, relativos ao dia 13 de maio, para a necessária busca pela educação como forma de abrandar os efeitos sociais, culturais e econômicos decorrentes da escravidão. Ressaltava-se a eficácia e a segurança que o conhecimento poderia trazer às vidas dos brasileiros em geral, mas em especial aos afrodescendentes. Chama a atenção, na citação a seguir, o posicionamento em relação à busca pelo divertimento, num tom de crítica à ideia de que os negros estariam intimamente associados à diversão, à música e às manifestações culturais de cunho mais lúdico:

Para completar a verdadeira liberdade, é necessário que os brasileiros e especialmente os descendentes da raça vilmente escravizada se convençam que devem, não só cultivarem as diversões como também repartirem as horas que eles sobram a dedicarem-se com o amor e humanidade pela criação e sustentação do Asylo 13 de maio, de escolas e centros literários onde nossos irmãos possam encontrar a verdadeira luz e o lenitivo seguro e eficaz para as dores e a enfermidade que lhes corrompe o organismo moral trazendo como consequência fatal a continuação da falta de liberdade, a odiosidade da raça branca e os irrisórios e "belíssimos" preconceitos no centro da própria raça (O EXEMPLO, 13/05/1910).

O entendimento de que o acesso à educação poderia oferecer potencialidades para a superação das desigualdades impostas pela escravidão e pelo regime de ausência de elementos que contemplassem a população negra, a partir da assinatura da Lei, circulou fortemente entre as páginas dos jornais da imprensa negra, ao longo de toda a primeira metade do século XX, como é possível identificar na citação anterior, relativa ao ano de 1910, no jornal *O Exemplo*. Esse foi um elemento que não mudou de enfoque desde as primeiras décadas até os anos de 1940, seja em Porto Alegre ou em Pelotas. Entretanto, nas edições analisadas referentes ao jornal *O*

Exemplo a questão é ainda mais explícita, a partir da década de 1930, no jornal *A Alvorada*.

**Figura 4 - Jornal *A Alvorada* - Campanha Pró-Educação**



Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

A Figura 4, por exemplo, ilustra o destaque que a frase “Campanha Pró-Educação” teve nas edições do jornal *A Alvorada* entre os anos de 1933 e 1935. O projeto estava claramente articulado com o intuito de promover a promoção da importância da educação para a população negra pelotense. Segundo Gabriela Teixeira Gomes (2021), vários artigos referindo especialmente a Campanha foram publicados no periódico e demonstravam a articulação desse movimento com a Frente Negra Pelotense. No entanto, nas edições relativas ao dia 13 de maio que foram analisadas neste estudo, embora a frase em destaque apareça em 1933, 1934 e 1935, não há menção objetiva ao projeto em si, que estava relacionado a discutir nas páginas do jornal temas ligados à educação, à alfabetização e à moral.

Os textos aqui analisados são relativos ao 13 de maio, mas de alguma forma estão articulados com a ideia de que a educação é uma meta a ser perseguida pelos afrodescendentes. Segundo o texto da edição de 1933:

Falta, agora, outra emancipação, a emancipação de preconceitos. Esta emancipação tem que ser obra, exclusivamente obra dos próprios negros.  
[...]

Mas, para que tal campanha seja mais eficaz e mais coerente torna-se mister que parta do seio da raça Negra, sincera e conscientemente, pelo próprio negro, aplicando a todos aqueles que o queiram enxovalhar pejorativamente pela cor, de sua epiderme, o corretivo necessário por meio da moral e da instrução (ALVORADA, 14/05, 1933).

A moral e a instrução, mencionadas no trecho em destaque, são repetidamente citadas nas edições dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. E são, em relação à Campanha Pró-Educação, os pontos altos para o combate aos preconceitos e a efetivação da emancipação iniciada com a assinatura da Lei Áurea. Entretanto, fica evidente, nesse e em outros trechos dos textos, que é recorrente o enfoque dado ao desempenho particular dos negros em relação à busca por essa instrução, não sendo acionados outros argumentos que especifiquem o papel do Estado na realização de estratégias que promovam a aproximação dos negros pelotenses com os estudos.

As narrativas construídas pelos intelectuais negros elegiam a educação como fonte primordial da mudança a ser estabelecida em relação à inserção dos negros na sociedade brasileira. No entanto, as iniciativas elencadas, nesse âmbito, não referiam, nos materiais trabalhados neste estudo, a luta política em parceria com o governo, pela abertura irrestrita dos portões das escolas para que os negros pudessem, de forma gratuita, frequentar esses estabelecimentos sem maiores empecilhos. As menções realizadas nos dois periódicos tratavam da busca do grupo pelo acesso à educação, sem exigir explicitamente do poder público uma atuação nesse sentido.

Dessa forma, é perceptível que os caminhos políticos, através da atuação do Estado, em relação à educação estavam desacreditados ou ainda não se mostravam acessíveis aos negros, visto que não há menções relacionadas a esse tipo de reivindicação nos textos comemorativos ao 13 de maio. O advento da República, não concretizou as esperanças de mudança que foram construídas em relação a uma forma de governo que prometia a participação do povo em sua totalidade, como soberano, e não mais apenas certos grupos privilegiados. Como a República "não resolveu a situação", os intelectuais negros assumiram o papel de veicular a importância da educação e possibilitar, de diferentes maneiras, o acesso dos seus a formas de especialização que pudessem atenuar os efeitos da exclusão negra em relação aos bancos escolares e outras perspectivas de educação mais formal.

Diante desse cenário e estabelecendo uma conexão com a situação atual da luta dos negros pelo acesso à educação, percebe-se que, ao longo do século XX, houve avanços significativos no Brasil, em relação a essa temática. Todas as movimentações em prol da educação realizadas pelos intelectuais negros e demais sujeitos envolvidos nos movimentos negros, desde antes da Abolição da Escravatura, mas, sobretudo, a partir do início dos anos de 1900, passando pela intensificação

dessas lutas no decorrer do século XX, tiveram resultados muito importantes que foram concretizados nos anos 2000.

São exemplos dessa concretude a lei nº 10.639<sup>38</sup>, de 9 de janeiro de 2003 e a lei nº 12.711<sup>39</sup>, de 29 de agosto de 2012, em que relevantes avanços foram conquistados no sentido de possibilitar a valorização dos afrodescendentes e o acesso desses indivíduos aos espaços de escolarização formal no ensino superior. Em 2003, houve a alteração da lei de diretrizes e bases da educação nacional<sup>40</sup>, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa mudança na legislação oferece possibilidades de discussão e reflexão acerca da formação da nação brasileira, indicando que é preciso ir além das associações comuns entre os negros e a escravidão no Brasil.

Cabe ressaltar que, entre as duas legislações mencionadas anteriormente, há ainda, entre outros itens, o Parecer CNE/CP nº 3/2004, do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, atendendo aos propósitos expressos na Lei nº 10.639/2003. Certo trecho do Parecer destaca que:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada<sup>41</sup>.

---

<sup>38</sup> A íntegra da lei pode ser acessada em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)

<sup>39</sup> A íntegra da lei pode ser acessada em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12711.htm)

<sup>40</sup> A íntegra da lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, já com as alterações realizadas após essa data, pode ser acessada em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

<sup>41</sup> A íntegra do Parecer pode ser acessada em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf> .

Sinalizações como essa recuperam, em grande medida, o que parecia ser a intenção dos intelectuais negros do Rio Grande do Sul, quando salientavam a importância da educação. A valorização da história, identidade e cultura negras com vistas à manutenção e incentivo de cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial já eram questões apresentadas nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Entretanto, quase um século depois, essas aspirações passaram a vigorar na legislação brasileira e oferecer, explicitamente, subsídios para que os profissionais da educação possam trabalhar, com verdadeira intencionalidade pedagógica, temas e estratégias que auxiliem na garantia dos direitos e na valorização da identidade de todos.

Obviamente que, embora prevista em lei, a abordagem da temática ainda não toma a forma e o espaço que deveriam nas salas de aula de todas as escolas e essa observação está embasada nos limites de alguns professores em aproximar-se do assunto e buscar a formação adequada para explorar o tema com a devida relevância. Os movimentos nessa direção têm sido intensificados, especialmente em virtude do aumento da produção e do acesso a materiais, tanto didáticos como literários e audiovisuais, que procuram versar sobre o assunto. Dessa forma, e com a atenção dos gestores dentro e fora das escolas, a execução da lei tem evoluído, para além das aulas dos componentes curriculares de História e Artes.

É possível questionar a razão pela qual se afirma que o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira tem relação com a luta empreendida pelos intelectuais negros, na primeira metade do século XX. A justificativa para essa associação pode ser encontrada nas próprias páginas dos jornais. Citando uma dessas relações, em 1916, certo trecho do editorial do jornal *O Exemplo* questiona: “Não registra a História da Pátria feitos gloriosos de brancos, vermelhos e ethiopes? Por que essa mesquinha moral de selecionar epidermes e não caracteres?” (O EXEMPLO, 13/05/1916). Nesse sentido, a lei de 2003 e sua posterior alteração com a lei nº 11.645<sup>42</sup>, de 10 de março de 2008, que regulamenta também a inclusão da História e Cultura Indígena, junto com à Afro-Brasileira, estabelecem um diálogo direto com a necessidade de ampliar o conhecimento acerca das contribuições culturais e das raízes históricas dos povos que participam ativamente da formação da nação brasileira.

---

<sup>42</sup> A íntegra da lei pode ser acessada em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)

O que se via, especialmente antes da aprovação dessas leis, era o forte silenciamento acerca dos elementos culturais e históricos de negros e indígenas, com prioridade, quase que exclusiva, à ação dos brancos na construção do país. Além disso, sem a obrigatoriedade do tratamento da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a produção cultural também não se preocupava tanto em oferecer produtos capazes de ocupar as lacunas existentes nessa área.

Em conformidade com as discussões realizadas pelos intelectuais negros, da primeira metade do século XX, a lei 12.711, de 2012, foi a que mais proporcionou impactos visíveis e diretos no acesso da população afrodescendentes ao ensino superior. É também a que causa mais polêmica e que ainda divide opiniões, por seu caráter de reserva de vagas a determinados grupos<sup>43</sup>. A lei do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, conhecida como Lei de Cotas, é uma ação afirmativa entendida como um tipo de política social que atua no combate a discriminações étnicas, raciais, religiosas e de gênero, no sentido de proporcionar a participação de minorias sociais nos processos políticos, educacionais, de saúde e de emprego.

Embora não seja o foco deste estudo, é importante salientar que campanhas e manifestações em prol da educação, como as que foram realizadas nas páginas dos jornais da imprensa negra, tiveram eco ao longo de todo o século XX e culminaram, no século XXI, na aprovação da lei que garante cotas de acesso ao ensino superior e técnico para a população oriunda das escolas públicas, para os estudantes vindos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita e também cotas em proporção ao total de vagas, no mínimo, igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

O impacto de uma ação afirmativa dessa magnitude coloca em pauta e em funcionamento, cerca de um século depois, os anseios apresentados nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Os intelectuais negros, à frente dos periódicos,

---

<sup>43</sup> Ver mais sobre as questões relativas à execução da lei em: CROSARA, Daniela de Melo. **A política afirmativa na educação superior: contributos e dilemas do sistema de cotas da Lei nº 12.711/2012.** 290 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. E também em: SOUZA, Eliane Almeida de. **Dez anos de cotas na UFRGS: Um estudo das ações afirmativas na perspectiva do acesso, permanência e empoderamento dos alunos negros diplomados.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

demonstravam já perceber que sem a aproximação dos afro-brasileiros com o conhecimento formal, seria impossível transpor as barreiras constituídas pela escravidão. Com isso, percebe-se a visão acertada dos intelectuais negros da época, em relação aos impactos sociais negativos da dificuldade de acesso de grupos não privilegiados aos bancos escolares e demais elementos que pudessem trazer a efetivação da cidadania<sup>44</sup>. Mas também se observa a imponentia dos obstáculos encontrados para que tal aprovação pudesse chegar até à Constituição Brasileira, atravessando um século de lutas e, ainda assim, enfrentando fortes críticas que perpassam, por exemplo, pela ideia de que reserva de vagas seria uma forma de acentuar as diferenças e não buscar a igualdade.

Em relação a isso, é importante destacar que, como vem sendo apresentado nas páginas deste estudo, a forma incompleta com que a extinção da escravidão foi realizada intensificou os abismos sociais e econômicos existentes no Brasil. Dessa forma, as diferenças já foram exacerbadas naquele momento. Sendo assim, a busca pela igualdade de oportunidades, há séculos negada aos afro-brasileiros, é endossada por políticas que visem oferecer algum tipo de reparação histórica, capazes de diminuir o abismo social que o silêncio das autoridades e a falta de ações políticas provocaram, especialmente ao longo do século XX.

A educação como projeto de emancipação dos afrodescendentes e possibilidade de alcançar espaços negados antes e depois do período do pós-abolição permanece como sendo uma questão importante no que se refere aos caminhos traçados pelos negros na luta por cidadania. Assim como o acesso ao conhecimento formal, também o associativismo negro foi uma forma significativa de sustentar os posicionamentos negros e organizar diversas ações recreativas e políticas na direção de uma existência verdadeiramente livre e respeitada.

### 3.1.2 O poder do associativismo negro

---

<sup>44</sup> É possível perceber os impactos da desigualdade social, especialmente no que diz respeito às questões étnico-raciais, a partir dos indicadores sociais disponibilizados pelo IBGE na seguinte publicação, de 2021: **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2021 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>

A organização dos afrodescendentes no Brasil, desde muito antes da abolição, traduz-se no que chamamos de associativismo negro, o que, segundo Lucia Helena Oliveira Silva e Regina Célia Lima Xavier (2019), representa as diferentes formas de associação que a comunidade negra implementou, desde a criação das irmandades, passando pelas associações políticas e culturais e demais configurações dessa natureza. Petrônio Domingues (2018, p. 113) informa que os negros “mesmo quando escravizados, encontraram diversas maneiras de se reunir com seus pares”, entretanto, é com a abolição que essa organização ganhou novos rumos e teve condições de existência e multiplicidade com um pouco mais de liberdade.

Embora a Frente Negra tenha sido, durante muito tempo, um dos movimentos de maior notoriedade em diferentes produções acadêmicas, há inúmeros exemplos de associativismo que foram essenciais para a sobrevivência e o fortalecimento da cultura afro-brasileira, bem como para a organização política dos negros no Brasil. O associativismo, representado pelos clubes negros<sup>45</sup>, por exemplo, manifestava-se como uma poderosa ferramenta de resistência da população afrodescendente em relação à impossibilidade de frequentar certos locais destinados aos brancos, tanto no Brasil Imperial quanto durante a República.

Analisando especificamente o exemplo do município de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a historiadora Magna Lima Magalhães (2010, p. 18) destaca o caso da Associação Esportiva, Cultural, Beneficente Sociedade Cruzeiro do Sul, fundada em 1922, e menciona que o associativismo naquele local representava a possibilidade de haver “a organização, a coordenação, bem como a participação nas manifestações lúdicas como o carnaval e o futebol, os quais servirão para socializar e fomentar laços de solidariedade, bem como proporcionar a visibilidade negra”. Os elementos referidos pela historiadora podem ser relacionados a outros clubes da mesma natureza, visto que, em grande medida, os espaços que, muitas vezes, foram vistos como meros ambientes de recreação exerciam funções que extrapolavam o, não menos importante, entretenimento.

---

<sup>45</sup> Segundo Giane Vargas Escobar e Ana Luiza Coiro Moraes (2017, p. 21), o “conceito de Clube Social Negro foi construído em 29 de fevereiro de 2008, durante um encontro em Brasília, com a presença do escritor e poeta da Consciência Negra, Oliveira Silveira e os integrantes da Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros do Brasil dos Estados do Rio Grande do Sul – RS, Santa Catarina – SC, São Paulo-SP, Rio de Janeiro – RJ e Minas Gerais – MG e legitimada pela SEPPIR – PR, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal”.



Segundo Petrônio Domingues (2018), são exemplos de associações negras espalhadas pelo Brasil, especialmente na primeira metade do século XX: Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos (1902); Sociedade Beneficente dos Homens de Cor (1906); Sociedade Beneficente Amigos da Pátria (1908), as três instituições em São Paulo e que realizavam atividades beneficentes e de auxílio mútuo. Havia as associações ligadas aos campos da cultura e da educação como o Centro Cívico e Recreativo José Boiteux (1920), em Florianópolis. Outro aspecto contemplado pelo associativismo negro dizia respeito à recreação e ao espaço de dança como o Club Recreativo 28 de Setembro (1904), em Pouso Alegre, Minas Gerais. E, ainda, os agrupamentos destinados à prática esportiva o Club Cravos Vermelhos (1916), em São Paulo.

Esses são alguns exemplos da diversidade e da amplitude de atuação do associativismo negro no início do período republicano brasileiro. E, a partir dessas e de outras inúmeras instituições, os negros puderam fortalecer suas origens e encontrar mecanismos para enfrentar os desafios impostos pela realidade que colocava entraves para alcançar a verdadeira liberdade e o exercício da cidadania. Os clubes negros desempenhavam um contraponto à ordem social vigente e não estabeleciam, simplesmente, a aceitação das normas e das realizações capitaneadas pelo mundo branco.

O associativismo, representado pelos clubes negros, também está relacionado a uma resposta contundente aos mecanismos sociais impostos pela sociedade branca da época que restringia o acesso da população negra a certos clubes e atividades realizadas. Dessa forma, com a criação dos seus próprios espaços sociais e culturais, os afrodescendentes utilizavam o princípio da diferença como forma de afirmar a sua luta pela igualdade de espaços e vivências na sociedade.

Além disso, ao saírem das ruas e alugarem salões para os encontros e as festas, os negros manifestavam o desejo pela aproximação com as regras de civilidade impostas pela sociedade a qual buscavam ser inseridos. Segundo Flávio Gomes (2005, p. 39), “são os salões alugados os espaços de encontro privilegiados e valorizados pela ‘classe de cor’, ao contrário da rua. Esta parece ser o ambiente do ócio e da falta de referência social”. Assim, ao associarem-se e reunirem-se em espaços fechados, mas que, muitas vezes, mantinha amplas relações com a cultura que emanava das ruas, os negros ganhavam força cultural e política, discutindo e manifestando suas ideias, sua história e, sobretudo, seus anseios para o futuro.

No Rio Grande do Sul, a já mencionada valorização das culturas ligadas à imigração europeia pode ter tido um papel relevante para a existência de associações de caráter negro. A oposição entre estes grupos sociais instalava, de modo muito significativo, os negros em uma posição de exclusão frente às formas de organização implementadas pela população branca que proclamava suas raízes europeias. Em meio a esse cenário, é possível perceber a resistência negra até os dias atuais. Recentemente, o filme "Meu Chão – Clubes Negros do Rio Grande do Sul"<sup>46</sup>, dirigido por Jorge de Jesus e Geslline Giovana Braga e produzido por TranseLab, menciona a existência de 57 clubes negros no Rio Grande do Sul, sendo que alguns deles são centenários<sup>47</sup>.

Como exemplo desse tipo de associação, a Sociedade Floresta Aurora, com sede em Porto Alegre, é o mais antigo dos 200 clubes sociais negros mapeados no Brasil. Segundo a página virtual do clube<sup>48</sup>, a instituição, sem fins lucrativos, fundada em 1872 por um grupo de negros alforriados, tinha a intenção de auxiliar famílias negras. De acordo com Paulo Moreira Staudt (2019, p. 255), a Sociedade Floresta Aurora reunia “músicos negros em atividades lúdicas, momentos políticos e religiosos e ações de caráter mutualista”. O clube figura como “a primeira associação não-religiosa que congregou indivíduos negros na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. A Abolição da Escravatura ocorreu 16 anos depois da sua fundação e, sendo assim, a instituição acompanhou de forma atuante distintos períodos da história dos afrodescendentes de Porto Alegre.

Nos textos dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, há menção a alguns clubes negros do Rio Grande do Sul e outras formas de associativismo que dialogavam com as perspectivas defendidas pelos intelectuais negros de Porto Alegre e de Pelotas. Quando mencionados nos artigos, essas associações são referidas no texto desta tese, identificando seu caráter e suas relações no contexto descrito pela imprensa negra.

---

<sup>46</sup> O filme "Meu Chão – Clubes Negros do Rio Grande do Sul" está disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=aTjoxvwXWZY>. Acesso em 15 abr. 2022. A produção foi realizada por meio de um edital da Lei Aldir Blanc (Edital SEDAC no 09/2020 – Produções Culturais e Artísticas).

<sup>47</sup> Mais informações sobre os clubes sociais negros podem ser acessadas por meio da página virtual intitulada Clubes Sociais Negros, iniciativa coordenada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giane da Silva Vargas e pelo Prof. Me. Eráclito Pereira, que apresenta um acervo dos clubes negros do Brasil e do Uruguai, disponível em: <https://clubessociaisnegros.com/>

<sup>48</sup> Ver mais em Sociedade Floresta Aurora: <https://www.florestaaurora.com.br/quem-somos>.

Em relação à Frente Negra Brasileira – União Político-Social da Raça, já mencionada neste texto, é importante ressaltar que seu surgimento data de 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo. De acordo com Petrônio Domingues (2018, p. 237), tratava-se de uma entidade que tinha como intuito reunir parte da população negra, a fim de buscar a sociabilidade e, especialmente, a luta por seus direitos. Essa instituição existiu por 6 anos e dividiu-se em diversos departamentos que cuidavam de aspectos como a instrução, a cultura, a música, os esportes, a saúde, o teatro, a imprensa e as questões jurídico-sociais.

A atuação da Frente Negra girava em torno de diversas perspectivas da vida social dos negros, oferecendo caminhos e oportunidades para as mais plurais experiências. A questão da identidade negra era central para os membros da Frente Negra, que teve como presidentes Arlindo Veiga dos Santos e Justiniano Costa, ambos pertencentes a um grupo de lideranças negras letrado de São Paulo. Eles detinham funções e formação superior ao contrário do que comumente era visto entre a maioria da população negra da época.

A visibilidade da Frente Negra Brasileira inspirou a criação de ramificações em outras cidades de São Paulo e em outros estados, como Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Além disso, estimulou o surgimento de organizações com o mesmo nome em Salvador, Recife e Pelotas. É importante ressaltar que, assim como está sendo destacado em relação à imprensa negra, também na Frente Negra, a data do 13 de maio era motivo de comemoração em que se realizavam eventos que, além de festivos, incentivavam a visita e a conscientização a respeito de datas e locais históricos. A Frente Negra Brasileira e suas ramificações também reservava um lugar especial para as comemorações alusivas à data da Abolição da Escravatura.

Em um trabalho publicado em 2008, Petrônio Domingues avalia o surgimento da Frente Negra como uma resposta ao cenário político nacional. Segundo o autor, após 1930, já no governo de Getúlio Vargas, com o surgimento das duas correntes políticas denominadas Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Ação Integralista Brasileira (AIB), respectivamente representando os espectros políticos da esquerda e da direita, os negros paulistas entendiam não estarem incluídos nos programas políticos dessas duas esferas. Por isso, havia um terreno fértil para que a população afrodescendente buscasse uma organização capaz de representar as suas demandas.

A extinção da Frente Negra Brasileira está relacionada à instauração do Estado Novo, a ditadura de Getúlio Vargas, já mencionada no capítulo de contextualização histórica do período analisado. Nessa fase da política brasileira, todos os partidos foram eliminados e, assim, a fortalecida e inspiradora instituição negra encerrava as suas atividades. De qualquer forma, é inegável que, nos seus 6 anos de existência, a Frente Negra desempenhou um importante papel em relação à criação de estratégias de sociabilidade e de realização de enfrentamentos significativos no que se referia aos pleitos da população negra daquele local e de outros que foram contagiados pela experiência de organização e de cidadania preconizados pela associação.

Visto que a centralidade das análises deste estudo refere-se ao tema da liberdade manifestada nos artigos alusivos ao 13 de maio em dois jornais da imprensa negra sul-rio-grandense, é fundamental mencionar que, no Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada apenas 2 anos após a origem da Frente Negra em São Paulo. Inspirados pelos negros paulistas, os integrantes do jornal *A Alvorada*, José Aduino Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, fundaram a instituição no dia 13 de maio de 1933. Assim, na edição de 14 de maio de 1934, em comemoração à Abolição da Escravatura, Humberto de Farias assinou o seguinte relato:

Estávamos nos meados de abril, quando reunidos eventualmente em uma das nossas sedes sociais, encontrava-se entre outros, os senhores Carlos Torres, José Aldo Ferreira da Silva Alexandre Correia e o autor destas linhas. É que naquele dia, se prestava uma homenagem a memória de um amigo. Como o ato não fosse de festa, e sim de uma demonstração da nossa educação social e pessoal, poucas eram as pessoas que ali estavam. Fosse um baile e o salão estaria regurgitando. Comentando estes fatos, a conversa girou, em torno da verdadeira situação dos descendentes da nossa gloriosa raça. Cada um contava o que sabia sobre preconceitos, e outros fatos. Alguém falou em certo estabelecimento pio fundado por negros, que fazia hoje, distinção em receberem em suas escolas, crianças de cor preta... A culpa é nossa. Foi o que dissemos todos, pois se nos uníssemos, e fundássemos uma entidade eficiente, muito lucrariamos nós, a raça e a nação. E... a coisa ficou neste pé. Assim acontecendo, em uma tarde linda, de sol radiante, o senhor José Aldo Ferreira da Silva, dirigira-se até minha residência, e aí declarou-me os motivos de sua visita. De pleno acordo com sua ideia, que era fundarmos uma entidade educacional, combinamos as bases da sua organização e rumamos a residência do Senhor Valdemar Rodrigues da Silva e procuramos o senhor Alexandre Correia tendo ambos aderido a nossa iniciativa. Em vista de se achar ausente o senhor Carlos Torres, resolvemos aguardar o seu regresso da capital do Estado para o mesmo presidir provisoriamente os nossos trabalhos ficando assim organizado o primeiro comitê: Presidente, Carlos Torres; secretário geral, o rabiscador destas notas ponto e, diretores, José Auto F. da Silva; Valdemar R. da Silva e Alexandre Correia. Estava assim assegurada a formação da Frente Negra, e fixado o dia 13 de maio para sua fundação oficial. Sabedor do nosso movimento, o senhor Miguel Barros, então consagrado aluno da

nossa Escola de Belas Artes, local, procurou o senhor José A. F. da Silva manifestando a sua solidariedade ao nosso empreendimento. E a 13 de maio, era fundada a Frente Negra Pelotense, que hoje, após vencer muitos obstáculos, para a glória da nossa terra, marca no calendário social o seu primeiro ano de existência, cheia de vitórias, de estoicismo e de esperança em um futuro mais completo de felicidade, de união e cultura. (A ALVORADA, 14/05/1934).

O rico relato do intelectual negro Humberto de Farias manifesta as razões pelas quais houve interesse em fundar a Frente Negra Pelotense e destaca os anseios do grupo em relação a contribuir com as transformações que julgavam ser necessárias para a verdadeira emancipação dos negros pelotenses. A fundação de uma entidade que pudesse oferecer subsídios aos negros pelotenses a fim de promover novas oportunidades e partilhar conhecimentos achava-se como uma urgência, visto que, segundo faz crer o relato, a falta de uma instituição dessa natureza contribuía para que os efeitos da exclusão se alastrassem pelo município, inclusive em espaços que foram criados por negros.

Segundo Arilson dos Santos Gomes (2009) e Fernanda Oliveira da Silva (2011), as atividades da Frente Negra Pelotense versavam, entre outros aspectos, sobre a realização de cursos para a comunidade negra, promovendo seminários que visavam à valorização e ao fortalecimento da raça. A questão central para os membros da Frente Negra Pelotense estava relacionada à formação educacional dos negros, combatendo o analfabetismo que vigorava entre a população negra pelotense. Estes e outros elementos ligados à atuação desta entidade são referidos nas páginas do jornal *A Alvorada*, utilizado, muitas vezes, como veículo de divulgação das ações realizadas tanto pela Frente Negra Pelotense como por outras associações da região.

A historiadora Fernanda Silva (2009) destaca que a Frente Negra Pelotense é mencionada de forma mais recorrente no jornal *A Alvorada* até o ano de 1935. Entretanto, a autora menciona que há indícios de seu funcionamento até o ano de 1937, data em que também a Frente Negra Brasileira teve sua existência abreviada em virtude do cenário político ditatorial.

A questão do associativismo negro, brevemente descrita neste capítulo, traz à luz algumas das formas pelas quais a população negra organizou sua trajetória no Brasil, especialmente na primeira metade do século XX. E, em relação a isso, as manifestações contidas nos periódicos negros de Porto Alegre e de Pelotas podem ser contextualizadas num quadro de estratégias implementadas por essa população,

a fim de construir formas de sobrevivência mais dignas do que as que eram oferecidas pelas instituições governamentais e pelo restante da sociedade brasileira.

As formas descritas neste texto e outras manifestações pelas quais os negros pautaram sua existência, no imediato pós-abolição, destacam a mobilização da população negra diante do nascimento da República e da possibilidade de transformação social. Infelizmente, grande parte dessa movimentação ganha expressão e divulgação apenas no campo acadêmico, nos espaços em que lideranças negras atuam ou em comunidades majoritariamente negras, organizando suas memórias e priorizando suas raízes identitárias.

Há um desafio urgente em relação a essa perspectiva. Tornar mais visível a atuação dos negros no pós-abolição, reforçando o caráter de protagonismo que é inegável na trajetória daqueles que se viram forçados a buscar alternativas melhores num Brasil Republicano, que se revelou, desde cedo, não ser para todos. Os sujeitos históricos daquele momento sentiram na pele que a liberdade e a cidadania não seriam conquistadas apenas com assinaturas e leis.

#### 4 “MAIS UM ANO DA ABERTURA DA ESTRADA DA LIBERDADE<sup>49</sup>”: SER LIVRE É TER LIBERDADE?

A primeira metade do século XX estava, demasiadamente, próxima dos eventos que culminaram na Abolição da Escravatura. Sendo assim, era natural que o dia 13 de maio de 1888 fosse mencionado de maneira recorrente na imprensa brasileira, em especial nos jornais da imprensa negra. Nesse sentido, nos anos de 1904, 1910, 1911, 1916, 1917, 1918, 1919, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928 e 1929, no jornal *O Exemplo*, e nos anos de 1933, 1934, 1935, 1947, 1949 e 1950, no jornal *A Alvorada*, as edições dos periódicos que compõem o *corpus* de análise deste estudo contêm, na capa do número publicado na semana do dia 13 de maio, pelo menos um texto alusivo à assinatura da Lei Áurea e às diferentes questões que se ligavam a esse evento.

Embora o marco temporal abrangido pelas edições analisadas, nesta tese, seja bastante extenso e não corresponda a publicações que tenham sido veiculadas em períodos concomitantes, acredita-se que o contexto histórico de produção, ao longo da primeira do século XX, apresenta elementos constitutivos de um mesmo cenário de reivindicações, de reflexões e de resistência aos desdobramentos ocorridos no Brasil com a chegada da República e a aspiração por inclusão social e econômica desejada pelos afrodescendentes do estado.

De qualquer forma, cabe ressaltar a dificuldade de acesso às edições do jornal *A Alvorada* em seu período inicial de circulação, as duas primeiras décadas do século XX, especialmente no que diz respeito ao referencial comum estabelecido neste estudo, que corresponde às produções alusivas ao dia 13 de maio, publicadas, exclusivamente, na semana comemorativa da data, ao longo dos anos de 1901 a 1950. Sendo assim, para que as discussões realizadas no periódico pelotense não fossem descartadas, visto que, como será evidenciado posteriormente, elas estão totalmente relacionadas ao contexto abordado no jornal *O Exemplo*, optou-se por manter a análise dos textos impressos a partir da década de 1930, mesmo que não estivessem temporalmente alinhados aos anos das edições do jornal porto-alegrense. Privilegiou-se, assim, o referente comum e as temáticas abordadas em ambas as publicações.

---

<sup>49</sup> Citação presente no periódico *O Exemplo*, de 13 de maio de 1910.

Esses textos apresentam diferentes abordagens em relação à Abolição da Escravatura e representam importante fonte para a análise de questões como a memória coletiva, a identidade negra, a situação social e política do Brasil, as expectativas de liberdade e cidadania e as formas de organização da população negra. Todavia, antes de destacar pontos específicos de cada edição pertencente ao *corpus* de análise, a fim de analisar as concepções políticas e culturais, verificando os sentidos de liberdade que emergem dos discursos dos enunciados, parece relevante apresentar uma visão geral sobre o material encontrado nos jornais pesquisados.

O interesse pelos textos escritos pelos intelectuais negros, numa perspectiva de conhecimento acerca de suas visões de mundo, está relacionado, nesta tese, a um horizonte teórico apresentado pelo filósofo russo Mikhail Bakhtin, um incansável pesquisador da linguagem humana, que viveu no século XX. Para ele, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2009, p. 42) e, por ser assim, o entendimento do mundo resultante do contato com os signos enunciado vai além do que eles podem expressar de forma superficial.

As palavras, e por consequência os textos — denominados enunciados na teoria bakhtiniana —, escritos ou não, são vistos, aqui, como discursos, que podem ser compreendidos por seu caráter de interatividade e responsividade, além da sua inserção em um processo histórico e social. A partir dos estudos de Bakhtin e dos pesquisadores que estiveram a sua volta<sup>50</sup>, é possível identificar as relações entre os discursos e as questões ideológicas que, para eles, referem-se ao “universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar certa terminologia da tradição marxista)” (FARACO, 2009, p.46).

O conceito de ideologia na teoria do Círculo Linguístico de Bakhtin abarca o ideário que envolve o signo, ou seja, uma vez enunciado, o signo é revestido de significados que consistem em uma interpretação (reflexo/refração) do objeto do discurso. Nesse sentido, não se tem acesso às coisas em si, apenas aos discursos sobre elas, os quais são eivados de posicionamentos axiológicos — avaliativos —, o que resulta na constatação de que não há signo neutro. Sendo assim, no caso do *corpus* desta tese, os fios ideológicos que revestem os signos podem ser percebidos

---

<sup>50</sup> Os intelectuais, entre eles Mikhail Bakhtin, que se reuniam no início do século XX, no território russo, para discutir questões científicas e filosóficas autointitulavam-se Círculo Linguístico de Bakhtin.



a partir da análise dos discursos proferidos, já que a prática discursiva está sempre em diálogo com todo o contexto histórico, cultural e social do qual os indivíduos fazem parte, em um fluxo interdiscursivo.

Considerando essa abordagem, as manifestações negras aqui descritas e analisadas são vistas como potentes reservatórios de discursos que expõem as múltiplas interações ideológicas capazes de compor o cenário histórico, cultural e social do período. Além disso, conforme apresenta Bakhtin (1981), tais discursos mantêm sua essência de inter-relação com o passado e o presente, o que justifica de forma ainda mais precisa o uso dessa teoria como fundamento para a perspectiva de análise aqui proposta. Os textos dos intelectuais negros da primeira metade do século XX estão, ininterruptamente, em diálogo com a trajetória histórica dos afrodescendentes brasileiros, além, é claro, de, inevitavelmente, apontarem para questões vivenciadas e discutidas na atualidade.

Segundo Bakhtin (1981, p. 88), “em todos os caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa”. Então, os enunciados presentes nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* são vistos numa dimensão dialógica, em que há relação de sentido entre os diferentes enunciados, fazendo referência, de forma responsiva, a outros discursos expressos em relação aos temas tratados pelos intelectuais. O dialogismo das manifestações dos intelectuais está diretamente ligado às três dimensões básicas do discurso: a escrita está orientada para o que havia sido dito antes dela; há abertura para uma possível resposta ou diálogo em relação ao que foi dito; e nos discursos presentes nos jornais há a articulação de múltiplas vozes sociais, visto que o pensamento expresso pelos intelectuais negros não representava apenas a sua perspectiva individual, mas uma série de pessoas que compunham a diversidade da população afro-brasileira.

Analisar a produção textual das afrodescendentes que estavam à frente dos jornais da imprensa negra é visualizar de forma atenta a movimentação dos enunciados como espaço de luta entre as diferentes vozes sociais. Tomando a palavra escrita como ferramenta de excelência para o enfrentamento de que se dispunham participar ativamente, os intelectuais negros, de diversos jornais espalhados pelo Brasil, propunham a explicitação de diversas questões consideradas essenciais para a conquista da cidadania negra. Para isso, lançaram mão de inúmeras construções

dialógicas, ou, nas palavras do Círculo de Bakhtin, do dialogismo, que pode ser identificado nos textos com, pelo menos, duas abordagens.

Inevitavelmente na dimensão interdiscursiva, as posições ideológicas de determinado grupo ou indivíduo aparecem nos discursos apresentados nos jornais. Assim, várias das falas, expressas de forma escrita nos periódicos, apresentam posicionamentos recorrentes no período em que foram publicadas ou têm relação com ideias que já circulavam anteriormente na sociedade, estabelecendo um diálogo de vozes sociais, que merece ser desvelado na atualidade.

Quanto à intertextualidade, forma de interdiscurso em que se insere em uma produção a materialidade linguística de outro texto, é necessário um olhar atento e o conhecimento do leitor acerca do enunciado e do discurso citado. Caso contrário, a utilização da citação pode não ser reconhecida, embora o discurso em si mantenha o seu propósito. Nessa forma de interdiscurso, há explicitação do discurso de outrem, ou seja, o discurso alheio aparece marcado. Na produção presente nos jornais da imprensa negra, essa técnica não foi utilizada com muita frequência, embora, em certos trechos, haja o uso explícito de citações de autores ligados à filosofia, às artes ou à política.

Levando em consideração que os debates acerca das questões étnico-raciais ainda são constantes e urgentes na sociedade brasileira e mundial, a perspectiva dos intelectuais da imprensa negra, sob o prisma do dialogismo proposto por Bakhtin, oferece um terreno de reflexão acerca dos enunciados. Sob essa ótica, as palavras escritas, na primeira metade do século XX, com referências, componentes e integrantes vão muito além do visível nas páginas dos jornais.

A ação escrita dos afrodescendentes à frente da imprensa negra evidencia aspectos relevantes dos estudos de Bakhtin, especialmente na expressão da procura por ocupar um espaço de aproximação entre as vozes sociais dos grupos dominantes e as demais vozes que, até então, permaneciam inaudíveis ou esparsas. A documentação da multiplicidade de vozes sociais presente na época aparece como possibilidade de resistência, a partir da organização dos negros, que, entre outras ações, implementaram a imprensa negra, desde o século XIX. O enfoque da teoria de Bakhtin permite perceber as intensas relações estabelecidas entre o pensamento dos intelectuais negros e todo o contexto histórico, político, cultural, social e econômico anterior e contemporâneo a eles — o cronotopo, ou seja, o tempo e o espaço em que se insere o enunciado.

Sob esse ponto de vista, fica ainda mais notável o caráter de intelectualidade desses sujeitos que, não apenas estavam promovendo um desabafo acerca das mazelas sofridas e dos anseios que tinham por uma vida mais digna, mas estavam viabilizando a organização dos argumentos e a mobilização da população negra por meio da reflexão crítica. O papel da educação, a incompletude da Lei Áurea em relação aos direitos de que os afrodescendentes necessitavam para totalizar a liberdade, os aspectos relativos à participação dos negros na construção da nação republicana, a importância do protagonismo negro na sociedade brasileira e na edificação da sua cidadania, as discussões acerca das questões culturais do país e a elevação de personalidades negras a uma posição de destaque no sentido de reforçar as identidades e construir uma memória coletiva são alguns dos aspectos viabilizados por meio dos textos publicados nos jornais.

Carlo Ginzburg (1989, p. 177) afirma que, se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” e, sendo assim, “o que caracteriza esse saber é a capacidade, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, de remontar a realidade complexa não experimentável diretamente”. É a partir dessa perspectiva que os textos escritos na primeira metade do século XX são analisados, buscando os sinais capazes de reconstruir algumas das orientações que motivaram os intelectuais negros dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, bem como, ainda, os elementos discursivos que, segundo Mikhail Bakhtin (2009, 2011), advêm de um processo histórico e social, que têm uma intencionalidade e que respondem a algo que veio antes deles, em uma atitude de interdiscursividade. Desse modo, a busca pelos indícios das concepções políticas e culturais manifestadas nos periódicos é enriquecida pelas conexões e pelos paralelos que podem ser estabelecidos com as inúmeras dimensões às quais os autores estavam expostos, seja pelas dinâmicas históricas de seus antepassados, seja pela realidade em que estavam inseridos.

De modo geral, alguns aspectos podem ser destacados como elementos que aparecem com certa regularidade nos textos dos dois periódicos. Algumas dessas publicações foram redigidas em caráter de editorial, ou seja, sem assinatura do autor e manifestando um posicionamento do coletivo que representava o periódico. Outras, porém, com autoria declarada, apresentavam um viés claramente subjetivo. Em relação a essa identificação, é possível perceber que nem sempre os textos de capa foram escritos pelos principais líderes dos jornais, já mencionados em capítulo

anterior. Alguns artigos são assinados por colaboradores que contribuíam excepcionalmente com algumas publicações.

É comum encontrar no universo de análise a menção à Igreja Católica e a comparação da situação dos escravizados, até 1888, com a história de Jesus Cristo. Torna-se perceptível o papel expressivo do Cristianismo na identidade dos intelectuais negros que figuram nos jornais destacados. Inclusive será realizada, nesta tese, uma breve discussão acerca das associações negras às quais alguns líderes dos jornais eram vinculados; muitas delas de caráter religioso, com significativa importância para o desenvolvimento dos jornais e da trajetória de certas comunidades negras.

Pelo menos, desde o século XVII esse tipo de comparação já circulava entre as narrativas conhecidas no Brasil. Destacado entre os que chegaram ao Brasil para a catequização dos indígenas, Padre Antônio Vieira, filósofo, escritor e missionário português, vinculado à Companhia de Jesus, não deixou de observar e analisar o que acontecia aos africanos em solo brasileiro, especialmente, aqueles que dedicavam ao árduo trabalho nos engenhos de açúcar. Padre Antônio Vieira foi um dos que mencionou, em um dos seus sermões, as aproximações entre as duas realidades:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado porque padeceis em um modo muito semelhante ao que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que lhe deram o fel. A Paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio<sup>51</sup>.

Sendo assim, é inegável o componente de mobilização que o paralelo entre o desfecho da história de Cristo e a situação vivida pelos escravizados poderia desencadear entre os membros das comunidades leitoras desses textos. Por um lado, a violência amplamente difundida e reprovada que foi sofrida por Jesus; por outro, o caráter de divinização e superação representado por ele. A analogia apresentada em alguns dos textos exprime uma narrativa capaz de comover e inspirar.

Cabe ressaltar que os textos mencionam, com certa frequência, associações negras de destaque, algumas delas, inclusive, conhecidas até hoje. São referidas as

---

<sup>51</sup> VIEIRA, A. Sermões. Tomo XI. Porto: Lello & Irmão, 1951 (adaptado).

seguintes sociedades de Pelotas nos textos analisados do jornal *A Alvorada*: Fica Ahí Pra Não Dizer, Depois da Chuva e Chove Não Molha. Em Porto Alegre, o jornal *O Exemplo* destaca as seguintes associações: Floresta Aurora, Dedicção e Progresso, Confraria Nossa Senhora do Rosário, Sociedade Beneficência Porto Alegrense. As formas pelas quais essas menções são feitas serão contextualizadas na análise dos textos.

Um dos pontos comuns em vários dos textos e que parece ter relevância ímpar no que diz respeito à memória do dia 13 de maio de 1888 é o evidente tom de comemoração que acompanha as referências à data. Tal aspecto, se comparado ao limitado destaque recebido pelo dia 13 de maio atualmente no meio urbano nacional, pode causar certa estranheza. Cabe ressaltar que o Movimento Negro no Brasil, após inúmeras mobilizações, conquistou a aprovação da Lei nº 12.519 de 2011, que instituiu oficialmente o Dia da Consciência Negra no Brasil, comemorado no dia 20 de novembro. Essa data tem o papel de reunir as atividades que reivindicam a valorização da identidade negra brasileira e as urgências em relação à luta antirracista e a conseqüente conquista da equidade étnico-racial. Para um significativo grupo do Movimento Negro no Brasil, o dia 13 de maio não é representativo do protagonismo dos afrodescendentes em relação à Abolição da Escravatura. E, além disso, a data representaria o início de outras mazelas vivenciadas pelos negros em virtude da não existência de um amparo legal aos recém-libertos.

Atualmente, as comemorações em torno do Dia da Consciência Negra têm reunido a comunidade negra, mas também os demais grupos sociais brasileiros, no sentido de problematizar o pós-abolição e promover a valorização das contribuições negras na cultura brasileira. Essa data procura reforçar o protagonismo negro e provocar rupturas entre uma abolição ligada ao papel da Princesa Isabel e um movimento em que a presença e a atuação negras foram determinantes.

Desse modo, a visível comemoração do 13 de maio, evidenciada nos textos dos jornais da primeira metade do século XX, é um elemento de análise revelador no sentido de que o evento não é mencionado apenas como uma forma de enaltecer o feito da Princesa Isabel, cuja assinatura sanciona a lei. Há vários textos em que a Lei Áurea é exaltada como a culminância de todo um processo de atuação dos negros para que a abolição acontecesse. O 13 de maio é reverenciado nos textos como um marco importante para o futuro dos afrodescendentes no Brasil e considerado o início

de um processo que precisava ser levado adiante pelos próprios envolvidos. Entretanto, a data não é vista dessa forma pelo Movimento Negro na atualidade.

No geral, esse posicionamento de menção à importância da Lei Áurea, pelos intelectuais negros do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, não parece ser representativo de ingenuidade em relação a uma esperançosa mudança automática na vida dos ex-escravizados. A maioria dos textos acrescenta certos limites da lei e reforça a necessidade de atuação dos negros para que conquistem os espaços sociais e econômicos almejados. Alguns textos também manifestam gratidão à Princesa Isabel, mas poucos sobrepõem o seu feito à ação da campanha abolicionista para que a regente do Brasil na época tenha assinado o decreto.

A citação de personalidades negras de destaque nacional e local também aparece como uma característica comum nos textos analisados. Muitas vezes com imagens, mas, sobretudo, com a menção direta nos textos, são frequentes as homenagens a figuras consideradas representativas da luta dos negros brasileiros e exemplos que deveriam ser seguidos, enaltecidos e lembrados. Essa atitude parece ter clara relação com a importância conferida, pelas lideranças dos jornais, à construção de uma espécie de panteão afro-brasileiro, capaz de unificar a história e os sentidos de identidade daquele povo. Os intelectuais da imprensa negra demonstram a preocupação com um legado a ser difundido e com uma memória a ser construída a partir do que seriam heróis negros, muitas vezes pouco ou nada conhecidos e reconhecidos pela História oficial.

Personalidades como José do Patrocínio, Paula Nei, Luiz Gama, Ferreira de Meneses, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, entre outros, são reverenciados nos textos alusivos ao 13 de maio nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Esses e outros sujeitos, mencionados nas capas dos jornais analisados, serão apresentados e contextualizados quando da referência específica em que aparecem nos artigos.

Os textos com recorrência sobre os outros países, comparando o Brasil e referindo o atraso da política brasileira no contexto mundial. O Estado brasileiro foi o último da América a abolir a escravidão, fato que foi alvo de muitas referências nos textos alusivos ao 13 de maio. Além disso, há consciência, por parte dos intelectuais negros, em relação aos impactos da escravidão na situação social, política e econômica do Brasil da época. Esse destaque revela, também, a conexão dos intelectuais da imprensa negra do Rio Grande do Sul com o panorama internacional e com os eventos e desdobramentos ocorridos em outras partes do Brasil.

Percebe-se, também, a constante afirmação de qualidades ou aspirações dos negros em contraposição ou em diálogo com os estereótipos da época. Há um perceptível movimento em ambos os jornais que enfatiza virtudes e capacidades dos afrodescendentes, demonstrando como a sociedade não negra os enxerga e como deve e pode ser feita a transgressão desses obstáculos que impunham barreiras sociais e econômicas aos negros. São comuns termos como *moral*, *civilizado*, *educação*, que denotam aspectos que parecem ser elencados como primordiais para a verdadeira inserção dos negros na sociedade da época. Nesse sentido, os textos dos jornais assumem uma atitude responsiva e expressam posicionamentos axiológicos contrários ao preconceito com que é vista a população negra.

A análise apresentada nesta tese busca contribuir com a transposição das barreiras e dos discursos cristalizados na sociedade que posicionam os negros, do imediato pós-abolição, como uma massa alienada, fragilizada e que se conformou com a situação a que foram expostos a partir do dia 13 de maio de 1888; bem como, nessa mesma visão, já estariam passivos em relação à escravidão. De modo oposto, busca-se, aqui, favorecer uma concepção que desloca a população negra brasileira para uma posição ativa, que, sim, ainda tem muito o que fazer e reivindicar, mas que nunca experienciou o silêncio como muitas narrativas fazem crer.

O sociólogo, historiador e jornalista Clóvis Moura (2019) discute, no que chamou de Sociologia do Negro Brasileiro, os caminhos reflexivos e pragmáticos a fim de que a sociedade do Brasil possa assumir sua conclusão como nação. Segundo ele:

Esse gueto invisível que faz do negro brasileiro ser apenas elemento consentido pela população branca e rica, autoritária e dominante, é que deverá ser rompido se o Brasil não quiser continuar sendo uma nação inconclusa, como o é até hoje; isso porque teima em rejeitar, como parte do seu ser social, a parcela mais importante para a sua construção (MOURA, 2019, p. 36).

Embora afirme a permanência de um estado de inconclusão até a atualidade, parece haver caminhos que indicam o desejo e a movimentação necessários para que a população negra avance em sua inserção social e no reconhecimento e valorização de sua presença no Brasil. Há, ainda, um longo caminho a percorrer nesse sentido. Entretanto, o contato com as produções dos intelectuais negros da primeira metade do século XX demonstra que, desde sempre, houve atitude negra fundamentando as reflexões sobre as suas experiências. E, ainda hoje, revisitando esses textos e as demais manifestações realizadas anteriormente, além de continuar afirmando as

diversas formas de resistência e ocupando espaços educacionais, políticos e culturais, há a manutenção das esperanças de que se efetive o rompimento dessa relação de consentimento da população branca em relação aos negros no Brasil.

Derrubar os muros desse “gueto invisível”, mencionado por Moura (2019), é a urgência social do Brasil na atualidade e, por isso, faz-se tão necessário discutir e divulgar a produção negra do passado e do presente como instrumento de destruição da nebulosidade que é mantida em relação aos afrodescendentes do Brasil. Nesta tese, as visões da liberdade construídas por dois grupos de negros intelectuais, na primeira metade do século XX, são levadas a romper os limites do gueto e contribuir para a compreensão acerca do pensamento de uma parcela da população negra do Brasil. Afinal, fala-se muito da atividade laboral dos negros e muito pouco sobre seus pensamentos e suas reflexões.

A partir daqui os textos dos jornais de cada edição relativa ao 13 de maio serão abordados sob a perspectiva da análise discursiva, relacionando os pontos destacados com as concepções políticas e culturais da época e evidenciando os sentidos de liberdade que emergem dos discursos dos intelectuais negros do Rio Grande do Sul nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*.

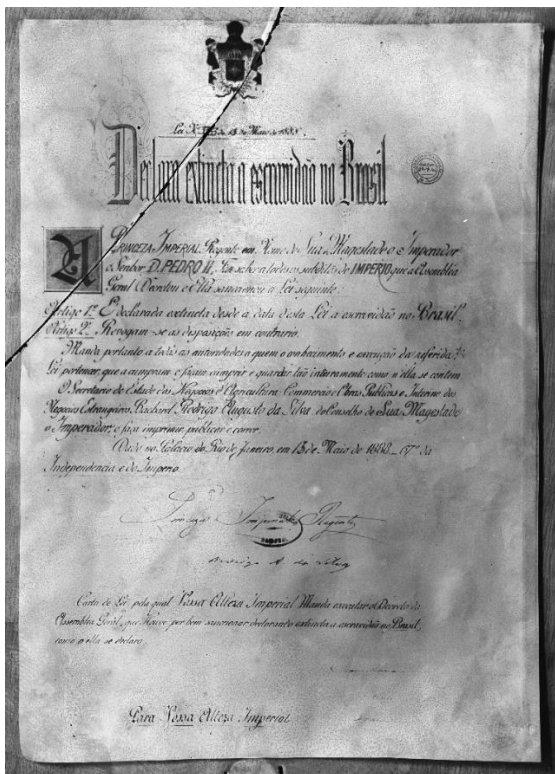
#### 4.1 “LEMBRANÇA DO TRIUNFO DA DEMOCRACIA POPULAR”<sup>52</sup>: A IMPORTÂNCIA DO 13 DE MAIO DE 1888

**Figura 5** - Lei Áurea, nº 3.353, de 13 de maio de 1888

---

<sup>52</sup> Citação presente no periódico *O Exemplo*, de 13 de maio de 1911.





Fonte: Arquivo Digital do Sistema de Informações do Arquivo Nacional

A Lei Áurea, de nº 3.353, assinada em 13 de maio de 1888, e destacada na Figura 5, foi a mais popular das leis abolicionistas, visto que ela foi aclamada na história nacional como a lei que trouxe a liberdade para os escravizados no território brasileiro. É possível perceber na imagem que a frase em destaque afirma: “Declara extinta a escravidão no Brasil”. Abaixo, a Figura 5 não deixa legível as demais disposições da lei (BRASIL, 1888) que são transcritas a seguir:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém.

O secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Publicas e interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Rodrigo Augusto Da Silva

Como já foi mencionado, a lei tratava da extinção da escravidão, mas não incluía as condições dessa liberdade; não previa qualquer mecanismo de inclusão

social ou ressarcimento em benefício da população recém-liberta e, tampouco, mencionava os descendentes dos africanos que foram escravizados ao longo de mais de três séculos no Brasil. No entanto, mesmo com essas lacunas, as comemorações em torno da Lei Áurea atravessaram as décadas, colocando a figura da Princesa Isabel como um ícone na historiografia tradicional. As narrativas que circularam com maior evidência no território nacional, em especial, ao longo do século XX, deram mais ênfase à ação da princesa regente do que ao esforço promovido pela população negra durante a vigência da escravidão para que a Abolição fosse conquistada.

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos negros espalhados pelo país passaram a questionar, com mais coesão e força, esse protagonismo atribuído à Princesa Isabel e, com isso, o dia 13 de maio passou a ser questionado como data merecedora de comemorações pela população negra. Afinal, a ruptura promovida pela legislação foi considerada incompleta e, de certa forma, corresponsável pela situação de exclusão dos afrodescendentes no Brasil.

Essa movimentação política liderada pelos negros brasileiros desencadeou a instituição do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, a partir da promulgação da Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, em alusão a data do falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares. Cabe ressaltar que as discussões em torno da instituição de uma nova data que caracterizasse de maneira mais efetiva a luta dos afrodescendentes no Brasil começou ainda na década de 1970, por iniciativa de um grupo gaúcho, liderado, entre outros nomes, por Oliveira Silveira<sup>53</sup>, que, além de poeta, teve um papel político muito significativo em relação à resistência negra e às discussões relativas às políticas necessárias para a completude da liberdade desse povo. Segundo o poeta, intelectual e militante negro Oliveira Silveira (2003, p. 23),

A evocação do dia Vinte de Novembro como data negra foi lançada nacionalmente em 1971 pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Mas quem lê o manifesto nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), divulgado em novembro de 1978 e designando a data como dia nacional da consciência negra, não encontra no texto nenhuma referência a essa iniciativa gaúcha ou ao trabalho continuado pelo grupo nos anos seguintes.

---

<sup>53</sup> A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) mantém um portal digital intitulado Oliveira Silveira, que é parte integrante do projeto de pesquisa “Oliveira Silveira: o poeta da consciência negra brasileira”, no âmbito do Programa CriaNegra referente ao Grupo de Pesquisa “CriaNegra: Letras, Educação e Comunicação”/Diretório CNPq. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/oliveirasilveira/>.

Fato é que, a despeito da falta de notoriedade conferida aos sul-rio-grandenses em relação ao movimento inicial, que colocou o dia 20 de novembro na pauta política do Brasil, a data ganhou força com o passar das décadas e foi acolhida em diferentes esferas políticas e sociais que concordavam com a necessidade de fazer um contraponto ao dia 13 de maio. Os movimentos negros da segunda metade do século XX entendiam que a ressignificação e o fortalecimento da resistência negra passavam pela reavaliação das memórias ligadas à história dos afrodescendentes brasileiros.

A existência de uma nova data e a sua posterior legitimação em lei, capaz de concentrar as discussões acerca da negritude no país, acentuaram ainda mais as críticas em relação aos acontecimentos históricos do dia 13 de maio de 1888. E fizeram com que, em grande medida, a data da assinatura da Lei Áurea fosse, de alguma forma, silenciada, principalmente nas comemorações do meio urbano brasileiro, onde a atuação e a divulgação das discussões dos movimentos negros tiveram mais impacto.

As disputas discursivas em relação à questão racial no Brasil têm ganhado força nas últimas décadas. E a questão relacionada aos sujeitos envolvidos nos eventos do dia 13 de maio de 1888 ainda recebe atenção e está permeada por polêmicas. Exemplo disso são as publicações realizadas em maio de 2020, em meio digital, pela Fundação Cultural Palmares (FCP)<sup>54</sup>, sob a presidência de Sérgio Camargo. Segundo Juliana Serzedello Crespim Lopes e Paulo Sérgio da Costa Neves (2022), as obras publicadas visavam valorizar o legado da Princesa Isabel como protagonista da abolição e denunciar um suposto caráter mitológico de Zumbi dos Palmares. O debate está associado a uma postura revisionista que, de acordo com os autores, representa uma:

[...] estratégia oficial de revisão da história do país com vistas a não apenas desmoralizar segmentos sociais envolvidos com as lutas antirracistas, mas também a recriar uma versão da História e da identidade nacional que se coaduna com os discursos do governo sobre uma suposta harmonia racial no país (LOPES; NEVES, 2022, p. 3).

A tensa atmosfera que tem envolvido as discussões relativas à memória histórica ligada à presença e ao protagonismo dos negros na trajetória brasileira intensifica-se a partir de posicionamentos como os que foram assumidos pela presidência da Fundação Cultural Palmares a partir do ano de 2020. Trazer,

---

<sup>54</sup> Instituição federal responsável pela valorização cultural da população negra, fundada no dia 22 de agosto de 1988. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/>.

novamente, ao debate, de modo institucional, a figura da Princesa Isabel, em detrimento da atuação dos afrodescendentes na conquista e manutenção do fim da escravidão, coloca em evidência a tentativa de ressignificar as histórias construídas e colocadas em pauta pelos movimentos negros ao longo de várias décadas.

Salientar de modo excessivo o papel da Princesa Isabel e desmoralizar a figura de Zumbi dos Palmares coloca em embate os sentidos e as memórias ligadas aos dias 13 de maio e 20 de novembro, assumindo uma narrativa que não coopera com a luta dos afrodescendentes pela liderança e pela atuação ativa em relação a sua própria história. Segundo Bakhtin (2009, p. 36), “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais”. Sendo assim, trazer essa questão, no corpo desta tese, tem a intenção de exemplificar as diferentes formas pelas quais os discursos revelam a intenção de construir narrativas de acordo com os direcionamentos políticos de cada período ou grupo. Por isso, discutir e evidenciar a perspectiva dos intelectuais negros, no imediato pós-abolição, em relação ao dia 13 de maio, pode colaborar com a manutenção do espaço destinado ao protagonismo negro na História do Brasil.

Não se trata aqui de, a exemplo do que foi feito na referida instituição federal, relativizar a importância do dia 20 de novembro e do homenageado Zumbi dos Palmares, entre as datas e personagens considerados, hoje, como símbolos da luta dos negros brasileiros e da necessidade de conscientização a respeito da História desses indivíduos na sociedade do país. Pelo contrário, revisitar as discussões realizadas nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* em torno do dia 13 de maio e do caminho a ser percorrido pelos afrodescendentes em direção à efetivação de sua liberdade tem como princípio demonstrar e reafirmar o papel crucial dos negros em relação aos desdobramentos anteriores e posteriores à Abolição da Escravatura.

Por meio dos textos publicados nas semanas do dia 13 de maio de cada ano analisado, é possível perceber que o dia 13 de maio era, sim, uma data comemorativa e que suscitava inúmeras reflexões a partir dos elementos referidos pelos intelectuais negros à frente dos periódicos. Entretanto, a despeito do que, muitas vezes, é indicado na atualidade quando se justifica a emergência do dia 20 de novembro como data magna para os negros brasileiros, não há indícios presentes nos textos analisados de que a atitude comemorativa era, de alguma forma, ingênua ou em sinal apenas de gratidão aos brancos envolvidos no processo de Abolição da Escravatura.

Para os intelectuais negros dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, o dia 13 de maio estava em consonância com o que Wlamyra R. de Albuquerque (2009, p. 97) diz quando destaca que “a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre pessoas não cabe em cifras”. A observação de Albuquerque destaca que a Lei Áurea não chegou a atingir um número muito elevado de negros cativos. Muitos dos afrodescendentes já estavam em liberdade. Entretanto, a existência da lei modificava a estrutura econômica e as perspectivas sociais desenhadas no Brasil ao longo de mais de 300 anos.

Por isso, já no início do século XX, as lideranças negras que compunham a imprensa destinada à discussão racial já observavam a relevância da ruptura ocorrida em 1888, como é possível perceber a partir do excerto:

Na ordem cronologica das comemorações nacionaes, 13 de maio é uma data que deve nos orgulhar como bons brasileiros. É grande esta data porque ela começa o redivivio moral da sociedade brasileira. Na nossa historia ela marca uma passagem das mais brilhantes de todos os fatos que se deram no segundo império (O EXEMPLO, 13/05/1910).

Ao mencionar a data da Abolição da Escravatura, o texto do editorial do jornal *O Exemplo*, de 1910, destaca o quanto a interrupção da escravidão, promovida pela Lei Áurea, era motivo de orgulho. Resgatando palavras como a moral e o brilhantismo do acontecimento, é possível perceber o posicionamento dessas lideranças em relação ao lugar que deveria ser ocupado pela data entre as comemorações ocorridas no Brasil. A edição de 13 de maio de 1911 aprofunda as comparações que faziam sobressair o evento:

O 7 de setembro libertou-nos dos domínios de Portugal e o 15 de novembro proclamou a nossa cara República, trazendo-nos o regimem da mais pura e ampla liberdade igualdade dos cidadãos. Mas contudo isso, é o 13 de maio a maior data Pátria. Maior do que 7 de setembro, porque este, trazendo a liberdade da Pátria não trouxe a liberdade de seus filhos. Brazil livre, porém, admitindo em seu seio brasileiros escravos de brasileiros. Maior do que 15 de novembro porque trazendo a república, o regimem da Liberdade, não podia admitir, sem sacrificar os seus brios, que cidadãos fossem escravos de cidadãos, mal que só foi reparado pelo 13 de maio que, além de ser o alicerce fundamental da nossa cara República, veio trazer à nossa amada Pátria os foros de nação civilizada (O EXEMPLO, 13/05/1911).

O trecho anterior fortalece os argumentos em relação à relevância do 13 de maio e faz isso a partir da menção a duas datas de suma importância para a trajetória

política brasileira. Quanto à data da oficialização da Independência do Brasil, 7 de setembro de 1822, salienta que era livre o Brasil, mas não eram livres os seus habitantes. E ainda reforça a condição de brasilidade dos afrodescendentes, elemento que, por vezes, parecia não ser levado em consideração quando se tratava da cidadania dos negros no Brasil. O questionamento a respeito dessa distinção entre membros de um mesmo país sublinha a reflexão acerca da nacionalidade brasileira e das ações necessárias para que se efetivasse essa igualdade.

Em relação à data da Proclamação da República, oficializada em 15 de novembro de 1889, o tom de crítica à escravidão é ainda mais evidente. Ao chamar a república de “regime da liberdade”, o questionamento acerca da impossibilidade da manutenção da escravidão fica evidente. Não apenas em referência aos negros como brasileiros, mas destacando que eram cidadãos do Brasil, o texto associa a Abolição da Escravatura com os ideais de civilidade a serem perseguidos por todas as nações. O texto apresenta o 13 de maio como um alicerce da República e, por isso, deveria estar efetivamente marcado como um símbolo do progresso do Brasil.

Indo além, nesse mesmo texto, as comparações com o cenário internacional apresentam mais um elemento importante:

Se a França tem o 14 de julho a data simbólica do movimento libertário de Voltaire, Danton e Robespierre, se a Itália tem o 20 de setembro como a data que recorda a Vitória das aspirações do povo italiano de 1870, tem o Brasil o 13 de maio como a lembrança do triunfo da democracia popular, triunfo que igualou os direitos de todas as classes, de todos os cidadãos (O EXEMPLO, 13/05/1911).

Ao referenciar o dia 14 de julho<sup>55</sup>, para os franceses, e o dia 20 de setembro<sup>56</sup>, para os italianos, a edição de 1911 acentua as relações da assinatura da Lei Áurea com uma movimentação democrática no Brasil, comparada, em certos aspectos, ao que aconteceu nos países europeus. Entretanto, ao mencionar a igualdade de direitos de todas as classes, o texto manifesta muito mais a idealização do que a legislação deveria ser, do que, propriamente, uma realidade conquistada a partir de 1888.

Percebe-se, pois, a dimensão dialógica do texto por meio da comparação com esses fatos históricos, o que expressa o posicionamento axiológico do enunciado.

---

<sup>55</sup> O dia 14 de julho é um feriado francês celebrado, anualmente, em comemoração ao episódio da Tomada da Bastilha, em 1789, um dos destaques históricos relativos à Revolução Francesa.

<sup>56</sup> O dia 20 de setembro de 1870 marca a Tomada de Roma que finalizou o processo de Unificação Italiana, sancionando a anexação de Roma ao Reino da Itália.

Essa perspectiva ideológica revela a valoração do enunciador quanto ao valor simbólico do 13 de maio necessário para a consequente valorização da população negra como ser humano em igualdade com a população não negra. Coloca, em uma atitude responsiva, o ideal de liberdade dos escravizados no mesmo nível de importância da liberdade defendida pela Revolução Francesa e pela tomada de Roma.

Por tratar-se de um período ainda próximo ao ano da Abolição da Escravatura, distante apenas 23 anos do ano de 1911, quando o texto foi publicado, parece compreensível que uma parcela da população afrodescendente tivesse ainda poucos elementos para analisar os desdobramentos posteriores à assinatura da Lei Áurea. Entretanto, com o passar dos anos, as análises relativas ao 13 de maio ganharam um tom mais crítico e passaram a utilizar a data, sempre destacada nos jornais, para problematizar de forma mais complexificada a situação dos afrodescendentes no Brasil.

Em 1916, a avaliação relativa ao dia 13 de maio menciona uma mudança discursiva no tratamento da data da assinatura da lei que extinguiu a escravidão. Segundo o texto editorial:

As folhinhas e calendários registram o dia de hoje, que evoca a extinção da escravatura em nosso país, como o Dia da Fraternidade Brasileira. É justificável tal assignalamento? Essa fraternidade é um facto completo indesmentível? Não mais existem antagonismos e odiosidades entre as populações desta grande terra? O espírito de fraternidade não é pois devidamente praticado. Trabalhemos contudo pela fraternização completa de nossos patrícios. A era iniciada por 13 de maio de 1888 precisa ser melhor orientada (O EXEMPLO, 13/05/1916).

O debate relativo à democracia e à igualdade de todos, que foi incluído em 1911, não aparece da mesma forma cinco anos depois. O referido Dia da Fraternidade Brasileira, instituído pelo Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890<sup>57</sup>, em que declarava os dias de festa nacional, foi questionado na publicação do periódico, visto que a fraternidade ainda não era perceptível entre os brasileiros. Ao contrário, com o passar dos anos, as animosidades e a exclusão social dos negros em solo nacional ficaram mais explícitas.

Em relação a esse recorte do texto publicado, é possível pensar nas proposições de Bakhtin acerca das relações dialógicas que podem ser estabelecidas

---

<sup>57</sup> Ver texto completo do Decreto em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>

entre os discursos proferidos e as ações capazes de estipular a compreensão sobre o que foi dito. Para ele:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN, 2011, p. 131-132).

Nesse caso, a enunciação pode referir-se à instituição do Dia da Fraternidade e, a partir disso, as palavras dos intelectuais no seu editorial de 13 de maio de 1916, buscam questionar e compreender os sentidos atribuídos à data diante do cenário real a que os afrodescendentes estavam expostos.

A partir dessa edição, acentuou-se nos jornais a reflexão acerca da necessidade de ampliar e complexificar os desdobramentos iniciados pela Lei Áurea. O conteúdo dos textos passou a enfatizar, de modo mais explícito, a jornada que ainda estava por vir no sentido de conquistar a liberdade efetiva. Nesse sentido, as comemorações relativas ao 13 de maio, ao menos nos jornais da imprensa negra, passaram a assinalar, de modo cada vez mais visível, a importância e as relações entre essa data e a construção da República Brasileira. Afinal, para eles, “foi o primeiro passo para o advento da nova era - a república. O 13 de maio de 88 foi o início brilhante do 15 de novembro de 89” (O EXEMPLO, 13/05/1916). República e liberdade caminhavam juntas nas narrativas dos intelectuais negros.

Além da importância da data, a comemoração do 13 de maio também foi contexto para que se afirmasse a dimensão da participação negra na construção do país. Sendo assim, em 13 de maio de 1917, no jornal *O Exemplo*, realçou-se o caráter de merecimento dos afrodescendentes em relação à conquista de direitos que ainda não possuem. No editorial dessa edição, está grafado o mérito do povo negro cuja “igualdade de direitos, elle mais que ninguém fazia jus de longa data, neste paiz onde tudo é resultado de seus esforços e de sua maior dedicação” (O EXEMPLO, 13/05/1917). É perceptível com esse trecho que, além da importância da data, no sentido de relembrar a incompletude da Lei Áurea e a necessidade de aprofundar as questões relativas à cidadania negra, a comemoração também se prestava a reforçar o papel dos negros na edificação da sociedade brasileira.

Causa profundo desalento pensar que a questão da igualdade de direitos ainda é uma problemática recorrente nas discussões acerca da população negra na



atualidade. Quando falamos em racismo, especialmente nos últimos anos, tem sido recorrente e urgente o tratamento do tema a partir de uma reflexão estrutural que, obviamente, tem total relação com as questões já tangenciadas pelos intelectuais negros da primeira metade do século XX. A igualdade de direitos, reclamada em 1917, a partir de um argumento ligado ao merecimento da população negra, estava subjugada ao fator racial que privava os afrodescendentes de gozarem das mesmas oportunidades que os brancos. Djamilia Ribeiro destaca que:

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas. (RIBEIRO, 2019, p. 9).

O racismo estrutural, manifestado de forma bem evidente a partir da assinatura da Lei Áurea, foi construindo, pouco a pouco, um lugar para os negros, mesmo livres, na sociedade brasileira. Sem a materialidade das correntes da escravidão, criou-se um mecanismo social que sentenciou o negro como raça e que estipulou para esses indivíduos um conjunto de formas pelas quais a sua interação social estaria pautada. O merecimento, reivindicado no texto de 1917, não era levado em consideração, visto que, com o término da escravidão, as vidas negras pareciam não ter mais nenhuma utilidade para a nação.

Dessa forma, compreender o racismo como parte da estrutura social, política e econômica do país ajuda a visualizar as formas pelas quais os indicadores sociais ainda apresentam, na atualidade, números completamente desfavoráveis à população negra, colocando-os entre as maiores vítimas da violência, da pobreza e da falta de acesso adequado à saúde, educação e demais bens e oportunidades que possam promover qualidade de vida. Essa situação vem sendo desenhada desde a escravidão, mas ganhou forma específica a partir da profunda exclusão estimulada pela racialização empreendida no início do século XX.

A distinção em relação à raça negra foi, cada vez mais, enfatizada e imbuída de estereótipos destinados a promover uma separação entre aqueles que possuíam direitos previamente estabelecidos e aqueles que, principalmente após a Abolição da Escravatura, foram inseridos na sociedade como brasileiros e não mais como

escravizados ou descendentes deles, como queriam frisar os contrários a essa inserção. Em relação à questão racial, Silvio de Almeida ressalta que:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p. 20).

No caso brasileiro, as discussões relativas à raça intensificaram-se, ainda mais, ao longo do século XX e afetavam os negros de forma a manter certa continuidade da opressão colonial. Nesse sentido, ao declararem o dia 13 de maio como um dia de resistência, de reflexão e de união de forças entre os afro-brasileiros, os intelectuais dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* não deixavam de usar o termo raça como representação política de um grupo marcado pela característica biológica da cor da pele, mas sobretudo diferenciado na sociedade brasileira a partir dos elementos históricos que os ligavam à África, à escravidão e às formas de viver no território brasileiro.

O 13 de maio utilizado como espaço de manifestação política da raça negra ganhou ainda mais destaque na edição de 14 de maio de 1933, do jornal *A Alvorada*. Ao contrário da maioria dos textos, considerados aqui como editoriais, o texto de capa dessa edição estava assinado por Rodolpho Xavier, que tinha uma escrita mais combativa e apresentava diversos elementos que justificavam a relevância do dia 13 de maio como forma de resistência e de reflexão crítica.

**Figura 6** - Capa *A Alvorada* - 14/05/1933



Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

A edição mais próxima do dia 13 de maio de 1933, do periódico *A Alvorada*, foi publicada no domingo seguinte, dia 14 de maio. Rodolpho Xavier, já mencionado como um dos fundadores do jornal, pelotense, filho de uma escravizada e de seu senhor, assinou o texto de capa que tomou quase toda a página do jornal e estendeu-se até o verso, como é possível perceber na Figura 6. Sob o título “Campanha Pró-Educação – 13 de maio”, o artigo de capa propõe-se, inicialmente, a apresentar um panorama geral sobre a trajetória dos negros escravizados no Brasil.

Rodolpho Xavier tinha uma referência ímpar no que se tratava das reflexões sobre as vivências negras. Seu irmão, Antônio Baobad, foi uma forte liderança negra e operária em Pelotas. Segundo relatos do próprio irmão Rodolpho no jornal *A Alvorada*, de 5 de maio de 1935, Baobad teria se libertado da escravidão no final do século XIX. A partir daí utilizou sua energia para lutar contra as formas de opressão instituídas contra os negros e contra o operariado urbano, os quais entendia passarem por dificuldades semelhantes.

A partir dessa relação familiar bastante combativa, o autor do texto de 13 de maio de 1933, Rodolpho Xavier, teve um papel extremamente relevante dentro da comunidade negra de Pelotas. Ao lado do irmão e de outros companheiros já citados, utilizou a imprensa para veicular ideias, anseios e formas de organização capazes de

superar as mazelas impostas pelas heranças da escravidão. Segundo a historiadora Beatriz Ana Loner (2011, p. 114),

Rodolpho passou a vida toda tentando superar as consequências nefastas da escravidão, pois sua luta, como líder sindical e étnico, foi no sentido de conseguir para o trabalhador condições de existência dignas, com a conquista de direitos sociais. Devido a isso, buscou forçar o futuro dos trabalhadores no presente, apostando na luta sindical, na república e no socialismo, evitando que se relembassem fatos e situações do período anterior, o que poderia dar ensejo à utilização do passado como desculpa para a falta de ação no presente.

Sendo assim, o artigo de autoria de Rodolpho Xavier faz questão de relembrar a data da Abolição da Escravatura não somente como uma data de mudança na condição escravocrata, mas, sobretudo, como um momento de destacar a história dos negros até aquele momento. A perspectiva adotada não contradiz a citação de Beatriz Loner, visto que ela se refere ao fato de que Xavier não usava em seus artigos os detalhes cotidianos da experiência da escravidão vividos por sua mãe e seu irmão, Baobad.

No texto de 1933, Xavier destaca que lembrar o 13 de maio é recordar o fato de que a “Raça Africana” quase foi dizimada. E sobre isso, ele salienta que os maus tratos infringidos aos negros foram superiores aos de Jesus Cristo. Tais afirmações têm um caráter de unificação do grupo a que se refere, além de promover uma identificação histórica que possui grande apelo na comunidade cristã em que estava inserido. A comparação, inclusive, poderia soar herética àqueles que, por serem religiosos, julgassem não ser possível equiparar o calvário de Cristo às vivências da humanidade.

O texto de Rodolpho Xavier menciona o papel do negro na produção de café, no plantio de cana de açúcar e nas charqueadas<sup>58</sup>, afirmando que seu trabalho sustentou o colono e senhor. Destaca-se a inclusão da atividade nas charqueadas, tão característico na região de Pelotas e no Rio Grande do Sul, e, por vezes, pouco mencionado nas atividades pelas quais os negros eram responsáveis, considerando a repercussão entre os fatos históricos que alcançam dimensão nacional na

---

<sup>58</sup> Muito conhecidas no sul do Brasil, as charqueadas tiveram um papel econômico muito significativo na região de Pelotas, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX. A produção de charque (carne bovina seca e salgada) nas propriedades rurais utilizava a mão de obra dos negros escravizados de modo intensivo.

atualidade. Referir as charqueadas em seu texto aponta o cuidado em tornar a narrativa próxima dos possíveis leitores que conhecem a atividade.

Em outro trecho, Xavier alude ao papel fundamental dos negros no desenvolvimento econômico do país e, para isso, alega a “instabilidade de posse do gentio (indígena) inadaptável ao trabalho e acostumado à caça e pesca”. Em seguida, declara que não quer, com esse comentário, difamar o povo indígena. Tal observação confere à proposição de Rodolpho Xavier a ânsia por salientar a importância da população negra, mas, para isso, utiliza um discurso de senso comum acerca dos indígenas.

Apesar de ter minimizado a afirmação, é perceptível que, mesmo consciente das questões sociais presentes no Brasil da época, o autor fez uso de uma forma de pensar comum ao pensamento colonial, visto que, como afirma Aníbal Quijano (2005, p. 122), os europeus, com sua forma de pensar acerca dos demais povos e da sua própria relevância no cenário mundial, “foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder”. Com isso, percebe-se que, mesmo um intelectual profundamente crítico e atento às relações de exclusão construídas no Brasil, como parecia ser Xavier, era influenciado, de certa forma, pelos discursos coloniais que estabeleciam grandes diferenciações entre os grupos humanos e suas capacidades produtivas e culturais.

Essa perspectiva destacada e problematizada por Quijano (2005) é um exemplo de que a expansão e a dominação colonial branca sobre outras populações mundiais, obviamente, não causaram impactos apenas no controle do capital comercial e na exploração dos recursos naturais e humanos dos territórios colonizados. As visões de mundo e os modos como percebemos a nós e aos outros estão fortemente marcados pelo pensamento colonial e pela construção da alteridade baseada numa hierarquia social, como era enfatizado antes dos processos emancipatórios na América. Os resquícios dessa forma de perceber o mundo e os seus habitantes permanecem intrínsecos nas identidades dos povos que já foram colonizados.

A respeito dos europeus, o artigo faz referência à Inglaterra, que aboliu a escravidão em 1807 e atacava os navios negreiros. Xavier menciona que tal atitude não estava a serviço das vítimas, mas devido à concorrência da mão de obra escravizada com a dos libertos. Menções dessa natureza parecem ter como objetivo

atender à necessidade de alertar os leitores da população negra que, influenciados pelas notícias da posição inglesa em relação aos navios negreiros, pudessem entender essa postura a partir de um viés humanitário. A questão ressaltada no artigo instiga uma leitura crítica a respeito da Inglaterra, chamando a atenção para os interesses econômicos subentendidos neste posicionamento<sup>59</sup>. Com isso, o texto adota um posicionamento responsivo questionador e crítico, evidenciando uma concepção ideológica contrária ao elogio ingênuo às ações inglesas.

Aliás, até essa etapa do texto, reforça-se uma postura de elucidação de questões históricas envolvendo a população negra no Brasil, além da identificação de singularidades capazes de mobilizar e fomentar reflexões necessárias àquele grupo social. Nesse sentido, o autor destaca a importância da Abolição da Escravatura e refere a relevância de Dom Pedro II como governante que “perdeu o trono pela redenção dos escravos”. A sinalização do papel do monarca relaciona-se a uma prática considerada, por Flávio Gomes (2005, p. 28), recorrente nos jornais da imprensa negra:

Tais jornais tinham como objetivo tanto festejar a abolição como refletir a seu respeito. O exercício contínuo da memória não só se fez presente nessas publicações pioneiras como as inaugurou e, mais tarde, as reorganizou e legitimou. Em vários jornais, a condição anterior, de escravo, aparece citada como um passado de miséria e humilhação resultante dos desmandos da sociedade escravista e da Monarquia. Ao mesmo tempo, toda crítica ao regime reservava, no limite um espaço sacralizado de reverência.

Dessa forma, mesmo com as críticas ao passado escravocrata e sua relação com a forma de governo adotada no Brasil, explicitamente presentes nas páginas do *Jornal A Alvorada*, havia espaço para certas homenagens ou menções de respeito às figuras da monarquia. Ainda assim, no trecho descrito, reverencia-se a Abolição, mas enfatiza-se a “falta de emancipação de preconceitos”, cuja tarefa é identificada como um dever como “obra exclusivamente dos próprios negros”.

Fica evidente a postura crítica de Rodolpho Xavier em relação ao que chamou de “esforços que partem só dos brancos”, responsabilizando a comunidade negra na luta pelos espaços sociais e pelos direitos desejados. O ativista ressalta que, na

---

<sup>59</sup> Em 1845, os ingleses aprovaram a lei Bill Aberdeen que autorizava a Marinha Britânica a intervir de maneira drástica em relação aos navios negreiros que estivesse circulando pelo Atlântico. O modelo econômico defendido pela Inglaterra tinha a industrialização como principal eixo. Desta forma, a escravidão e os monopólios, característicos dos modelos coloniais, não atendiam à ideia de ampliação de mercados e de produtividade propostos pelo capitalismo.

imprensa, nos livros e nas tribunas, os brancos tomavam a palavra em favor dos negros. Entretanto, o autor considera mais eficaz e mais coerente que esse esforço “parta do seio da Raça Negra”. Aqui, há uma espécie de convocação para o protagonismo negro em relação ao seu futuro, a superação dos inúmeros silenciamentos históricos pelos quais o grupo passou e a assunção da frente em suas narrativas e decisões.

O artigo encerra-se apontando possibilidades para que o caminho citado seja traçado. Xavier identifica a “moral e a instrução” como viabilidade desse protagonismo. Assim como em outros artigos e manifestações dos intelectuais que lideraram a imprensa negra, há ênfase em uma perspectiva moral, que, nesse contexto, relaciona-se aos bons costumes estabelecidos como valores que devem conduzir as relações sociais.

Em um panorama social evidentemente dominado pelos princípios e pelas regras adquiridas nas relações coloniais, que colocavam os não negros na centralidade das decisões e padrões, tais valores perseguidos pelos negros estavam sujeitos à manutenção de uma concepção determinada pelos brancos. Florestan Fernandes (2007, p. 69) chama esse tipo de movimento de uma adequação à dinâmica de “competição racial por prestígio e ascensão social”. Mesmo que a intenção não fosse essa, as palavras de Xavier pressupõem que, talvez, fosse necessária certa adequação para que as conquistas sociais fossem implementadas. Sendo assim, é possível perceber o interesse por fazer parte das convenções sociais da época e, ainda assim, buscar a educação como forma de real emancipação da comunidade negra.

Por fim, Rodolpho Xavier repete um chamado comum a outras exposições feitas na imprensa negra brasileira. O líder utiliza o espaço de rememoração do 13 de maio para convocar “netos e bisnetos de escravizados a ajoelhar-se aos pés dos abolicionistas negros”, e não aos pés da “Isabel, A Redentora”. Ou seja, mais uma vez, ele menciona uma figura da monarquia, observa o seu papel no contexto histórico a que faz referência, mas explicita uma narrativa que propõe reforçar um tipo específico de memória que se contrapõe ao que o discurso oficial certifica. Para ele, parece não haver caminho para a verdadeira emancipação longe da ação conjunta e consciente dos seus contemporâneos.

O 13 de maio, como comemoração histórica, aparece nos dois jornais como possibilidade de reorganização da população negra, salientando as vivências do

grupo, as raízes ancestrais, as personalidades importantes e a necessidade de ruptura dos estereótipos destinados aos negros pela sociedade brasileira. A lembrança destacada do Dia da Abolição da Escravatura, ao contrário do que muitas vezes se veicula na atualidade, estava atrelada à ressignificação das memórias e ao fortalecimento das ações de um grupo que, desde os primeiros tempos de presença em solo brasileiro, esteve a serviço da formação da nação.

#### 4.2 “AUTONOMIA E ORIGINALIDADE NACIONAL”<sup>60</sup>: O PAPEL DO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO

A construção da nação brasileira tem a presença africana como marca indiscutível. Entretanto, a racialização do corpo negro empreendida pela branquitude, ao longo do período de vigência da escravidão, construiu um discurso que minimizava a importância dos negros na sociedade e na História do Brasil. Dialogando com essas narrativas que invisibilizavam os afrodescendentes como formadores e essenciais na edificação do Brasil, os textos alusivos ao dia 13 de maio, nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* mencionaram questões importantes acerca de um movimento nacional, especialmente em relação à República recém-nascida entre os brasileiros.

Era recorrente entre os escritos a reflexão acerca da incompreensão pelo fato de serem os negros inferiorizados no território brasileiro, em virtude da escravidão, mesmo que as contribuições negras para a economia do país tenham sido essenciais. É possível perceber um exemplo dessa tensão a partir do trecho a seguir:

No Brazil, vasto continente de vinte e um estados, que são vinte e um paizes, desde o seu descobrimento até os nossos dias, não há um historiador que aponte um povo o qual, por sua baixeza de sentimentos, venalidade de seu caracter ou tradicional apedeutismo forneça com a sua denominação, um synonymo degradante que deslustre os foros da civilisação brasileira! Porém, pelo facto revoltante de serem os nossos avoengos arrancados as liberrimas e aridas plagas africanas, para estupidamente escravizados, virem com a diapedisis de mortificante trabalho regar a lavoura com cujos productos o Brazil concorre aos mercados internacionaes, entendem os ociosos e soezes originados dos casaes de Portugal que devemos nos sujeitar as condições de bodes expiatorios de chulos preconceitos; para, subjugando-nos à uma superioridade moral, assaz picaresca, justificarem a sua inactividade por demais vexatória (O EXEMPLO, 13/05/1904).

---

<sup>60</sup> Citação presente no periódico *O Exemplo*, de 13 de maio de 1917.



Chamado de “vasto continente” e composto, à época, por vinte e uma unidades da federação<sup>61</sup>, o Brasil é mencionado no trecho como um lugar composto por vários povos. A comparação dos estados brasileiros com países, não só pelo tamanho territorial, mas também pela quantidade de habitantes de cada local, exprimem a conhecimento dos intelectuais negros acerca da importância do caráter plural da sociedade brasileira. Nesse contexto, insere-se a reflexão sobre os negros como parte dessa multiplicidade humana que compõe o país.

O texto do jornal *O Exemplo* questiona o tratamento dado aos negros, mesmo diante da inexistência de uma razão que os colocasse como sinônimo de degradação para o Brasil, assim como outros grupos humanos que aqui habitavam. O excerto também adiciona uma menção a alguns descendentes dos portugueses que são vistos, aqui, como responsáveis pela difamação dos afrodescendentes. O texto relaciona, explicitamente, as hostilidades vivenciadas pelos negros com a experiência do cativo e denuncia a narrativa de superioridade moral criada e difundida pelos brancos em relação aos negros. Ao apresentar e problematizar essa voz social que estigmatiza o negro, o enunciado assume uma atitude responsiva contrária, evidenciando uma forma distinta de conceber a negritude.

Em relação a esse cenário, Wlamyra de Albuquerque (2009) chama a atenção para as consequências implícitas nos discursos que sustentavam a ideia de racialização da sociedade brasileira. Para ela,

a racialização foi, a um só tempo, o sinal mais evidente da decadência do escravismo e da arrojada tentativa de garantir que o edifício social montado durante a escravidão fosse preservado, mantendo-se privilégios, demarcando-se fronteiras e recompondo antigos territórios (ALBUQUERQUE, 2009, p. 243).

Assim, manter os discursos que deslegitimavam a humanidade dos negros era parte de uma estratégia que buscava silenciar sobre as contribuições afro-brasileiras à nação e, desse modo, negar-lhes o acesso aos direitos e às possibilidades de vivência da cidadania que foram esperanças a partir da ruptura ocorrida em 1888. A garantia dos privilégios construídos ao longo de mais de 400 anos de história, até

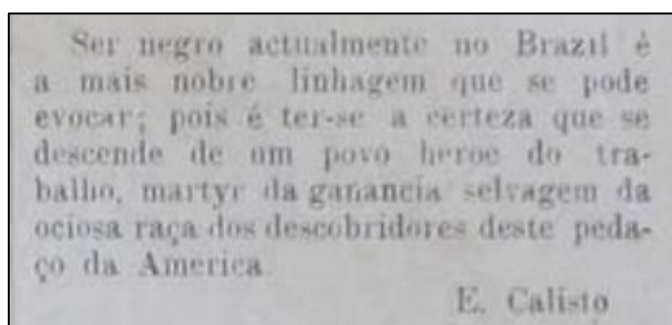
---

<sup>61</sup> Cabe ressaltar que, no início do século XX, os estados do Acre, Tocantins, Roraima, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Amapá ainda não constavam como unidades da federação do Brasil, assim como o próprio território brasileiro não abrangia toda a extensão que tem hoje. Além disso, o Distrito Federal encontrava-se no Rio de Janeiro, visto que Brasília só se tornou capital do Brasil após sua construção e inauguração em 1960.

aquele momento, estaria assegurada se a grande massa de afrodescendentes permanecesse aquém das possibilidades de ocupar espaços sociais que pudessem oferecer rivalidade à superioridade branca discursivamente fabricada.

Os textos escritos nos jornais da imprensa negra, que dialogavam com essas questões, em conformidade com as comemorações relativas ao dia 13 de maio, podem ser compreendidos a partir do pensamento de Bakhtin (2001, p. 11) quando diz que o “indivíduo humano só se torna historicamente real e culturalmente produtivo como parte do todo social, na classe e através da classe”. O nascimento humano, a partir de um contexto social, pressupõe o seu pertencimento e o reconhecimento de suas contribuições e atividades dentro do corpo social. Com base nessa premissa, os discursos proferidos pelos intelectuais negros potencializavam a existência negra como grupo e demarcavam um espaço negado dentro das narrativas convencionais. Destacar vivências relativas às desigualdades e ressaltar as contribuições negras eram estratégias utilizadas como forma de, responsiva mente, acentuar a necessidade de visibilidade dentro da sociedade.

**Figura 7** - Fragmento do jornal *O Exemplo*, 13/05/1904



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

Na capa da edição do jornal *O Exemplo*, de 13 de maio de 1904, além do texto do editorial, há um espaço reservado à publicação de uma reflexão de autoria de Esperidião Calisto, um dos fundadores do periódico. Conforme aparece na Figura 7, Calisto reforça a importância das vivências negras no Brasil e destaca palavras como “povo herói do trabalho” e “mártir da ganância”. Ao mobilizar esses discursos, Calisto discute com o imaginário coletivo da época que, como já foi mencionado neste estudo, estava povoado por estereótipos e imagens que associavam os negros à incapacidade em relação à cidadania brasileira. Segundo esses posicionamentos, os afrodescendentes representavam a diversão, a malandragem, ócio e o atraso. E não

os ideais de trabalho e progresso veiculados pelas narrativas oficiais. Percebe-se, aqui, o embate social de forças contrárias expresso no enunciado, mediante a contraposição de formas de ver o negro e seu papel na sociedade brasileira ao longo da história.

Marcelo Mac Cord e Robério S. Souza (2018) discutem as perspectivas que giram em torno das relações entre os trabalhadores livres e os escravizados e, nesse sentido, mencionam que:

Toda vez que acionamos o imaginário coletivo sobre a Lei Áurea, naturalizamos uma série de estereótipos construídos historicamente e reforçados pela memória social. Um dos mais recorrentes é que os negros foram “incapazes” de se adaptar ao capitalismo brasileiro e à emergente sociedade de classes – fenômenos sociológicos que teriam ganhado força em finais do século XIX e inícios do século XX. Nesse período da chamada “modernização nacional”, a pretensa falta de braços “laboriosos”, capazes de responder às exigências da “nova economia”, teria exigido que governantes e fazendeiros promovessem uma intensa imigração de europeus (CORD; SOUZA, 2018, p. 410-411).

A frase de Esperidião Calisto, grifada na edição de 1904, denunciava, de certa forma, os interesses que posicionavam os negros em direção contrária às virtudes ligadas ao trabalho, além de mencionar a ganância dos conquistadores<sup>62</sup> do território americano, vindos da Europa. Inclusive, chama-os de ociosos, demarcando a identidade negra como aquela que realmente estava associada às atividades que edificaram a sociedade brasileira. Contudo, a vinda de outros europeus, com o incentivo pelo aumento da imigração para o Brasil, fomentou uma tensão social a respeito da consolidação da exclusão do negro do projeto de “modernização nacional, como destacam os autores Cord e Souza (2018). A “nova economia”, fundamentada também nas teorias raciais do período, optou pelos imigrantes como mão de obra representativa do progresso ambicionado pelo governo e pelos fazendeiros brasileiros.

Assim, o processo de branqueamento da sociedade brasileira estava alicerçado na falsa ideia de que o Brasil estaria melhor longe das referências e das influências ligadas à negritude. Branquear a sociedade seria um mecanismo capaz de

---

<sup>62</sup> No fragmento do jornal *O Exemplo*, é perceptível que o intelectual Calisto chama os europeus de “descobridores”, utilizando uma terminologia que reforça a potência dos discursos ligados ao Período Colonial brasileiro, em detrimento, das narrativas que compreendem o caráter de conquista e ocupação do território americano. É importante salientar que não houve descoberta da América, visto que o território já estava habitado pelos indígenas, que foram violentamente dominados pelos europeus quando da chegada a essas terras.

apagar os vestígios físicos e culturais daqueles que eram considerados, após a Lei Áurea, como um fardo para o país. Dessa forma, os movimentos políticos, culturais e econômicos buscaram a aproximação com a Europa e o distanciamento em relação ao continente africano. Por meio dessa ação, o Brasil seria livrado da herança negra de inferioridade racial que “afetava” a sociedade brasileira. Nas palavras de Hofbauer (2006), o branqueamento estaria ligado a um:

Ideário historicamente construído (uma “ideologia”, um “mito”) que funde status social elevado com a “cor branca e/ou raça branca” e projeta ainda a possibilidade de transformação da cor de pele, de “metamorfose” da cor (raça). Ao atuar como interpretação do mundo (das relações sociais), esta construção ideológica foi fundamental para a manutenção da ordem social. Chamar a atenção para a cor de pele escura (ou “traços raciais negróides”) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras “negro” e “preto” estavam intrinsecamente associadas à vida escrava, a cor branca estava ligada ao status de “livre”. (HOFBAUER, 2006, p. 177).

Posicionamentos dessa natureza já estavam presentes no ideal abolicionista de alguns membros da sociedade, que viam na ruptura com a escravidão a possibilidade de substituir a mão de obra negra pela branca. Com isso, gradativamente, o Brasil iria se desligando da herança africana e aproximando-se, via mestiçagem, de uma pretensa homogeneidade branca. Sendo assim, as palavras de Calisto, no jornal *O Exemplo*, e toda a prática discursiva da imprensa negra, seja no Rio Grande do Sul ou em outras partes do Brasil, podem ser vistas como um posicionamento contundente de oposição aos discursos postulados no país daquele período. A esse respeito, Petrônio Domingues (2004) enfatiza que:

O ideal de branqueamento da população brasileira, via discurso em prol do imigrantismo, e o racismo científico eram legitimados pelo movimento abolicionista institucionalizado, que, no plano das ideias, apregoava a necessidade de injeção de sangue caucasiano no país, além de apontar como causa do subdesenvolvimento da nação a pretensa inferioridade do negro. (DOMINGUES, 2004, p. 80).

Quando Calisto diz que ser negro é ter a certeza de que se descende de um povo herói, obviamente essa certeza não era partilhada pela maioria dos afrodescendentes brasileiros, visto que toda a conjuntura não encaminhava o pensamento para essa premissa. Carregando nas costas a pecha do subdesenvolvimento atribuído a um Brasil ligado a matrizes afrodescendentes, era quase impossível conceber que grande parte dos negros brasileiros pudessem se orgulhar de suas raízes. Trabalhar e enfatizar a autoestima dos negros brasileiros

parecia ser, também, uma finalidade dos textos escritos na imprensa negra. Sendo assim, as comemorações alusivas ao dia 13 de maio também foram utilizadas como forma de reverenciar a participação negra na construção do país e salientar, a despeito das narrativas que circulavam no Brasil, o amor-próprio necessário aos afro-brasileiros, como grupo social.

Era como se alguém precisasse dizer e, mais do que isso, registrar na História as virtudes negras, para que, assim, lidas e documentadas, essas capacidades pudessem fazer frente a todo um aparato ideológico que insistia em difamar e desacreditar a população negra do Brasil. O movimento feito pela imprensa negra, nesse sentido, parece ser um dos grandes méritos da sua existência, visto que, para além das informações e reflexões sobre a existência negra, os textos comemorativos ao 13 de maio sempre enfatizavam o papel desses indivíduos, a sua importância e os serviços prestados à grandeza da nação.

Repetidas vezes essa questão foi trazida aos textos que lembravam da Abolição da Escravatura. As questões levantadas na edição de 1916, do jornal *O Exemplo*, podem ser citadas nesse contexto, já que, possivelmente, não estavam destinadas aos que pensavam no negro como um ser inferior. O diálogo parece ser direto no sentido de atingir a autoestima negra:

Acaso a unidade nacional pode fazer-se integralmente com as dissensões preconceituosas entre filhos do mesmo país?  
 Não tem todas as raças o seu acervo de serviços á grandeza da nossa Pátria?  
 Nas guerras travadas para defesa da integridade nacional atraçouou alguma dellas seus compromissos? Faltou ao seu dever? (O EXEMPLO, 13/05/1916).

Salientar o desejo pela unidade nacional, os serviços prestados em prol do Brasil e a lealdade dos negros nos conflitos armados, apresenta-se como uma estratégia de substanciar os argumentos a respeito da importância negra para o território brasileiro. Segundo Bakhtin (2009, p. 117), “toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”. E essa ponte lançada entre a imprensa negra e a comunidade negra estava à serviço da superação dos discursos dominantes na sociedade e da manutenção de uma coletividade que pudesse ser fortalecida e consciência de suas virtudes e capacidades. As pontes construídas, por meio de

discursos como esses, facilitavam a travessia em meio aos ataques, às sabotagens e às posições que desmereciam a trajetória negra dentro do país.

Fazer frente à enxurrada imigrante que chegava ao Brasil no início do século XX, com ainda mais força do que no século anterior, implicava também reconhecer sua própria importância e, infelizmente, esse caminho não contava com muitos parceiros fora da população afrodescendente. Não eram muitos os que verbalizavam e registravam as competências e sabedoria dos negros em âmbito nacional. Certas personalidades negras, em especial artistas, literatos e políticos, recebiam algum reconhecimento, mas sempre na medida em que se salientava a experiência individual daqueles sujeitos. Eram vistos como uma exceção, nunca como manifestação de uma das atribuições notáveis em todo o grupo. Quando possível, ainda, a mestiçagem era sobreposta à negritude, e o processo de branqueamento atuava como resposta à carreira bem-sucedida de certos expoentes<sup>63</sup>.

Em 1917, outro fragmento do texto alusivo ao 13 de maio enfatizava a participação negra na formação do país e, nesse caso, não apenas numa perspectiva material, mas também em referência ao envolvimento dos afrodescendentes na constituição identitária do Brasil. Ao registrar que “o africano não foi só elemento material, mas também moral, influenciando na afirmação da raça e imprimindo-lhe depois de dois séculos o cunho da autonomia e originalidade nacional” (O EXEMPLO, 13/05/1917), os intelectuais do jornal *O Exemplo* adicionam em suas narrativas a valorização dos negros não apenas do ponto de vista econômico, como potencial de força física nas atividades desenvolvidas no país.

O negro entendido como fator crucial para a “autonomia e originalidade nacional” era uma visão que ia de encontro às teorias raciais do período, que denotavam aos afrodescendentes a impossibilidade de serem valorizados e, tampouco, representar a identidade nacional. Dessa forma, havia um esforço para que os indivíduos negros não fossem associados aos elementos morais de constituição do Brasil e, “assim como na América Latina, a formação de uma identidade nacional e de uma cultura nacional se opuseram às identidades e culturas dos grupos não

---

<sup>63</sup> O escritor Machado de Assis é exemplo dessa abordagem, visto que sua trajetória de sucesso na literatura atravessou o século XX, dando-lhe representações que branquearam a sua pele. Não era comum, até certo tempo, saber que Machado de Assis era negro e, tampouco, suas habilidades eram associadas ao seu grupo étnico. Não era visto como um representante louvável dos afrodescendentes do Brasil, o que, se fosse feito, poderia, desde cedo, ter contribuído e incentivado as trajetórias de outros tantos como ele.

hegemônicos” (ARAÚJO, 2004, p. 34). Diante disso, era mais fácil diluir a cultura negra e as suas representações numa formação aparentemente hegemônica, do que ressaltar as especificidades ligadas a uma matriz africana.

A chamada originalidade nacional teve ecos a partir do momento em que alguns autores abandonaram a ideia de branqueamento e passaram a ver na mestiçagem uma forma mais simples e abrangente de entender e explicar o Brasil. Esse movimento não abandonava os elementos discriminatórios e racistas, visto que, ao diluir as características biológicas negras em meio à mestiçagem e promover a incorporação dos elementos culturais afro-brasileiros como símbolos da nação como um todo, as realizações e a figura do negro no Brasil assumiram um papel coadjuvante.

Nesse contexto, segundo Kabengele Munanga (2004), as perspectivas apresentadas pelo sociólogo Gilberto Freyre, na primeira metade do século XX, popularizaram a ideia, que era anterior a ele, de que a mestiçagem seria uma vantagem do Brasil, não como parte do processo para um futuro branqueamento, mas como circunstância que posicionava o Brasil em lugar de originalidade entre as demais nações. A possibilidade e veiculação de ideias que partiam da premissa de que o equilíbrio entre grupos, atenuando diferenças, seria uma marca da sociedade brasileira, ajudaram a conceber uma concepção de que o Brasil era um exemplo de convivência pacífica entre as raças, ao contrário do que acontecia em outras partes do mundo.

Em oposição àqueles que julgavam a mestiçagem<sup>64</sup> no Brasil e atribuíam a ela as razões pelo atraso brasileiro, Freyre atuou de forma a popularizar a ideia de uma democracia racial no Brasil. No entanto, para Munanga (2004), o posicionamento de intelectuais, como Gilberto Freyre, promovendo a mestiçagem como ponto forte da identidade nacional brasileira, contribuiu para a manutenção dos interesses da elite brasileira, que, de forma velada, e, então, com fundamentação teórica, impulsionaram seu desejo de exclusão e de marginalização do negro no país. Para Munanga, tal postura

---

<sup>64</sup> De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (1999, p. 62), o médico Nina Rodrigues, “foi o primeiro a estudar sistematicamente a cultura dos africanos trazidos para o Brasil, como meio de decifrar-lhes a linhagem. Tornou-se, assim, um pioneiro dos estudos antropológicos afro-brasileiros”. Autores como Nina Rodrigues colocavam a mestiçagem como causa do atraso, da miséria e da criminalidade existentes no país.

exalta a ideia de convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 89).

Assim, o chamado “mito da democracia racial” age, ainda hoje, de modo a mascarar conflitos, encobrendo os preconceitos existentes e a estrutura de desvantagens a que os negros estão expostos, afastando os grupos marginalizados da possibilidade de tomarem consciência de sua condição de exclusão. A partir dessa conjuntura, a questão do racismo é silenciada em certos meios e, inclusive, contestada e afirmada como inexistente por parcela da sociedade brasileira.

A contestação à política de cotas e demais ações afirmativas são exemplos de que a ideia de democracia racial ainda paira sobre o imaginário coletivo do Brasil. Fundamentada nessa ilusão de que os conflitos raciais são gerados pela discussão acerca da identidade negra na atualidade e não pela construção histórica, muito anterior aos eventos da contemporaneidade, a defesa do silenciamento acerca do racismo e da desigualdade social decorrente dessa estrutura dificulta a existência de tensionamentos necessários para que a questão seja encarada de forma mais abrangente e fecunda.

As reivindicações expressas nos jornais da imprensa negra do Rio Grande do Sul no sentido da valorização e da afirmação de sua raça como fonte de benefícios à nação, de modo algum convergiam com as narrativas de democracia racial. De outro modo, evidenciavam as particularidades negras e exigiam, ao menos, o reconhecimento da parcela essencial dada pelos afrodescendentes à constituição da nação. Afinal, “a fortuna pública e particular consistia na agricultura, da qual era o único propulsor o braço do infeliz escravo (O EXEMPLO, 13/05/1918). Esse excerto explicita a consciência dos intelectuais negros acerca do trabalho de sua raça para a edificação das fortunas encontradas no Brasil.

Para Bakhtin (2009, p. 201), “viver significa ocupar uma posição de valores em cada um dos aspectos da vida”. Dessa forma, enfatizar o valor do povo negro e disseminar essa relevância entre os demais membros do grupo, era um serviço prestado pela imprensa negra, diante das inúmeras formas em que foi dito o contrário. As reivindicações negras em relação à cidadania passavam pelo acesso à plenitude da vida, que poderia ser entendida também como a ocupação de um espaço de valor dentro da trajetória histórica brasileira.



Inclusive, os textos relativos ao 13 de maio acentuavam a ideia de que a barbárie não estava associada aos elementos culturais negros e, sim, à manutenção da escravidão até 1888. Em 1919, nas páginas do jornal *O Exemplo*, essa ideia foi expressa da seguinte forma:

Com a promulgação da Áurea, a equitativa lei de 13 de maio de 1888, a nação brasileira transpôs os humbraes da civilização universal. Sim, porque até então, contrariando as tradições libercitárias dos nossos antepassados, obstinando-se os poderes públicos em manter a nefasta instituição do captivo, cooperavam para cada vez mais aumentar a má ideia que faziam a nosso respeito muitas nações estrangeiras de que éramos um povo semi-selvagem (O EXEMPLO, 13/05/1919).

A disputa de narrativas empreendidas pelos intelectuais negros era evidente. Se, por um lado, o discurso oficial e recorrente na sociedade atribuía aos negros uma herança de degradação, nas páginas da imprensa negra do Rio Grande do Sul, representada pelo jornal *O Exemplo*, a desonra brasileira estava, sim, na conservação do sistema escravocrata até 1888. Destacar essa questão e confrontá-la com os discursos prestigiados na época era, mais uma vez, posicionar-se de maneira a resistir e construir novas histórias dentro da dinâmica social do Brasil. É importante lembrar que, segundo Bakhtin (1981):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1981, p. 95).

Portanto, mais uma vez, o uso das palavras e das ideias, a partir dos sentidos estabelecidos pelo grupo, viabilizavam estratégias de enfrentamento e de fortalecimento das vivências negras, num movimento de reescrita da própria história e da História do país. Durante muito tempo, perspectivas como essa não tiveram alcance nacional e não eram colocadas em pé de igualdade com os discursos tradicionais que, muitas vezes, associaram o negro à escravidão, mas não problematizaram de modo intenso e combativo os reflexos desse sistema para a situação de desigualdade presente no Brasil.

As produções artísticas que tinham maior visibilidade no cinema, na televisão, no teatro e nos produtos publicitários continuaram, ao longo do século XX, ignorando as abordagens como as expressas no jornal *O Exemplo* e reproduziram estereótipos associados aos negros com discursos ligados à sexualidade, à malandragem, à

violência e outras ideias que reforçavam o desconhecimento acerca da pluralidade das vivências negras no Brasil<sup>65</sup>.

Usar a palavra para denunciar aquilo que consideravam ser a verdadeira fonte de selvageria era um modo de confrontar a realidade vivida e desafiar as formas pelas quais a população negra estava sendo representada e narrada. Aliás, assumir o controle das narrativas sobre si mesmos foi um passo essencial da imprensa negra, para que muitas das mudanças percebidas na atualidade pudessem ser viabilizadas. Se hoje nos parece um pouco mais comum assistir ao protagonismo negro nas produções artísticas, por exemplo, ou, ainda, em espaços ligados à intelectualidade é conveniente reconhecer a contribuição da imprensa negra nesse processo de conquista, embora, obviamente, ainda se necessite de novos e constantes avanços.

Figura 8 - Capa do jornal A Alvorada - 14/05/1949



Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

<sup>65</sup> O trabalho desta pesquisadora, em âmbito do mestrado, versou sobre as representações do negro no cinema brasileiro e abordou as mudanças perceptíveis na construção das narrativas cinematográficas ao longo do século XX, até chegar em produções como a do filme Quanto Vale ou É Por Quilo? em que se percebe continuidades e rupturas nas formas pelas quais os negros foram representados. Ver mais em: DUARTE, Cláudia Santos. **Continuidades e rupturas nas representações do negro em Quanto vale ou por quilo?** Novo Hamburgo 2015. Dissertação (Mestrado em Processos e Manifestações Culturais). Universidade FEEVALE.

No final da primeira metade do século XX, mais precisamente no ano de 1949, a questão referente às contribuições negras à construção da nação ainda era recorrente na imprensa negra do Rio Grande do Sul. Na edição de 14 de maio de 1949, o jornal *A Alvorada* manteve a alusão ao dia 13 de maio, como havia feito ao longo de todos os anos em que foi publicado, na semana comemorativa à Abolição da Escravatura. Entretanto, como pode ser visualizado na Figura 8, dessa vez, a referência não ocupou grande parte da página, que deu espaço maior para a publicação de um texto relativo à conjuntura mundial, sobre os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial<sup>66</sup>, no território alemão.

De qualquer forma, a referência ao dia 13 de maio não deixou de existir e, mais uma vez, mencionou a cooperação dos negros para o sucesso do Brasil. Em certo fragmento, foi feita a seguinte observação:

Homenagear a memória dos bravos abolicionistas de 1888 é render um culto de gratidão aos mesmos que reconhecendo a desigualdade humana, não recuaram nunca da campanha encetada em prol daqueles que eram os verdadeiros batalhadores pela formação da nacionalidade, como está mais que provado, pois desde o Brasil colônia até aos nossos dias o negro cooperou e coopera pelo engrandecimento da Pátria vencendo a barreira de certo preconceito existente em vários setores de atividade (A ALVORADA, 14/05/1949).

Reforçar o trabalho dos afrodescendentes desde a período colonial brasileiro era uma ação, ainda, necessária na visão dos intelectuais negros do jornal *A Alvorada*. Passados 61 anos da Abolição da Escravatura, a participação negra na formação da nacionalidade brasileira era um ponto que permanecia sendo amordaçada em determinados espaços da sociedade brasileira. A vitória sobre as barreiras do preconceito não era (como não é até hoje) um ponto unânime entre os afro-brasileiros. Por isso, utilizar a data comemorativa como forma de reflexão sobre essa conjuntura continuava sendo necessário em meados do século XX.

O Brasil, constituído por indígenas, brancos e negros, além de outros grupos que aqui chegaram posteriormente, traduzido numa nação repleta de diversidade e complexidade, mais de meio século após a assinatura da Lei Áurea, perpetuava a exclusão dos elementos considerados indignos para um caminho de ordem e de

---

<sup>66</sup> A Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre os anos de 1939 e 1945, teve desdobramentos históricos impactantes após o seu término, em especial no que se refere à divisão do território alemão e à consolidação da chamada Guerra Fria, que opôs, ideologicamente, os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

progresso do país. Perpetuava-se a necessidade de veiculação de narrativas que servissem de estímulo aos que se viam abatidos pela situação que demorava a ser alterada. As esperanças de igualdade e de cidadania, de forma similar ao que ocorria com os brancos, foram cada vez mais minimizadas por certos setores da população negra. Restava a alguns pensar e construir diferentes formas para a vivência de sua liberdade.

#### 4.3 “TERMINAÇÃO QUASE COMPLETA DOS SOFRIMENTOS”<sup>67</sup>: A CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE

Desde o início do século XX, os textos do jornal *O Exemplo* mencionavam formas que pudessem oferecer aos negros do Rio Grande do Sul possibilidades de caminhar em direção à efetiva liberdade, que lhes foi negada após a Abolição da Escravatura. Nesse sentido, conforme as reflexões de Wlamyra de Albuquerque (2009, p. 97-98), cabia aos negros realizar a montagem da sua experiência a partir da combinação entre os limites e as possibilidades da liberdade e da cidadania, nesse processo de desestruturação do escravismo. Assim, a plena igualdade aparecia como utopia, mas havia caminhos que foram trilhados e sugeridos para que se experimentasse, ao menos, a oportunidade de uma vida que pudesse ser vivida.

As páginas do jornal *O Exemplo*, em 13 de maio de 1904, destacavam o papel dos negros nesse processo de conquista da cidadania. Ao afirmar que “o levantamento do carácter de uma raça depende da energia de seu temperamento, aliada a edulcoração dos hábitos”, reforçava a ideia de que era necessária a ação dos afrodescendentes para que as dificuldades fossem superadas. O passar dos anos, contudo, demonstrou que apenas a energia e a mudança de hábitos não seriam suficientes, visto que faltavam (e ainda faltam) oportunidades para a verdadeira transformação social.

No entanto, as discussões apresentadas pelo periódico foram sendo complexificadas e outros elementos foram adicionados ao que seriam os caminhos para a construção da liberdade, para além da ruptura feita em 13 de maio de 1888. As questões apresentadas em 1910 parecem ser uma boa oportunidade para discutir as possibilidades que começaram a ser veiculadas nas páginas do jornal *O Exemplo*. A

---

<sup>67</sup> Citação presente no periódico *O Exemplo*, de 13 de maio de 1910.

página de capa reuniu vários pequenos textos que destacaram informações que merecem ser ressaltadas neste estudo.

O dia 13 de maio de 1910 foi rememorado pelo jornal *O Exemplo* com uma página de capa inteira contendo textos alusivos à Abolição da Escravatura. A Figura 9 mostra que, sem imagens, mas repleta de artigos, o periódico apresentou textos de opinião sobre o tema, intitulados: “Emancipação dos Escravos”, “Salve 13 de maio!”, “A magna data”, “Gloriosa data”, “De joelhos”, “Igualdade” e “13 de maio”. Exceto o primeiro, em caráter de editorial, os demais artigos contêm a autoria com nomes completos ou iniciais dos colaboradores do jornal.

Figura 9 - Capa *O Exemplo* - 13/05/1910



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

Passados 12 anos da assinatura da Lei Áurea, a edição comemorativa de 1910 destaca a importância da data como orgulho para os brasileiros e reforça o viés coletivo da luta e de conquista para a libertação dos escravizados em 1888. Ana Maria Rios e Hebe Maria Matos (2004, p.191) afirmam que expressões como “significados da liberdade” e “visões da liberdade”, na historiografia, têm o poder de assegurar o papel social dos libertos na edificação das sociedades em que estavam inseridos no

período posterior à Abolição. Nesse sentido, os artigos de 1910 avigoram a participação dos libertos e de seus descendentes nesse processo.

Sendo assim, a leitura e o contato com as fontes que têm os negros como atores principais possibilitam que a historiografia, e os reflexos que dela resultam, insira na discussão da atualidade importantes discussões, especialmente no que se refere às noções de pertencimento e de inclusão. Quando dizem que “todas as forças do país colaboraram para a libertação dos escravizados” (*O Exemplo*, 13/05/1910) está implícito que é preciso fortalecer o envolvimento negro nesse processo. E, mais do que isso, é fundamental que os afrodescendentes estejam ativos nos caminhos que querem construir dali para frente.

Ao longo do texto do editorial de 1910, há, repetidas vezes, o uso do termo “escravizados”. É sabido que a expressão “escravos” ainda é recorrente entre os que se referem aos indivíduos que foram escravizados no continente africano e, posteriormente, trazidos à América. A historiografia que trata sobre o tema tem procurado discutir essa questão, abordando as diferenças entre ser escravizado e ser escravo, com ênfase no caráter social, ideológico e histórico do signo linguístico. Em relação a isso, Florence Carboni e Mário Maestri (2003) discutem a produção de linguagem determinada pelas classes dominantes do Brasil, em especial nos períodos da Colônia e do Império. Assim, considerando que a palavra “escravo” ainda é de uso comum na produção cultural do século XXI, chama a atenção a repetição do termo “escravizados” pelos intelectuais negros, em 1910. Ressalta-se que essa distinção não foi identificada, de maneira ostensiva, nos demais textos alusivos ao 13 de maio, que foram analisados para este estudo.

Carboni e Maestri (2003) propõem a correção das desigualdades linguísticas e a superação do que chamam de “palavra do outro”, destacando vários vocábulos que são carregados de um sentido limitante e preconceituoso a respeito dos povos considerados inferiores. Segundo os autores, “o processo de crítica do mundo social e natural dá-se através de ampliação da consciência apenas possível de ser organizada, processada e expressada linguisticamente” (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 24). É possível que os intelectuais de *O Exemplo* não estivessem imbuídos dessa perspectiva ao escolher “escravizado” em vez de “escravo”. De qualquer forma, a leitura do texto expõe uma preferência que não parece ao acaso e que enfatiza um lugar a ser ocupado, distinto daquele em que a sociedade, inúmeras vezes, insistia

em posicioná-los. Não eram escravos; foram escravizados. E essa demarcação era importante diante do projeto de liberdade que ambicionavam naquele momento.

Atualmente, não apenas os meios acadêmicos, mas, sobretudo, diversas vertentes dos movimentos negros têm procurado fortalecer essa discussão, investindo no delineamento dessa fronteira linguística. É perceptível que essa mobilização discursiva tem um papel precioso na construção das narrativas e estabelece um enfrentamento importante em relação a como as histórias são contadas e disseminadas. O que aos olhos de alguns pode parecer uma troca por sinônimos, é, na realidade, o emprego da linguagem como ferramenta de luta social e de reconstrução da memória coletiva.

A essencialização da existência de um grupo de pessoas a partir de um termo repetido por séculos tem a capacidade de reforçar diversos aspectos: um deles é a noção de aceitação do grupo em relação a essa condição. “Ser escravo” carrega consigo a ideia de que essa característica é intrínseca àqueles seres. Não há como ser algo além do que se é. Desse modo, a expressão apresenta uma situação linguística que substancia a invisibilidade cotidiana dos afrodescendentes escravizados. Quem “é escravo” não pode ser visto de outro modo.

Mais um aspecto relevante a esse respeito é o fato de que o termo “escravo” anula toda a conjuntura que levou esses sujeitos a essa condição. Os negros não eram escravos e, sim, estavam/foram escravizados. Ao optar por essa transposição discursiva, coloca-se no outro, no caso, os escravizadores, a responsabilidade de interferir nessas vidas ao ponto de colocá-los naquela situação. A expressão “ser escravizado” carrega todo o aparato de violência e de negação da existência do outro como ser humano. Considerando que “a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico” (BAKHTIN, 2009, p. 37), é importante destacar que os enunciados não são neutros e, por isso, as forças sociais entram em embates a partir dos discursos.

Essa reflexão pode e deve ser levada, não só aos textos acadêmicos e às manifestações sociais ocasionais, mas, sobretudo, estendida a produtos culturais, especialmente àqueles que são consumidos por crianças e jovens. Assim, num ato de fortalecimento da autoestima e das identidades sociais, a juventude afrodescendente aprende que suas raízes não começaram com a escravidão, revelando toda a existência anterior a essa mazela histórica e divulgando, de forma mais honesta, as trajetórias negras para além da escravidão, antes e depois da Abolição da Escravatura. Por outro lado, a juventude branca, ou que não possui tanta identificação

com a negritude, consegue perceber outra história do seu país, diferente da noção reforçada por grande número de manifestações culturais que apresentam um grupo como livre e outro como escravo em sua essência.

Dando seguimento à leitura da capa da edição, é perceptível que, assim como em outros textos do periódico, é comum a apresentação de uma visão crítica acerca das condições aparentes e morais dos afrodescendentes após 1888. Segundo um dos textos:

Quando se fez a emancipação, os escravos estavam bestializados pela longa vida de misérias e insultos à sua moral. A existencia que levavam tinha acabado por lhes embotar os sentidos, a ponto tal que muitos deles julgavam mentirosa a liberdade que se lhes dava. Depois da emancipação cada um teria de ir para o seu canto trabalhar, para poder viver, mas nada podiam fazer porque não entendiam de cousa alguma de artes e ofícios. É a razão por que ainda hoje vemos pelas ruas, praças publicas, adjacencias de teatros, ao recinto das tabernas, grande numero de descendentes da familia escravizada, maltrapilhas, em postura de debochadas ou embriagadas, fazendo 'bestialogicos', que é as delicias dos necios e beocios, e para cumulo de infelicidade, não quorerem entrar pela porta de uma escola, onde se aprende a amar a liberdade, o bem e o belo (O EXEMPLO, 13/05/1910).

Expressões como: “bestializados pela longa vida de miséria e insultos a sua moral”; “nada podiam fazer, pois não entendiam de artes e ofícios”; e “ainda hoje vemos pelas ruas descendentes de escravizados maltrapilhos em postura debochada ou embriagada” demonstram a preocupação, não apenas com as condições econômicas desses indivíduos, mas, sobretudo, com a forma como se apresentavam na sociedade. Nos textos não há menção às razões pelas quais a situação havia chegado nesse ponto. É subentendida uma posição que anseia por um cuidado da parte dos negros em relação a essa imagem; como se, apontando essas circunstâncias, fosse possível uma transformação desse quadro para além do que poderia ser atribuído a uma mudança econômica. Era como se cuidar da imagem e da postura pudesse abrir portas que estavam, até então, fechadas.

A partir desse posicionamento, um dos artigos expõe uma avaliação rigorosa sobre parcela da infância negra: “crianças de cor preta e parda miseravelmente vestidas, piormente falando, parecendo embriagados, chatas como pequenos *clowns*, em vez de serem alegres, se tivessem uma mãe que as educasse e um pai que as ensinasse a ler” (*O Exemplo*, 13/05/1910). A inquietação a respeito das crianças demonstra, mais uma vez, a importância da educação para os articuladores do periódico. Para eles, o comportamento das crianças, especialmente as que estavam em situação de desamparo, concorria para que uma nova geração de



afrodescendentes conservasse atitudes e posturas que não favoreciam o grupo e que lhes impedia de alcançar melhores posições sociais.

De alguma forma, a crítica ao comportamento dos negros, fossem eles adultos ou crianças, expunha em muitos casos a ambição por fazer parte da sociedade que tinha o modelo branco como referência. Segundo Florestan Fernandes (2007, p. 67), o desejo por “ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato, muitas vezes, não passa de mera incorporação no sistema de classes”. Uma conduta aceitável e uma aparência satisfatória abriam certas portas aos afrodescendentes, fazendo com que a sociedade branca pudesse aceitá-los ou tolerá-los, facilitando um pouco as relações e a ocupação de certos espaços. Por outro lado, esses indivíduos que se sobressaíam eram exceções que criavam formas de resistência e de combate mais individual e que não atingiam a coletividade. A desigualdade racial permanecia, embora a aparência e a conduta dentro das normas pudessem atenuar os efeitos da exclusão.

Clóvis Moura apresenta uma questão importante em relação a esse contexto e presente até os dias atuais, mas que, de alguma forma, pode ser conectada às discussões referidas até aqui:

Essa grande massa negra – repetimos -, barrada socialmente de forma sistemática, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas de marginalidade em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos de classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnicas, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isso, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro (MOURA, 2019, p. 31).

As palavras de Moura apresentam uma atmosfera que está associada também à problemática das relações dos negros no contexto da escrita dos textos analisados dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Há um grupo negro que circula por espaços um pouco mais privilegiados da sociedade em que estavam inseridos e uma massa de afrodescendentes que pouco consegue estabelecer relações com o mundo branco, quanto mais de forma horizontal. A aspiração pela inclusão nesse mundo revela o interesse pela participação e integração social, apesar de que, na maioria das vezes, isso significaria diluir certas características num movimento de branqueamento

cultural, que, de certa forma, atenuasse ou apagasse os elementos da negritude marcados pelas raízes afrodescendentes<sup>68</sup>.

Nesse sentido, as críticas salientadas no jornal de 1910 são reeditadas, um século depois, na interpretação crítica de Clóvis Moura (2019, p. 32), que denuncia “um conjunto conceitual branco aplicado à realidade do negro brasileiro”. Diante da situação a que os negros estavam submetidos, era comum encontrar nos textos dos jornais da imprensa negra um esforço de integração do negro à sociedade brasileira, a partir dos referenciais morais, econômicos e políticos que a população branca havia construído. Entretanto, nota-se, em muitos momentos, também a preocupação dos intelectuais negros com o contato e a transmissão de identidade e consciência étnica, como destaca o autor, e não somente uma adequação ao mundo dos brancos.

A inquietação externada na capa do jornal *O Exemplo* manifestava um projeto que poderia aumentar o alcance da perspectiva de melhorar os hábitos e as oportunidades dadas aos negros de Porto Alegre. Sabia-se que, sem um auxílio efetivo, dificilmente haveria mudanças, visto que muitas crianças negras eram “órfãos de fato ou moralmente” (*O Exemplo*, 13/05/1910). A ideia baseava-se na criação de uma instituição para acolher crianças pretas e pardas, órfãs ou em risco de serem prostituídas por falta de amparo. Segundo o editorial, a criação do que seria o Asylo 13 de Maio estava sendo liderada por Espiridião Calisto e não seria inspirada na organização dos romanos, mas sim nas necessidades da vida. Observava-se que as instituições católicas, muitas vezes, transformavam as crianças negras em criadas. Entendia-se que uma formação de caráter religioso não iria sanar as necessidades dessas crianças e, sim, subjugá-las a outra dominação que as faria obedecer, sem questionar, e não as preparar para as atividades e circunstâncias da vida em sociedade. Seriam, desse modo, bons trabalhadores, mas não explorariam suas potencialidades como humanos.

Em relação ao projeto do Asylo 13 de Maio, na mesma página, outro texto dá continuidade à argumentação sobre a importância de lugares como esse. No texto

---

<sup>68</sup> A literatura brasileira contemplou essa abordagem em algumas de suas produções. Exemplo disso são as obras *O Mulato* (1881) e *O Cortiço* (1890), ambas de Aluísio Azevedo, em que a questão da mestiçagem, das relações étnico-raciais e da construção da identidade brasileira são evidenciadas. Ver mais em: STAUDT, Jéferson Luis; MAGALHÃES, Magna Lima; MÜGGE, Ernani. O “abrasileiramento” de Jerônimo: o hibridismo cultural na obra *O Cortiço*. **Revista Digital Estudos Historicos**. Uruguay: CDHRPyB, Julio, 2021, nº 25. E também em: MAGALHÃES, Magna Lima, MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; STELTER, Rafael Eduardo. Produção literária e contexto histórico no século XIX: *O Mulato*, de Aluísio Azevedo. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 11, n. 1, jan./jun. 2018.

intitulado “De Joelhos”, menciona-se que, para completar a liberdade, seria preciso que os brasileiros se convencessem de que deveriam não só cultivar a diversão, mas se dedicar à criação e sustentação do Asylo, de escolas e centros literários. Fique, mais uma vez, evidente que se considerava essencial que espaços culturais existissem para abrigar e contribuir com o progresso da população negra, não apenas como classe trabalhadora, mas, sobretudo como cidadãos que pudessem desfrutar dos direitos a que amparados os brasileiros das camadas mais privilegiadas.

No texto intitulado “De joelhos”, Leopoldino Ribeiro<sup>69</sup>, que assina o artigo, faz mais uma comparação em relação ao Cristianismo. Segundo ele, “os antepassados ensinaram a prestar veneração ao fim dos martírios de Cristo, então deveriam também dobrar os joelhos no dia de hoje [13 de maio] pelo término ‘quase’ completo do sofrimento dos negros” (*O Exemplo*, 13/05/1910). É recorrente, nas páginas analisadas do periódico, a menção ao Cristianismo de forma comparativa, como observa-se no trecho a seguir:

Pelos ensinamentos de nossos antepassados, nos acostumamos a prestar pública veneração pela data memorável que assignala a terminação dos martírios de Christo e geralmente, vemos os nossos patrícios dobrarem os joelhos à passagem venerável e respeitosa dessa imagem, que traduz uma série de sofrimentos.

Pela mesma forma, devemos dobrar os joelhos no dia de hoje, que nos assigná-la a terminação quasi completa dos sofrimentos de nossos irmãos escravizados que sem serem Christo passaram pelos mesmos tormentos e muitas vezes, pagaram com seu sangue os caprichos e a bestialidade da humanidade feroz que os algemava (*O EXEMPLO*, 13/05/1910).

Nesse trecho, há referência à falta de sensibilidade e empatia com os negros que tinham no dia 13 de maio uma data simbólica para o seu percurso histórico. Ao contrário do que se fazia com a história de Cristo, um marco da luta contra a exploração negra não causava nem parte da comoção que certas datas religiosas causavam. Mas tal crítica pode ser entendida além da questão da data em si. É possível questionar, a partir da frase de Leopoldino Ribeiro, quais os sentidos e as prioridades elencados pelos que tinham o Cristianismo como bússola? Nesse sentido, Maria Angélica Zubaran (2009) destaca a ideia de uma “invenção branca da liberdade

---

<sup>69</sup> Segundo Felipe Rodrigues Bohrer (2021), em sua tese de doutorado intitulada *Caminhos Cruzados: A trajetória do músico, intelectual e ativista negro Arnaldo Dutra* (Porto Alegre/RS - Primeira República), Leopoldino Ribeiro Álvares foi um parceiro dos intelectuais do jornal *O Exemplo*. Leopoldino tinha participação política e cultural ativa em Porto Alegre, integrando grupos como a Sociedade Musical Lyra Oriental, a Sociedade Floresta Aurora, a Sociedade Musical Lyra Florestina e a instituição profissional Bloco Aliança dos Operários.

negra”, em que o discurso abolicionista construído pelas elites políticas regionais de Porto Alegre, já a partir de 1884, silenciou as memórias sociais pertencentes aos afro-brasileiros, deixando de visibilizar datas, sujeitos e reflexões que eram significativos para os negros e seus anseios com a chegada da Abolição. Os brancos davam o tom das comemorações pelo 13 de maio e, referências como essa, feitas nas páginas do periódico, parecem ter a intenção de retomar a comemoração e direcionar aos próprios negros a liderança de suas memórias e destinos.

Leopoldino Ribeiro também apresenta uma expressão que significa muito para a perspectiva adotada no jornal em relação à data da Abolição da Escravatura: “mais um ano da abertura da estrada da liberdade” (O Exemplo, 13/05/1910). Ao adotar a palavra “estrada”, o autor salienta um caminho a seguir, uma ideia de incompletude que, lembrada a cada 13 de maio, seria uma espécie de farol para que os afrodescendentes pudessem lutar pela continuidade do percurso em direção à liberdade. Não mais como uma “invenção branca”, a liberdade seria uma construção negra.

Mais adiante, em 1921, as páginas do jornal *O Exemplo* voltaram a fazer uma crítica um pouco mais extensa em relação ao Cristianismo, da forma como foi feito em 1910. Cabe ressaltar que, embora as manifestações nesse sentido também tenham sido mantidas ao longo de outras publicações, as menções ao Cristianismo foram mais superficiais e realizavam-se pela utilização de um vocabulário relacionado ao universo do catolicismo. Sobre o texto do periódico de 1921, a manifestação foi feita da seguinte forma:

E, contrastando com a attitude piedosa que se tiver para os índios, a indiferença hypocrita de theologos, mesmo, que viam, no martyrio soffrido pelos negros, a execução de um suposto e injusticável castigo dos descendentes de Chan, era a lança prompta para golpear quaesquer vislumbres de esperança na misericórdia humana que houvessem, accaso, surgido na imaginação dos nossos escravos (O EXEMPLO, 13/05/1921).

A menção à passagem bíblica do livro Gênesis<sup>70</sup>, que refere a maldição lançada por Noé a seu filho Cam, aparece como forma de associar um discurso comum entre alguns grupos do Cristianismo e que, muitas vezes, foi utilizado para justificar as situações de dificuldade pelas quais os negros passavam. Segundo o texto bíblico, como forma de castigo, Cam teria sido condenado à escravidão e, a partir de algumas

---

<sup>70</sup> O texto bíblico pode ser encontrado na íntegra em Gênesis 9:18-28, disponível também em versão on-line: [https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis\\_9\\_18-28/](https://www.bibliaon.com/versiculo/genesis_9_18-28/).

interpretações, ao sair sem destino para longe do pai, teria dado origem, entre outros, aos povos do continente africano. Dessa forma, o texto do jornal *O Exemplo* faz uso desse discurso para criticar os martírios sofridos pelos negros, bem como a indiferença que acreditavam ser manifestada pelos teólogos a respeito da longa história de dificuldades vivida pelos negros no Brasil.

Na edição de 13 de maio de 1911, o jornal *O Exemplo* propõe outro aspecto importante no âmbito da comemoração da data da Abolição da Escravatura, segundo o qual não seria mais necessário narrar as situações pelas quais os afrodescendentes passaram ao longo da escravidão, visto que isso seria retomar, mais uma vez, a memória da violência sofrida pelos antepassados. A questão foi dita por meio das seguintes palavras:

Relembrar o que foi essa desumana e anacrônica instituição o que de lúgubre e horroroso passavam os infelizes escravizados é tarefa que me acho dispensado, porque é do conhecimento de todos. Além disso, relembrar tão medonho e repugnantes factos é chagar ainda mais os corações puros e bem formados nos quaes ainda pulsam as vivas fibras dos mais altruístas e humanos sentimentos. Para essa raça nunca houve garantia, era privada do Saber e da Liberdade enfim os infelizes escravos eram cousas e não gente (O EXEMPLO, 13/05/1911).

Em relação a esse ponto de vista, embora a memória coletiva seja constituída, em grande medida, pelas experiências do passado que estabelecem unidade a um grupo social, é compreensível a manifestação acerca da repetição das mazelas sofridas no passado no sistema escravocrata brasileiro. Na atualidade, por exemplo, do ponto de vista pedagógico, há um forte movimento que inspira professores para que não abordem a presença negra no Brasil unicamente ou especialmente a partir da vivência da escravidão. Essa perspectiva foi reforçada, no Brasil, com a aprovação da lei, já mencionada, que institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileiras.

Vincular a trajetória negra e as raízes africanas apenas aos episódios marcados pela escravidão mantém as narrativas de inferioridade e de subserviência que estão, ainda, incorporadas nas visões acerca dos afrodescendentes. Por isso, ao estabelecer o estudo da história e da cultura afro-brasileiras, tendo como referência períodos anteriores e posteriores à escravidão, confere-se atenção à diversidade negra e ao respeito ao universo de elementos presentes na história e na cultura dos africanos, que, muitas vezes, são desconhecidos e singularizados pela falta de

interesse em conhecer e divulgar. A esse respeito, considera-se que, segundo Bakhtin (2011, p. 310),

[...] não há nem pode haver textos puros. [...] por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual foi criado). (BAKHTIN, 2011, p. 310).

Dessa forma, omitir, no texto comemorativo ao dia 13 de maio, as agruras e violências passadas pelos negros durante a escravidão pode ser entendido como um movimento na direção de deixar de repetir e reproduzir os elementos que contribuíram para a construção dos estereótipos contra os quais os afrodescendentes estavam (e estão) lutando. Não se trata, porém, de negar a existência da escravidão ou de abandonar os estudos relativos a esse período histórico. Ao contrário, parece ser a ideia, utilizar o espaço alusivo à Abolição da Escravatura para tratar de outros temas, talvez menos difundidos, mas igualmente necessários à valorização da identidade negra.

Igualmente, do ponto de vista pedagógico, não há intenção de defender o silenciamento acerca da história da escravidão no Brasil. Há, sim, uma imprescindível ação no sentido de não reduzir a existência negra a seu período de cativeiro. Torna-se cada vez mais essencial a mudança discursiva em relação aos afrodescendentes. Por isso, o conhecimento acerca da África e das posteriores contribuições dos seus povos em território americano fazem parte da ruptura das visões cristalizadas nas sociedades que passaram pelo sistema escravocrata.

O texto editorial publicado na capa do jornal *O Exemplo*, de 1918, apresenta uma reflexão contundente acerca dos desdobramentos percebidos após a assinatura da Lei Áurea.

É indubitável que o preconceito não pode ser excluído por uma lei que tentasse estabelecer a igualdade, e é mesmo um erro dizer-se que de 13 de maio de 1888 em diante, os brasileiros sem distinção de cor epithelial, seriam iguais, no sentido mais lato que se queira dar a esse termo. Verdadeira conquista é essa que a desprotegida raça vem conseguindo na influência da sociedade, no âmago do lar, no descortino da vida pública, enfim em todas as manifestações da organização humana, de cujo concurso se havia afastado e da qual poderia ter sido, desde o início, um factor como hoje está reconhecido de apreciável valimento. Um cativeiro prolongado lança sempre ao ostracismo, por dilatados annos, a raça que o supportou. Convém pois não entregarmos tudo à mercê da evolução natural: forcemo-la, apressêmo-la para que ganhemos o tempo perdido, fazendo desaparecer o estigma do repúdio imerecido (O EXEMPLO, 13/05/1918).

As consequências da Lei Áurea não podem ser vistas, conforme destacou Wlamyra de Albuquerque (2009, p. 97), como “a conquista da liberdade irrestrita, nem como uma completa fraude, mas como ocasião de tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania da população de cor”. É para esse sentido que parece concorrer o fragmento do texto exposto anteriormente. Cientes da já bastante mencionada incompletude da lei abolicionista, os intelectuais negros de Porto Alegre validam, no texto de 1918, as possibilidades que vinham sendo experienciadas pela população negra na direção da aproximação com atividades da vida pública e privada que pudessem oferecer práticas que os inserissem na vivência cidadã.

Forçar e apressar a evolução desse grupo social, como destaca o texto, seria um dos objetivos a serem perseguidos pelos negros diante da necessidade de tensionamento e disputa pelo reconhecimento de sua cidadania. Reconhecimento que não estaria associado somente ao que pudesse ser percebido pelos demais membros da sociedade brasileira, mas, sobretudo, a própria dimensão de pertencimento social que havia sido impossibilitado aos negros durante e depois do fim da escravidão.

A inserção social dos afrodescendentes, a partir do reconhecimento de si e da validação dos outros, pode ser melhor compreendida por meio do que expõe Bakhtin:

Eu tomo consciência de mim e me torno eu mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro. Os atos mais importantes, que constituem a autoconsciência, são determinados pela relação com outra consciência. [...] O homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha o outro nos olhos ou com os olhos do outro. (BAKHTIN, 2011, p. 341).

Dessa forma, o horizonte de expectativas construído pelos negros estava pautado pela ideia de igualdade entre os membros da nação brasileira, mas também, a partir desses outros indivíduos e na impossibilidade de acessar essa igualdade, construiu-se como cidadão a partir das alternativas viáveis. Entretanto, o texto de 1918 ressalta que seria importante avançar nessas expectativas e trabalhar no sentido de acelerar as mudanças necessárias para que a cidadania negra se aproximasse cada vez mais das intenções originais. Percebe-se, é claro, que essa caminhada ainda vem sendo realizada, visto que, não por sua intenção, pelo contrário, mas pelas condições estruturais a que estão expostos, os negros brasileiros ainda se encontram em certo ostracismo, pelo menos, na visão de certos grupos que insistem em não os ver.

Embora o foco deste estudo seja a análise dos textos relativos ao 13 de maio, em caráter de editorial ou cuja autoria conhecida remeta a um intelectual negro ligado aos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, a edição de 1919 contém um texto que não se aplica a esse contexto, mas que parece expor as ideias partilhadas pelos homens à frente da imprensa negra de Porto Alegre. Por isso, segue a transcrição do poema, tal qual aparece no jornal:

Sentença philosophica:

A sentença deve ser esta:

Considerando que a ignorância do assassino concorre para o assassinato;

Considerando que a miséria do criminoso foi um dos incentivos do crime;

Condemnamos o monstro a ser metido numa jaula;

Condemnamos o ignorante a ser metido numa escola;

Condemnamos o vadio a ser metido numa officina;

Dam-lhe uma cadeira, um alphabeto, uma ferramenta;

Considerando que sua sociedade tivesse fornecido um ABC ao ignorante ou no officio ao mendigo, a somma da ignorância com a miséria não produziria o resultado: o crime;

Considerando a sociedade a causa e o bandido o efeito;

Condemnamos a sociedade a que dê instrucção a todas as creanças e dê trabalho a todos os famintos, tornando-se assim mais solícita em evitar os assassinos.

Guerra Junqueiro  
(O EXEMPLO, 13/05/1919)

O poema atribuído a Guerra Junqueiro (Abílio Manuel Guerra Junqueiro), jornalista, escritor e poeta português que viveu em época contemporânea aos intelectuais negros do jornal *O Exemplo*, no início do século XX, foi publicado na primeira página da edição alusiva ao dia 13 de maio. Conforme o que aqui tem sido exposto, obviamente, o texto mantém relações com as ideias defendidas pela imprensa negra do Rio Grande do Sul. A escolha por esse poema provoca reflexões acerca da sociedade do período e da maneira como os negros estavam sendo associados à criminalidade.

Embora a “Sentença philosophica” tenha sido escrita em meio à realidade portuguesa, a escolha por sua inserção na capa do jornal que comemora a Abolição da Escravatura não parece ser coincidência. O texto apresenta, de maneira literária, a situação de miséria que pode ser associada à vida da maioria dos negros que viviam no imediato pós-abolição e manifesta, como poucas vezes se viu nos textos comemorativos aqui analisados, um posicionamento que denuncia e questiona a postura da sociedade em relação a contribuir com as oportunidades de estudo e de trabalho, diminuindo, assim, as ocorrências de violência no meio social.



Os estudos de Rodrigo de Azevedo Weimer (2022) acerca da habitação popular em Porto Alegre, na virada do século XIX para o século XX, lançam um olhar sobre as ações judiciais de despejo e demonstram que o processo inflacionário e o consequente aumento dos preços dificultou a vida dos habitantes da capital nesse período. Embora os dados apresentados pelo historiador mencionem que a cor da pele não era totalmente explicitada nas ações que foram objeto da pesquisa, é possível inferir que, diante do quadro da situação social no imediato pós-abolição, a população negra de Porto Alegre também sofreu os impactos desse cenário, talvez até com maior incidência.

O tom de denúncia social a respeito da incompletude da Lei Áurea foi fortalecido na edição de 13 de maio de 1934, no jornal *A Alvorada*. O fragmento final do texto assinado sob a alcunha de “Zumbi” abordava a seguinte reflexão:

O sol imenso e artificial da Liberdade! Isso porque aparentemente somos livres e na realidade ainda achamos nos escravos do preconceito e tentam os falsos cristãos, com o poder do ouro, escravizar agora mesmo, em plena época de liberalismo, a nossa própria consciência! A liberdade dos negros foi derivada de um golpe político com o qual resultou a queda do trono. A escravidão continuou... Até que não só se restringe aos negros mas se rameficou por todos os elementos originários das diversas raças humanas existentes nesta maravilhosa Babel, traço que é o Brasil! (A ALVORADA, 13/05/1934)

Mais uma vez, as permanências relativas à escravidão eram foco da discussão nas páginas da imprensa negra do Rio Grande do Sul. E a referência a um falso cristianismo, por parte de quem mantinha os interesses econômicos à frente das questões humanitárias, questionava as narrativas religiosas que manifestavam virtudes de solidariedade e fraternidade. A escravidão da consciência mencionada no texto, parece dizer respeito as ideologias que buscavam manter os negros em situação de irreflexão, dificultando o seu acesso a formas de emancipação que pudessem abranger de modo mais robusto a massa de afrodescendentes que ainda permanecia aquém das possibilidades de viver plenamente a sua liberdade.

O alerta promovido pelo texto parece buscar atingir aqueles que, mesmo passados 44 anos da Abolição da Escravatura, insistiam em falar da liberdade como se de fato ela houvesse sido concretizada no cotidiano dos negros brasileiros. A figura de linguagem utilizada por meio da referência ao sol, imenso, mas artificial, representava o sentimento daqueles que percebiam que o racismo e a falta de oportunidades decorrentes dessa situação dificultavam e marcavam de inúmeras

formas a experiência de liberdade vivida pelos negros brasileiros da primeira metade do século XX.

#### 4.4 “HERÓIS DESSA SANTA CRUZADA”<sup>71</sup>: PERSONALIDADES DESTACADAS NAS NARRATIVAS DO 13 DE MAIO

**Figura 10** - Capa O Exemplo - 13/05/1904



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

O artigo de capa do Jornal *O Exemplo*, na edição do dia 13 de maio de 1904, estampa o título “Tenente-coronel Aurélio V. de Bittencourt” e apresenta a sua imagem além de destacar a data da publicação, conforme é perceptível na Figura 10, que apresenta como única imagem da página a fisionomia daquele que era tido como um grande exemplo para os negros da época. Aurélio mantinha estreitas relações com os idealizadores do periódico, visto que seus filhos e, depois, seu neto estiveram à frente do jornal. Na ocasião da publicação, o homenageado ainda estava vivo. Seu falecimento data do ano de 1919.

A escolha por Aurélio Viríssimo de Bittencourt como figura de destaque numa edição comemorativa à assinatura da Lei Áurea é justificada no artigo pelo fato de ser

<sup>71</sup> Citação presente no periódico *O Exemplo*, de 13 de maio de 1918.

alguém prezado por muitos, visto que observava as “coisas e os costumes sociais”. Tal distinção pode ser confirmada pela posição de destaque que Aurélio conservava não só entre os afrodescendentes do Rio Grande do Sul, mas, também, no cenário político do estado.

Filho de uma negra livre e de um oficial da Marinha, batizado em Jaguarão em 1849, Aurélio teve os detalhes de sua infância e de sua juventude sufocados pela trajetória política que teve a partir de certa fase da vida adulta. Como assessor de Júlio de Castilhos, então presidente da província do Rio Grande do Sul, obteve o reconhecimento e a inserção social que o fizeram ter ainda mais condições de ocupar papéis sociais importantes na Porto Alegre da época. Sobre ele, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira (2011, p. 91) escreve:

As poucas fotos que restaram de Aurélio Veríssimo de Bittencourt não deixam dúvida: era negro. A ascensão social e profissional que ele experimentou fez que fosse adjetivado etnicamente como sua mãe (“pardo”). Era um não branco que havia construído uma trajetória de sucesso graças aos ensinamentos que obteve durante o convívio com seu núcleo familiar pardo em seus primeiros anos em Jaguarão (onde se alfabetizou e iniciou na devoção religiosa católica), ao apoio recebido do pai, ao seu esforço pessoal (que acabou conquistando espaços, ainda que pequenos, reservados à meritocracia) e às redes associativas nas quais se inseriu (ou foi inserido) e que o transformaram num mediador entre diferentes instâncias.

Diante do referido destaque social de Aurélio, o editorial do jornal do dia 13 de maio de 1904 enfatizou a inteligência do homenageado e ressaltou o seu papel entre as pessoas importantes da época. Fica evidente, pelas palavras usadas, que a figura de Aurélio Bittencourt era referência para a luta dos negros em Porto Alegre e que, mais do que alguém que esteve à frente da campanha abolicionista no estado, ele era admirado por sua relevância no exercício de suas funções profissionais e políticas. Dessa forma, os intelectuais negros do jornal incluem nas narrativas da época, sob a forma de um registro jornalístico, um dos sujeitos que, para eles, servia de exemplo para os afrodescendentes tão carentes de figuras de destaque social.

Sobre o tenente-coronel, o seguinte trecho destaca: “dotado de sazoadada intelligencia, elle nos tem ensinado que os individuos são apreciados pela importancia de seus actos pessoaes e pela veneração grangeada por seu alumiamento, no meio em que exercitam a sua actividade” (O EXEMPLO, 13/05/1904). Essa e outras citações a seu respeito destacam a percepção de que era possível conquistar respeito

no espaço social a partir de suas virtudes, transpondo as barreiras que os preconceitos poderiam levantar.

Entretanto, é sabido que nem sempre esses valores bastavam para que um indivíduo negro alcançasse certo prestígio na sociedade. Aliás, até hoje, o discurso meritocrático é utilizado para legitimar a ideia de que o sucesso e o reconhecimento são conquistas individuais e que o esforço é o bastante para que se ocupe espaços como os que Aurélio atingiu até certo momento de sua vida. No entanto, essa visão, que ganhou adeptos, inclusive, entre membros de grupos desfavorecidos, ignora o impacto que políticas e ações sociais opressoras podem causar nas vidas de comunidades que não tenham as devidas oportunidades para construir espaços e trajetórias de sucesso.

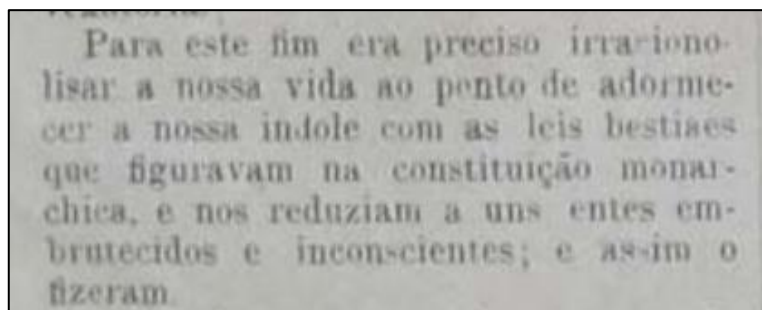
Numa perspectiva meritocrática, cada indivíduo é responsável por seu trajeto de vida, e, assim, as conquistas são resultado unicamente do esforço de cada um. As políticas neoliberais da atualidade sustentam essa abordagem e recebem apoio dos mais diversos grupos. A partir dessa perspectiva, as políticas sociais que atuam na redução das desigualdades sociais são atacadas e deslegitimadas por grupos que querem impedir as transformações sociais que tragam a inclusão de todos a uma vida digna. Sem a intervenção do Estado nessas questões, a possibilidade de equilíbrio social é impedida, já que a falta de oportunidades iguais provoca a disparidade entre os indivíduos e suas conquistas. Casos como o de Aurélio, destacados pelo jornal *O Exemplo*, eram, e ainda são, exceções que só se tornarão regra a partir de medidas políticas e sociais contundentes.

Obviamente, esse pensamento, embora com outros nomes e contextos, já circulava entre a população mundial da primeira metade do século XX. E, em espaços onde as questões raciais eram latentes, atribuir aos negros a responsabilidade pela situação a que estavam submetidos era conveniente, visto que, assim, não seria necessário realizar nenhuma política de Estado que contribuísse com a alteração daquela situação. Nesse contexto, transitavam pela sociedade brasileira os estereótipos que posicionavam os negros (assim como os indígenas) como sujeitos preguiçosos e acomodados, que não se esforçavam para alterar a realidade em que viviam.

Embora esse ponto de vista apareça de forma implícita em alguns trechos dos textos dos jornais, especialmente quando se destaca a existência de certas personalidades afrodescendentes, percebe-se que essa visão não é unânime e,

tampouco, é defendida pelos intelectuais negros da época. A maior parte dos discursos defende a união, a luta e a necessidade de ações coletivas para que a situação da população negra fosse modificada.

**Figura 11** - Trecho do jornal *O Exemplo* - 13/05/1904



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

No trecho do jornal *O Exemplo*, de 13/05/1904, ilustrado na Figura 11, a vivência dos negros no Brasil é descrita como fruto de um processo de irracionalização em que as práticas da escravidão serviram para “adormecer a índole por meio de leis bestiais”, reduzindo os indivíduos a “entes embrutecidos e inconscientes”. Esta análise tem como objetivo ressaltar a importância de Aurélio Bittencourt, visto que ele é mencionado no artigo como um grande incentivador de instituições que pudessem contribuir para a alteração dessa condição da população negra da capital do Rio Grande do Sul. Segundo o texto, “Aurélio estimulou todas as instituições, pias ou recreativas, para livrá-los desse abatimento”. É perceptível que o editorial entende a situação dos afrodescendentes, naquele momento, como carente de espaços, iniciativas e envolvimento que pudessem transformar a realidade de exclusão em que se encontravam. E, por isso, pessoas como Aurélio representavam fontes de inspiração para a comunidade negra.

Em relação ao homenageado, o texto também menciona a sua participação como porta-voz dos manifestantes que estiveram à frente do palácio do governo, em Porto Alegre, no dia 12 de maio de 1888, no momento em que um telegrama, publicado no *Jornal do Commercio*, anunciava a promulgação da Lei Áurea que se daria no dia seguinte. Ao mencionar que Aurélio proferiu “inspirada saudação ao presidente da província”, além de saudar “a aurora da redenção”, destaca-se a cordialidade e o desejo por manter boas relações que caracterizavam a sua atuação em momentos solenes. O registro histórico apresentado no artigo coloca o

homenageado numa posição de representante dos ideais dos negros e de uma personalidade que reunia os requisitos para ocupar a liderança dos manifestantes na ocasião.

A circunstância histórica narrada no texto antecede as reflexões acerca dos desdobramentos da legislação com o passar dos anos. Naquele momento, em 1904, 16 anos após a assinatura da Lei Áurea, o artigo menciona que pessoas como Aurélio reconheceram que a lei não foi suficiente: “apesar de estarem livre das algemas do cativeiro” sofriam um “cativeiro ainda pior - a escravidão da necessidade”. Sendo assim, havia a primordialidade em fugir do “labirinto da ignorância” em que os negros se encontravam. E, dessa forma, conhecerem seus direitos.

O sociólogo Florestan Fernandes (2007, p. 66) destaca a situação vivida pelos “homens de cor” saídos do sistema servil. Para Fernandes, além de não receberem indenização, garantias ou assistência para conseguirem iniciar a vida fora do trabalho escravo, os afrodescendentes precisaram competir com os brancos em um novo sistema de trabalho, cujo pilar estava numa economia urbano-comercial. Por isso, o entendimento apresentado no artigo d’*O Exemplo*, em 1904, desnuda um contexto em que, mesmo fora do sistema escravocrata, não houve mobilidade social ascendente para a esmagadora maioria da população negra do Brasil.

Nesse cenário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt é visto, mais uma vez, como uma forte liderança, já que, depois de manifestar-se no momento em que a Lei Áurea estava para ser assinada, permaneceu refletindo e atuando em favor dos afrodescendentes, inclusive usando de sua influência social para contribuir com a superação da nova escravidão a que fizeram alusão no Jornal *O Exemplo*. Nesse sentido, o texto refere o papel de Aurélio como um incentivador financeiro do periódico. Aliás, tal ação é vista como honrosa, já que a imprensa é mencionada como uma “arena de destemido reduto”. E ainda, essa “metralhadora do pensamento, alvejando com acerto as violências de toda ordem praticadas contra os oprimidos” também foi utilizada por Aurélio que escreveu sobre o ensino obrigatório como forma de superação das dificuldades impostas pela incompletude da Lei Áurea.

A escolha de Aurélio como homenageado, em uma edição que faz alusão à data da Abolição da Escravatura, demonstra a visão que os intelectuais negros do jornal *O Exemplo* tinham em relação a dar visibilidade a quem era considerado o “maior atleta na luta pela conquista dos direitos civis e políticos” dos negros na região. Flávio Gomes (2005, p. 29) avalia esse tipo de ação como uma “perspectiva quase

pedagógica”, no sentido em que a maioria dos jornais da imprensa negra “traziam matérias exaltando lideranças abolicionistas”. Assim, no editorial do jornal, a comemoração do dia 13 de maio assumiu, em 1904, um caráter de valorização de um sujeito visto como protagonista na defesa dos anseios da população negra e uma posição firme no que diz respeito à necessidade de conquista de direitos que foram negados à comunidade negra mesmo após a abolição. Essa postura defendida por Aurélio de Bittencourt serviria de exemplo à comunidade negra.

Cientes da importância da luta por essas conquistas, os intelectuais negros representados no texto do editorial do jornal *O Exemplo*, em 13 de maio de 1904, destacaram que “os preconceitos não se destroem à bala”. Dessa forma, e pelo que foi descrito anteriormente, fica evidente que consideravam o campo das ideias como o espaço privilegiado para a construção de uma nova realidade para os afrodescendentes. Nesse cenário, Aurélio de Bittencourt seria um relevante sustentáculo deste embate.

As outras edições também apresentam exemplos considerados heróis negros. Em 13 de maio de 1911, o texto de capa do jornal *O Exemplo* salienta que “o Brasil desde os seus primeiros alvares tem recebido a mais sincera prova de patriotismo e abnegação do homem negro: desde o heroe Henrique Dias na Guerra de Pernambuco, até a personalidade do marinheiro João Cândido na revolta de 1910”.

Figura 12 - Capa *O Exemplo* - 13/05/1911



Ao citar os dois exemplos na primeira página do jornal, em 1911, conforme a Figura 12, o periódico não apresenta imagens deles. O texto destaca essas duas personalidades históricas, que, até os dias de hoje, não recebem as mesmas menções como heróis que recebem outros vultos brancos reconhecidos pela história oficial. Henrique Dias foi um militar afro-brasileiro, que participou, no século XVII, da Batalha dos Guararapes, no contexto da Insurreição Pernambucana (entre 1645 e 1654), por ocasião da ocupação holandesa no nordeste do Brasil. João Cândido, nascido em Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, entrou para a história como o “Almirante Negro”, militar que foi uma das lideranças da Revolta da Chibata, em 1910.

Ambos afrodescendentes e militares, são mencionados no jornal *O Exemplo*, como figuras que representavam o patriotismo dos negros. O primeiro, ajudando os portugueses na defesa da Colônia contra os holandeses; o segundo, atuando na marinha, mas também combatendo os maus tratos sofridos pelos afro-brasileiros por parte dos oficiais navais brancos. Como provas da participação negra na História do Brasil, essas e outras personalidades negras lembradas nos periódicos da imprensa negra não receberam a devida atenção ao longo do século XX. Alguns deles ainda são pouco estudados e quase não são mencionados com destaque nas produções culturais, como, por exemplo, nos livros didáticos. A preocupação demonstrada pelos intelectuais negros no início do século segue sendo uma questão de reflexão na atualidade. Onde estão os personagens negros da História do Brasil e que destaque eles têm recebido ao longo das narrativas veiculadas?

Segundo Bakhtin (2009, p. 117),

qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo, a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida.

Dessa forma, ao salientar que o Brasil “tem recebido a mais sincera prova de patriotismo e abnegação do homem negro”, questiona-se a sociedade da época a respeito do valor atribuído aos afrodescendentes e sua trajetória de contribuições à nação. Da mesma, em 1918, um dos textos do jornal *O Exemplo* convida a população negra a valorizar seus semelhantes: “não sejam buscados exemplos em outras raças; sirvam de guia, dentro da raça de cor, os grandes homens que já são hoje imprescindíveis nos destinos da Pátria, pelas suas qualidades excelsas e vastos



conhecimentos” (O EXEMPLO, 13/05/1918). O chamamento destaca a importância da representação negra como modelo a ser seguido, além de ressaltar as qualidades que, embora fossem negadas pelos discursos vigentes na época, faziam parte das características não só dos brancos, mas também dos afro-brasileiros.

Entre as edições relativas ao 13 de maio, tanto no jornal *O Exemplo* quanto no jornal *A Alvorada*, vários sujeitos negros são mencionados pela importância que tiveram. No entanto, entre os nomes mais recorrentes, certamente a figura de José do Patrocínio ganha destaque. Ainda em 1918, o jornal *O Exemplo* apresenta José do Patrocínio ao lado de outro político que aparece com relativa recorrência na imprensa negra do Rio Grande do Sul:

Glorificando, pois, aos heroes dessa Santa Cruzada, resumidos na memória imperecível de Rio Branco e José do Patrocínio concitemos os descendentes dessa raça ora incorporada ao convívio social a levantarem estatuas à memória desses heroes, estatuas essas que tenham por bases os livros onde procurem haurir lições preciosas e por cupola seus cérebros illuminados pelas centelhas fulgurantes da Luz vivificante que nos desbrava e aclara o caminho para os cometimentos os mais grandiosos - a luz da instrução bentazeja (O EXEMPLO, 13/05/1918).

Patrocínio é homenageado junto ao Visconde do Rio Branco, homem branco, com reconhecida atuação política, famoso por propor a chamada Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, também popular como Lei Rio Branco. A legislação Nº 2040, de 28 de setembro de 1871<sup>72</sup>, declarava livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir da data da lei. Cabe ressaltar que, embora a lei tenha sido comemorada pelos parlamentares brasileiros como um progresso da luta abolicionista, reflete-se hoje acerca das condições estabelecidas para essa liberdade. A permanência da criança sob autoridade dos senhores até os 8 anos e o pagamento de uma indenização ao “proprietário” ou a permanência no trabalho até os 21 anos eram disposições que colocavam sob crítica a efetividade da lei em relação à liberdade das crianças. De qualquer forma, as ideias e a posterior promulgação da Lei do Ventre Livre deram a Rio Branco o *status* de abolicionista e a honra de figurar entre alguns intelectuais negros como uma importante referência na época.

O jornal *A Alvorada*, de 14 de maio de 1949, repete a menção a Rio Branco e a José do Patrocínio, mas acrescenta também a figura da Princesa Isabel:

---

<sup>72</sup> Ver texto completo da lei disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm) . Acesso em:

Recorda-se nessa data hoje banida dos números dos feriados nacionais, a memória da princesa Isabel, a redentora, José do Patrocínio, Rio Branco, e centenas de homens que formavam a legião dos abolicionistas que num movimento humanitário se congregaram em torno de um só ideal - dar liberdade aqueles que viviam sobre o grande e o lago impiedoso dos portentados (A ALVORADA, 14/05/1949)

A respeito da Princesa Isabel, é importante destacar o seu papel privilegiado na questão abolicionista do Brasil. Estando no exercício da Regência, em virtude do tratamento de saúde que D. Pedro II fazia na Europa, a princesa deu sinais de que era adepta ao abolicionismo e fez dessa questão uma manifestação de que o Terceiro Reinado no Brasil poderia ser o sinal de uma monarquia moderna e comprometida com o progresso moral e material daquela época. A popularidade alcançada no país e a imagem positiva que conquistou entre os afro-brasileiros fizeram de Isabel a figura monárquica mais ligada à abolição.

Segundo Robert Daibert Júnior (2001), após a abolição, Isabel sustentou-se sob um imaginário que a aproximava de aspectos religiosos ligados a Maria e a Jesus Cristo. Mencionada como “Redentora”, sua imagem esteve fortemente ligada a uma ideia de simplicidade, amor e heroísmo na luta pelos desvalidos. “A construção da figura de Isabel como governante capaz de dar fim ao sistema escravista era um empreendimento promissor que iria possibilitar flores e glórias à herdeira do trono” (DAIBERT, 2001, p. 81). Essa representação heroica, já calculada antes mesmo da assinatura da Lei Áurea, proveu, por muito tempo, a ideia de que havia sozinho encerrado a escravidão no Brasil.

O imaginário acerca de Isabel e de seus atos foi, em parte, reforçado por homens negros, próximos à princesa. José do Patrocínio, por exemplo, destacou algumas vezes as virtudes da soberana em seus discursos. Após a Abolição, em uma de suas falas citadas por Daibert (2001, p. 102), Patrocínio reverenciou:

toda essa grande revolução social (...) foi feita por um coração, e esse coração aninha-se no peito de uma senhora, que é filha, que é esposa, que é mãe, reunindo as três fases sublimes da mulher na humanidade! Filha, quis aureolar o reinado de seu pai; esposa, reabilitou o lar doméstico, reabilitando o trabalho que é a consolidação e a moralização da família; mãe não quis que seus filhos corassem algum dia ao lembrarem-se de que eram filhos de uma terra de escravos. Para os que se deixavam atemorizar por alguns interesses feridos, ela realizou a máxima de Pascal – o coração tem suas razões que a razão não compreende.

Percebe-se a ênfase não em um ato político, mas sobretudo nas qualidades que reforçam um estereótipo de mulher propagado no período. Teriam sido os puros

sentimentos que levaram a Princesa Isabel a assinar a Lei Áurea. Posturas como a de Patrocínio repetiram-se nas vozes e nos textos de muitos intelectuais e, assim, entre outros elementos, o imaginário da “Redentora” fortaleceu-se entre negros e brancos no Brasil. E essa imagem estava intimamente ligada a uma postura amável e de compaixão que reforçava a figura de Isabel como protetora dos negros e dos desprotegidos.

Figura 13 - Capa O Exemplo - 13/05/1925



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital

Entretanto, um dos trechos do jornal *O Exemplo* acrescenta uma questão importante que se contrapõe à visão puramente heroica de Isabel. Segundo o editorial de 13 de maio de 1925, cuja capa aparece representada na Figura 13, em que constam as imagens dos dois mencionados no texto, José do Patrocínio teria dito que “o dia 13 de maio não foi um favor, nós o havíamos conquistado. A princesa regente cumpriu o seu dever homologando a vontade da nação”. Dessa forma, embora tenha, por diversas vezes, exaltado o ato promovido pela Regente, Patrocínio, ao mesmo tempo, reforçava o caráter coletivo da campanha abolicionista e, conseqüentemente, do sucesso alcançado com a Lei Áurea.

Fato é que, mesmo com as ressalvas, o imaginário acerca da Princesa Isabel atravessou o século XX é marcado pela ideia de responsabilidade pela liberdade dos

escravizados. E, em relação a isso, grande parte dos movimentos negros da atualidade tem se colocado em oposição. Situação que, inclusive, foi um dos argumentos para que o dia 13 de maio perdesse espaço para a comemoração ocorrida no dia 20 de novembro, conforme já abordado. As mais diversas representações relacionadas à Abolição da Escravatura foram, durante muito tempo, relacionadas e, até mesmo, restritas à ação da Regente e sua assinatura na lei. Seu papel como heroína e a disseminação dessa imagem ofuscou, por um longo período, as narrativas que procuravam incluir os afrodescendentes como agentes ativos no processo da Abolição.

Parece ter sido bastante oportuno, para os grupos conservadores e para aqueles que viam com resistência o protagonismo negro, identificar na Princesa Isabel, uma mulher branca, pertencente à realeza, os créditos pela ruptura legislativa que tornou ilegal a escravidão no Brasil. Mais uma vez, o silenciamento acerca das trajetórias negras foi enfatizado, mesmo que, por vezes, não explicitamente, no sentido de corroborar a visão que localizava a população negra numa atitude de passividade diante de sua própria história. Muitos dos textos relativos ao 13 de maio, nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, procuraram, como visto anteriormente, contrapor esse discurso.

Figura 14 - Capa *A Alvorada* - 10/05/1947



Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

Embora sejam recorrentes as menções aos que foram chamados de “heróis de nossa raça”, o nome e a imagem que José do Patrocínio são os mais presentes nas capas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, quando se trata das edições comemorativas ao dia 13 de maio, na primeira metade do século XX. Assim como na página reproduzida na Figura 14, era comum associar a reflexão acerca da Abolição da Escravatura com a personificação de Patrocínio. No sentido de frisar o papel significativo do jornalista em toda a trajetória que se fez até a assinatura da Lei Áurea, em 1921, uma das menções apresenta o abolicionista como:

um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro, orador fogoso que ia para a praça pública defender eloquentemente a liberdade dos captivos - causa sagrada pela qual sua pena em retumbantes artigos, se não cansava de pugnar também (O EXEMPLO, 13/05/1921).

Com o passar dos anos, tanto no jornal de Porto Alegre quanto no de Pelotas, as reflexões parecem tomar um caminho mais crítico e firme em relação à valorização dos personagens que deveriam receber mais atenção, em especial, por parte do povo negro. Em 1923, por exemplo, falou-se da coragem e do enfrentamento das ideias que vigoravam:

Muito se tem escripto sobre a abolição do captiveiro no Brasil, mas, o que sempre merece referência, o que não devemos cançar de proclamar é a tempera inteiriça daquelles caracteres que exteriorisaram a maior coragem, porque a maior coragem é indubitavelmente affrontar as idéas que vigorem. (O EXEMPLO, 13/05/1923).

O destaque conferido a uma postura contracultural dos defensores da Abolição da Escravatura poderia ser estendido a todos os afrodescendentes que, a seu modo, afrontaram as ideias vigentes e produziram impactos à estrutura social e econômica que se sobressaía até 1888. Essa atitude de enaltecimento das personalidades ligadas à luta do povo negro, além de outros vultos parceiros do abolicionismo, fortalecia a divulgação de memórias e de atuações que não poderiam cair no esquecimento. Diante disso, a edição de 1950 do jornal *A Alvorada* estampou na sua primeira página um longo artigo, quase em tom de desabafo e de reprimenda.

Após anos de nítida ênfase à figura de José do Patrocínio e de uma lista de adjetivos positivos em relação a sua pessoa, o jornal de Pelotas destaca, nas palavras assinadas por Rodolfo Xavier, a situação de abandono na qual Patrocínio encontrou-se no fim de sua vida. Até então, nenhum dos textos havia mencionado que as

homenagens eram póstumas, visto que o abolicionista faleceu em 1905. Entretanto, mais de 40 anos após a sua morte o intelectual Rodolfo Xavier apresenta um longo questionamento associado a quem consideravam um herói.

Figura 15- Capa A Alvorada - 14/05/1950



Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

Conforme é perceptível na Figura 15, embora em pequena escala, a capa do jornal *A Alvorada*, de 14 de maio de 1950, ocupa praticamente toda a página. A foto de José do Patrocínio, usualmente utilizada pelos periódicos analisados, está, mais uma vez, presente e, com ela, um extenso texto que segue, transcrito aqui em partes:

[...] dois vultos grandiosos a somam no cimo da Campanha Abolicionista: Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

Do primeiro ainda ha bem pouco, por ocasião de seu centenário, toda a imprensa brasileira, homens de letras nacionais e estrangeiros se ocuparam, exaustivamente de seu papel inconfundível como abolicionista, parlamentar, tribuno, escritor, diplomata e a repercussão que teve e ainda conserva no cenário da intelectualidade brasileira.

Coube ao segundo - José do Patrocínio, como descendente da Raça Negra, estereotipá-lo, galvanizá-lo em seu próprio organismo, afrontar o reacionarismo escravocrata de latego em punho pela imprensa e pela tribuna, pelo livro e pelo desprendimento da própria vida, pelo amor a causa da defesa de seus co-irmãos impiedosamente escravizados e injustamente martirizados (A ALVORADA, 14/05/1950).

A comparação entre os dois abolicionistas expõe, de maneira mais contundente, uma situação que, com o passar das décadas e com a distância dos eventos relacionados ao dia 13 de maio de 1888, ficaria cada vez mais evidente. O texto procura distinguir o tratamento recebido por Joaquim Nabuco, político, diplomata, historiador, jornalista, abolicionista e homem branco, do tratamento conferido a José do Patrocínio, já apresentado nesta tese e identificado por suas inúmeras qualidades como profissional, político e ativista das causas humanitárias. Pela primeira vez, entre os textos dedicados ao dia 13 de maio, foi feito um paralelo declarado entre a qualificação dada a um homem branco e àquela dedicada a um homem negro, ambos pertencentes ao mesmo cenário histórico.

Inclusive, cabe ressaltar que o pernambucano Joaquim Nabuco foi, postumamente, homenageado com a data em que se comemora o Dia do Historiador, em 19 de agosto. Nascido nesse dia, em 1849, o historiador abolicionista e um dos responsáveis pela fundação da Academia Brasileira de Letras tem sua trajetória laureada por inúmeros feitos; entre eles, a trajetória como historiador que lhe rendeu a escolha para que representasse a data que institui o dia dos profissionais de que ele fazia parte. A Lei Nº 12.130, de 17 de dezembro de 2009, estabeleceu a comemoração que concedeu ainda mais visibilidade às lutas dos historiadores pela regulamentação de sua profissão, conquistada apenas no ano de 2020.

Sem desmerecer a importância de Nabuco, as declarações de Rodolfo Xavier querem complexificar as reflexões acerca das diferenciações estabelecidas entre cidadãos brasileiros com reconhecida atuação social e política, mas com singularidades estipuladas, sobretudo, pela cor da pele. O texto prossegue, expondo o raciocínio de Xavier:

Quem tanto fez e trabalhou pela emancipação de sua raça até alcançar a sua libertação completa do jugo do cativo teve como recompensa a maior das ingratidões. [...] Incompreensível para a raça que redimiu e que lhe tem sido ingrata, permanece ainda até hoje esquecido (A ALVORADA, 14/05/1950).

A análise de Rodolfo Xavier revela que, até meados do século XX, o nome de Joaquim Nabuco não havia sido valorizado e homenageado da forma como parecia merecer. Embora tivesse sido, frequentemente, homenageado nas páginas da imprensa negra, não havia ocupado os espaços reservados as demais personalidades da História, especialmente, as que participaram dos episódios relativos à Abolição da Escravatura. Ao contrário da Princesa Isabel e do mencionado Joaquim Nabuco,

faltava a Patrocínio a visibilidade pública pelos seus feitos entre o final do século XIX e o início do século XX.

Esta é, certamente, uma constatação que pode ser estendida a outras figuras negras da História do Brasil que, recentemente, receberam destaque e passaram a ocupar outras narrativas que lhes atribuisse o devido valor. A própria intelectualidade filiada à imprensa negra, aqui apresentada e defendida, pode partilhar da mesma reflexão feita por Xavier, em meados do século passado. Haveria ingratidão ou desconhecimento acerca das trajetórias ligadas à atuação afrodescendente no início da República? Se a José do Patrocínio, hoje lembrado e ovacionado por uma parcela significativa dos brasileiros, coube certo esquecimento denunciado pelo jornal *A Alvorada*, o que dizer a respeito daqueles “anônimos” intelectuais que se reuniram para projetar sonhos e partilhar pensamentos?

A proposta de Xavier manifesta o que parece ser o caminho natural para os merecedores de homenagens:

Se no passado foi pela raça galardoado pela ingratidão e o esquecimento compete aos seus descendentes que se contam por milhões dentro do Brasil mandar erigir uma estátua ao **grande negro**, na Capital Federal, cenário de suas lutas e vitórias.

Bastaria que todos os de origem africana por intermédio de clubes, sociedades recreativas e de festividades contribuíssem com a bagatela de um cruzeiro 'per capita' para que dentro de poucos meses somassem milhões de cruzeiros, quantia que sem dúvida sobrepujaria todas as despesas e ao mesmo tempo saudaria numa grande dívida para com o **grande negro**.

Ao que nos consta não existe uma herma, um busto qualquer, de José do Patrocínio em nenhuma praça pública do território brasileiro que lhe perpetue o nome (A ALVORADA, 14/05/1950).

A sugestão, registrada no jornal pelotense, reforça uma questão patrimonial importante, que tem ganhado cada vez mais visibilidade nas discussões da atualidade. As praças, ruas, monumentos e demais construções que têm papel histórico manifestam escolhas que estão, obviamente, ligadas às relações de poder. Sendo assim, as representações que homenageiam grupos hegemônicos tinham ainda mais força até meados do século XX. As memórias coletivas são construídas, também, a partir dos regimes de visualidade a que estão expostas. E, nesse sentido, a reivindicação de Xavier propõe, não só o reconhecimento público e histórico da atuação de José do Patrocínio, como a edificação das memórias negras que precisavam (e ainda precisam) ser organizadas e difundidas.

Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 51),



[...] o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente.

Sendo assim, ao reivindicar a existência de imagens e de elementos que façam referência aos ícones da história negra, como José do Patrocínio, o intelectual do jornal *A Alvorada* reconhece a importância de “controlar” o passado por meio desses interesses do presente. Trazendo à tona um recurso já utilizado quando as imagens e as narrativas legitimadas, no período colonial brasileiro, consolidaram hierarquias em relação à história, à estética e aos costumes que seriam considerados adequados. Rivalizar os espaços e as imagens consolidadas por meio de novas memórias torna-se uma possibilidade de reconstruir os caminhos silenciados e valorizar trajetórias que foram por certo tempo, e em determinados espaços, esquecidas.

Le Goff (1990, p. 426) ainda chama a atenção para as relações entre a memória coletiva e a construção de identidades, lembrando que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Por isso, a ressalva feita por Rodolfo Xavier pode ser associada a essa importante observação, visto que a história silenciada ou esquecida a respeito dos afrodescendentes no Brasil provocou alterações nas memórias coletivas da nação acerca da participação e da importância dos negros na formação do Brasil.

Solicitar um monumento em honra a José Patrocínio, assim como construir outros tipos de referências às personalidades negras ou a seus feitos tem, ainda hoje, um efeito significativo na afirmação da identidade negra e na valorização da sua cultura e da sua história como pertencentes à nação. Ações dessa natureza também fazem parte da conquista da cidadania, uma vez que, ao se verem representados, os indivíduos constroem e reconstróem os seus vínculos com o lugar ao qual pertencem. Do contrário, há possibilidade de perturbações causadas por uma espécie de amnésia coletiva, visto que:

[...] num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 1990, p. 425).

Percebe-se, com a leitura dos textos relativos ao dia 13 de maio, que havia forte preocupação em relação à manutenção dessas memórias e que a formação de

identidades negras vinculadas a sua história era uma premissa importante das comemorações alusivas à data da Abolição da Escravatura. O texto de Rodolfo Xavier, em 1950, é uma tradução explícita dos elementos que compunham essa perspectiva de utilizar o dia 13 de maio e a menção a personalidades negras como forma de reiterar o papel histórico da comunidade negra no Brasil.

A existência de monumentos, museus e demais referências às histórias dos grupos que foram subjugados atua de forma dialógica nas construções discursivas existentes na sociedade, como propõem os estudos de Bakhtin (2011, p. 327):

Se tomarmos o texto no sentido amplo de conjunto coerente de signos, então também as ciências da arte (a musicologia, a teoria e a história das artes plásticas) se relacionam com textos (produtos da arte). Pensamentos sobre pensamentos, uma emoção sobre a emoção, palavras sobre as palavras, textos sobre textos.

As manifestações artísticas e as produções culturais e intelectuais em geral desempenham um papel significativo no contraponto aos discursos proferidos pelos grupos dominantes. As narrativas recorrentes ganham resposta e interação a partir do surgimento de outros discursos, capazes de oferecer certa rivalidade de opinião ou de explicação da realidade. Esse dialogismo parece estar implícito nas palavras de Rodolfo Xavier e nos demais textos publicados pelos periódicos, que buscam reforçar a importância da homenagem à José do Patrocínio e outras personalidades negras e, também, recordam que mais e diversas narrativas acerca dos brasileiros de todas as raízes étnicas precisam ser contadas.

#### 4.5 “OS NEGROS QUE NÃO SE ENVERGONHAM DE O SER<sup>73</sup>”: DIÁLOGOS COM OS SEUS E OS OUTROS

As leituras e interpretações históricas sugeridas nesta tese fundamentam-se nas perspectivas dialógicas de Bakhtin, por entender-se que as publicações relativas ao dia 13 de maio de 1888 apresentam elementos que extrapolam as palavras visíveis nos textos dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Sendo assim, as análises, aqui propostas, procuram levantar questões que circundam o contexto de escrita dos textos

---

<sup>73</sup> Citação presente no periódico *A ALVORADA*, de 12 de maio de 1935.

e que, muitas vezes, dizem respeito às vivências negras anteriores à primeira metade do século XX.

Ao destacar citações presentes nos periódicos e relacioná-las a diferentes textos, discursos e posicionamentos ainda vigentes na época, esta análise expõe as constantes interações entre as visões dos intelectuais negros à frente dos jornais e as diversas experiências da população negra no Brasil, desde a escravidão até o momento de escrita das publicações. Além disso, há, como sugere o dialogismo de Bakhtin, abertura discursiva para que os enunciados reverberem no futuro e conectem-se aos episódios históricos vivenciados depois da segunda metade do século XX. Por isso, todo o texto, aqui apresentado, movimenta-se entre o passado e o presente, evidenciando o caráter dialógico dos discursos e, assim sendo, a intensa relação entre os fatos anteriores e posteriores ao que foi escrito nas páginas dos dois periódicos da imprensa negra do Rio Grande do Sul.

Dessa forma, considera-se que:

Todo enunciado – desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico – comporta um começo absoluto e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão). O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva ativa do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro, por algo como um mudo “dixi” percebido pelo ouvinte, como sinal de que o locutor terminou. (BAKHTIN, 2011, p. 275).

O autor assinala uma dinâmica que pode ser associada aos enunciados que compõem os textos comemorativos à data da Abolição da Escravatura e que foram trazidos, em fragmentos, a esta tese. Ao longo deste capítulo, os discursos relativos à importância do 13 de maio de 1888, ao papel do negro na construção da nação brasileira, às possibilidades de construção da liberdade dos negros e à exaltação das personalidades destacadas nas narrativas do 13 de maio foram abordados de modo a evidenciar a intensa articulação das citações com discursos pré-estabelecidos, normalmente provenientes de grupos mais privilegiados na sociedade brasileira ou, ainda, de visões de mundo dominantes na memória coletiva e na História tradicional. Por outro lado, ao retomar as manifestações dos intelectuais negros dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* procurou-se recuperar os desdobramentos relativos a tais questões em períodos posteriores, alguns deles, inclusive, na atualidade.

Esse movimento entre passado e presente; memória, expectativa e realidade expressa o dialogismo apresentado por Bakhtin e, mais do que isso: a acentuada relação que pode ser estabelecida entre os fatos e ideias referidos pelos intelectuais negros e a perpetuação de sua importância na atualidade. São exemplos desse ponto de vista, a situação dos negros denunciada nas páginas dos periódicos, as reivindicações apresentadas a partir dessa realidade e, posteriormente, as discussões apresentadas nesta tese em relação às mudanças feitas na legislação brasileira, ao longo do século XX, e que culminaram em relevantes avanços legais nos primeiros anos do século XXI. Há uma visível articulação entre essas circunstâncias e o dialogismo bakhtiniano auxilia na compreensão dessas relações.

Os enunciados apresentados nos textos alusivos ao 13 de maio representam diálogos diretos com os seus pares negros ou reflexões, dirigidas a eles, mas que contemplam críticas ao comportamento dos outros membros da sociedade, numa espécie de diálogo, também, com esses. Os jornais da imprensa negra estabeleceram pontes discursivas, seja escrevendo, objetivamente, para “os negros que não se envergonham de o ser” (*A ALVORADA*, 12/05/1935), apresentando possibilidades coletivas para efetivar a emancipação do grupo; ou discutindo episódios históricos e cotidianos a fim de que se pudesse “respeitar os direitos destes negros que são aptos para o serviço militar e para tudo o mais, menos para entrar, por ser negro, em cinemas estrangeiros e casas de diversões públicas, dos próprios nacionais mestiços” (*A ALVORADA*, 12/05/1935). Inclusive, em relação a essa segregação, o passar dos anos intensificou a crítica nas páginas dos jornais, visto que a distância da data da Abolição da Escravatura, não havia apagado, pelo contrário, em certos casos evidenciou, o estigma associado aos negros.

Assim, foi possível perceber que:

qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. (BAKHTIN, 2009, p. 117).

E, sendo socialmente dirigidas, as enunciações reunidas nos dois periódicos da imprensa negra do Rio Grande do Sul apresentam considerações extremamente relevantes para que se possa compreender o processo de interação da população negra na sociedade brasileira, nas primeiras décadas após a assinatura da Lei Áurea, que coincidem com os primeiros anos da existência da República em nosso país. O

desenvolvimento daquelas narrativas desvela pontos essenciais para o entendimento do que estava em jogo para uma parcela da população negra naquele momento e das possibilidades que se apresentavam para a constituição discursiva daquelas vozes sociais.

Em relação a essa construção discursiva das vozes sociais ligadas aos negros na primeira metade do século XX, é importante ressaltar que, obviamente, esta tese não tem a pretensão de afirmar que as discussões apresentadas nos textos alusivos ao 13 de maio de 1888 representam o pensamento de toda a população negra do Brasil daquele período; nem mesmo toda a população negra do Rio Grande do Sul, visto o recorte espacial estipulado. As nuances, os contextos, as interações e as vivências de cada grupo social fornecem visões de mundo distintas e, por isso, constroem experiências muito particulares para os indivíduos. Entretanto, a partir do embasamento teórico aqui disposto, é possível perceber que, de modo geral, muitas das questões tratadas nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* chegavam a diferentes espaços do Brasil e conectavam-se à vida de muitos dos afrodescendentes brasileiros.

Sendo assim, ao destacar as vozes sociais dos intelectuais negros de Porto Alegre e de Pelotas, percebem-se as diversas possibilidades do pensamento negro, naquele período, e a pluralidade de questões que estavam em cena no que se refere as primeiras décadas de vida dos negros sem que a legislação permitisse a escravidão. Esse cenário oferecia certos contextos, conflitos e desejos comuns que, ao serem publicados nos jornais, provocavam interrelações dialógicas e tinham um efeito de reflexão e ação que, de alguma forma, movimentava o mundo negro brasileiro até os dias atuais. “É nesse sentido que Bakhtin várias vezes diz, figurativamente, que não tomamos nossas palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros” (FARACO, 2009, p. 84). Nesse sentido, ao tomar as palavras dos outros para construir os seus textos e as suas ideias, apresentados nos jornais, os intelectuais negros do Rio Grande do Sul constituíram, também, um arsenal de consulta e de inspiração para quem os lia e para as futuras gerações.

Em outras palavras, os processos dialógicos estão pautados no que pode ser chamado de:

dialogização das vozes sociais, isto é, o encontro sociocultural dessas vozes e a dinâmica que aí se estabelece: elas vão se apoiar mutuamente, se interiluminar, se contrapor parcial ou totalmente, se diluir em outras, se parodiar, se arremedar, polemizar velada ou explicitamente e assim por diante (FARACO, 2009, p. 58).

Por isso, considerando que a sociedade é composta por diferentes grupos sociais, muitas vezes, com interesses divergentes, os discursos, escritos ou orais manifestam-se como espaços de luta entre vozes sociais e revelam não só os seus anseios, como disputam lugar e prevalência com os posicionamentos de outros sujeitos. Dessa forma, toda leitura que intencione compreender profundamente uma manifestação oral ou escrita precisa levar em consideração as vozes sociais ali expostas, como procurou-se fazer neste estudo.

A realidade vivenciada no período da escravidão; as questões políticas, sociais, culturais e econômicas do Brasil Colonial e Imperial; as tensões contextuais à assinatura da Lei Áurea; os espaços ocupados e não ocupados pelos afrodescendentes após a Abolição da Escravatura; as esperanças e frustrações decorrentes da chegada do período republicano; e os significados da liberdade para os afro-brasileiros; e os enfrentamentos realizados ao longo de todo período apresentado nesta tese, foram alguns dos elementos que possibilitaram a emergência de diferentes vozes sociais relativas aos discursos publicados.

Além disso, é inegável que as temáticas abordadas nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada* estão amplamente conectadas às demandas que ainda se fazem pertinentes na atualidade, reverberando os ecos daquelas vozes sociais, da primeira metade do século XX, para o século XXI. Tais manifestações, no presente, fazem parte das ações e dos discursos de intelectuais, militantes, professores, artistas, estudantes e muitos outros que, muitas vezes, nem sequer tem ideia de que pontos importantes de suas defesas na luta antirracista já eram articulados e explicitados nas páginas de jornais da imprensa negra ou nas reuniões de grupos negros que lutaram, muito antes, pela inserção dos afrodescendentes da sociedade brasileira.

Considerando que, segundo Bakhtin (2009, p. 202), “a palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais. O destino da palavra é o da sociedade que fala”, podemos inferir que as mudanças e alterações sociais relativas à questão do negro na sociedade brasileira ainda estão em processo de acontecer de forma mais efetiva. Se as palavras ditas, na primeira metade do século XX, de alguma forma ainda precisam ser trabalhadas e repetidas, parece ser a sinalização de que não avançamos

totalmente no sentido de superar certos contextos e discursos do imediato pós-abolição.

Obviamente, avançamos em vários aspectos, especialmente no que diz respeito à legislação. Entretanto, ao evidenciarmos a relevância e atualidade dos processos dialógicos estabelecidos entre os discursos dos intelectuais negros do Rio Grande do Sul e as vivências atuais da população negra no Brasil (e muitas vezes, no mundo), percebemos que o caminho ainda é longo para que as palavras do passado dialoguem conosco sem tanta similaridade com o presente. Para isso, parece ser necessário não só contar com “os negros que não se envergonham de o ser”, mas, sobretudo, com todos aqueles que compreendem a importância de que o sol da liberdade, além de imenso, deixe de ser artificial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão racial no Brasil tem, cada vez mais, assumido a centralidade das discussões sociais, culturais e econômicas no país. Os movimentos negros espalhados por todo o território brasileiro, o impacto das abordagens legislativas sobre a presença negra em determinados espaços sociais e as intensas discussões realizadas nas instituições de reprodução de valores (como universidades, manifestações artísticas e as mídias em geral) possibilitaram o aumento das pautas relativas às questões étnico-raciais no Brasil.

Nesse contexto, o crescimento do número de estudantes afrodescendentes que conquistaram a ocupação dos bancos universitários, a partir dos anos 2000, parece ter um impacto, ainda mais profundo, na difusão e problematização das temáticas relativas aos afro-brasileiros. As pesquisas científicas que tratam da presença do negro no Brasil, não só do ponto de vista histórico, mas abrangendo os mais diversos aspectos das vivências negras no país, têm explicitado uma realidade que, muitas vezes, é desconhecida ou silenciada entre os brasileiros. A partir disso, tais discussões ganham outros espaços e chegam até grande parte da população por meio de ações políticas, produtos culturais e currículos escolares.

Mesmo que ainda seja um tema que encontre resistência por parte de grupos conservadores e, porque não dizer, interessados na manutenção do racismo, as questões étnico-raciais têm urgência por serem divulgadas, ampliadas e discutidas. São evidentes os tensionamentos que justificam essa urgência. As estatísticas não escondem os números alarmantes que, ainda, posicionam os afrodescendentes (bem como os indígenas) entre a parcela da população brasileira que mais sofre com a desigualdade social.

Em uma publicação, do ano de 2020, no site oficial do Senado brasileiro, cujo tema é Racismo em Pauta, a respeito do racismo estrutural que mantém negros e indígenas à margem da sociedade, constam dados que podem exemplificar o contexto de desigualdade mencionado anteriormente. É possível encontrar dados de vários aspectos relativos a esse contexto. Seguem, aqui, alguns deles. A cada mil bebês nascidos vivos, a mortalidade infantil atinge 29 pretos e 16,5 pardos (lembrando que pela classificação do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população negra é composta por pretos e pardos), o que entre os brancos acontece com cerca de 15 crianças. O analfabetismo, a partir dos 15 anos, atinge 9% dos negros, em



comparação a 4% dos brancos. São negros também os que tem uma média de anos de estudos menor do que a dos brancos, permanecendo na escola por cerca de 6,5 anos. Brancos tem média de 8,3 anos de estudo. Em relação à violência os dados são ainda mais preocupantes. Entre os homicídios, 77,5 dos casos atingem a população negra. No Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por exemplo, há o registro de que, em 2020, o número de mortes por intervenção policial no Brasil atingiu 78,9% dos negros, de um total de 6.416 pessoas vitimadas.

Segundo pesquisas do IBGE, os negros (pretos e pardos) compõem 75% das pessoas que vivem em situação de pobreza no país. Além disso, entre os 10% da população com os maiores rendimentos do Brasil, apenas 27,7% são pretos ou pardos, lembrando que eles correspondem a 64% dos desempregados brasileiros. Em relação às mulheres negras, elas recebem em média menos da metade do salário de um homem branco, mesmo exercendo funções similares ou iguais. E, também, são elas as maiores vítimas de violência doméstica registrados no Brasil.

Esses e outros dados, que, infelizmente, compõem uma extensa lista de aspectos relativos à desigualdade social e racial no Brasil, são alguns dos elementos que justificam um olhar atento e reflexivo acerca das experiências negras no território brasileiro. Por isso, em se tratando de um estudo pertencente a um Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais e vinculado a uma pesquisadora negra e do campo da História, a questão racial no Brasil pareceu ser uma temática das mais relevantes para ser elencada como discussão central desta tese. Os brasileiros ainda têm muito o que conhecer e discutir acerca da realidade afrodescendente no Brasil.

A escolha pela imprensa negra no Rio Grande do Sul parte da, já mencionada, ênfase dada no estado para os aspectos culturais ligados à imigração europeia. De alguma forma, os traços culturais mais valorizados no sul do país têm relação com essa insistente ligação com os imigrantes vindos da Europa. Sendo assim, trazer à tona uma produção intelectual negra, posicionada no imediato pós-abolição, tem um viés de resistência e de homenagem ao grupo social que, apesar dos avanços, ainda é mantido em certo silenciamento.

Considerando estes e outros aspectos explicitados no corpo desta tese, por meio de quatro capítulos, sendo um introdutório e os demais contendo o aprofundamento das reflexões sobre o tema, a imprensa negra alcançou, nestas páginas um lugar de excelência no que se refere à intelectualidade, à

representatividade e ao oferecimento de reflexões que pudessem desenhar os caminhos da emancipação dos afrodescendentes que haviam sido contemplados com extinção da escravidão no Brasil, mas não com a liberdade.

O caminho traçado neste estudo destacou que o surgimento da imprensa no Brasil, no século XIX, trouxe consigo a manifestação de mais um espaço em que as questões étnico-raciais apresentavam tensionamentos. Seja na Monarquia ou, posteriormente, na República, a sociedade brasileira apresentava inquietações que seriam cada vez mais difíceis de serem silenciadas. Nessa perspectiva, o segundo capítulo desta tese mostra que a emergência da imprensa negra nasceu da impossibilidade de emudecer as inúmeras temáticas que envolviam a população negra e que não eram veiculadas na imprensa tradicional. Um espaço jornalístico de e para si fazia-se urgente entre aqueles que buscavam aumentar o alcance da visibilidade, da congregação e do diálogo entre os pares.

Esse mesmo capítulo apresentou os intelectuais negros que estavam à frente dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, na primeira metade do século XX, destacando suas relações e suas atuações com os movimentos negros que estavam em alta naquele período. O capítulo foi encerrado com a emergência da República no Brasil e as expectativas dos negros em relação a essa ruptura política que, até então, conservava a ideia de que o país seria realmente aberto a toda a sua nação.

Nesse sentido, pensar a liberdade e a cidadania, depois da Abolição da Escravatura, tornou-se um caminho pelo qual a imprensa negra aventurou-se, em especial quando, anualmente, faziam menção à data de 13 de maio de 1888. Nesse período, as discussões a respeito da situação dos negros, após 1888, ficavam ainda mais intensas e tomavam um caráter de mobilização, visto que a comemoração pela liberdade dos escravizados era reconhecida, por vários dos intelectuais negros, como um momento para reflexão. O nascimento da República era visto como o espaço para a apresentação de temas e de reivindicações que não haviam sido contemplados como se esperava.

Em relação à liberdade e à cidadania, as questões políticas e culturais entre os negros livres passaram a ser o foco das discussões. O terceiro capítulo discute a República como cenário das disputas pela liberdade e pela cidadania e posiciona a população negra como protagonista em diversas frentes dentro desse objetivo. Sendo assim, a imprensa negra aparece como uma das possibilidades encontradas pelos afrodescendentes para reunir e sensibilizar os seus pares diante do panorama que se

apresentava. Junto aos jornais, diferentes formas de associativismo e demais manifestações entusiasmaram os negros da primeira metade do século XX e os fizeram repensar sua própria experiência de vida. Nesse sentido, a questão da educação e do associativismo tiveram destaque, como formas e contextos importantes para a conquista e vivência da cidadania e da liberdade.

No quarto capítulo, algumas das questões levantadas na Introdução desta tese começam a ser respondidas. A partir do estudo dos artigos publicados, anualmente, nas semanas do dia 13 de maio da primeira metade do século XX, nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, é possível perceber alguns direcionamentos sobre os pensamentos dos negros após a Lei Áurea, as formas pelas quais se organizaram, as suas percepções acerca da legislação e os desejos partilhados por uma parcela da população negra, em relação à efetivação da liberdade e à construção de sua cidadania.

Por meio dos subcapítulos, a vivência da liberdade e da cidadania negras foi explicitada em categorias de análise, a partir das questões trazidas com maior recorrência nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. A partir da referência ao dia 13 de maio, todas as edições pesquisadas ressaltaram a importância da data, apesar de sua incompletude no que diz respeito à efetivação da liberdade dos negros na sociedade brasileira. Como “lembrança do triunfo da democracia popular”, a data da Abolição da Escravatura foi lembrada como um ponto de partida importante para a sequência de lutas e conquistas que deveriam acontecer na realidade dos afrodescendentes.

Em seguida, o papel do negro na construção da nação era visto como símbolo da “autonomia e originalidade nacional”. E, sendo assim, era necessário elencar e discutir os elementos que justificavam tal afirmação. A valorização do povo negro passava pela afirmação de sua identidade e pelo fortalecimento das memórias que associavam os negros à participação indispensável à constituição do Brasil. Antes da valorização dos outros, era preciso afirmar para si mesmo a sua importância. Se o Brasil é o que é, os braços e pernas negros mas, também, a sua capacidade intelectual emprestaram relevantes elementos para essa formação. Não havia só corpo, força, sensualidade e diversão em meio à população negra brasileira, como faziam crer inúmeros estereótipos. Havia pensamento, reflexão, leitura, visão de mundo abrangente, mesmo permeada pelas questões culturais da época; havia, sobretudo, posicionamento crítico.

Ao tratar da construção da liberdade, os intelectuais negros frisaram, inúmeras vezes, a “terminação quase completa dos sofrimentos”. Era, praticamente, unânime entre os membros da imprensa negra, de Porto Alegre e de Pelotas, que a Abolição da Escravatura foi determinante para a liberdade negra. No entanto, era preciso fazer mais. Os sofrimentos ainda eram recorrentes e a situação dos afrodescendentes precisava de atenção. A maioria dos intelectuais apontava a mobilização dos negros como ponto forte dessa mudança. Pouco se falava, ou quase nada, a respeito da atuação do Estado ou dos brancos para que fossem feitas as alterações necessárias. A busca pela educação, pela união nas associações e pelo reconhecimento da sua história estavam diretamente ligados ao protagonismo negro. Como se dependesse apenas deles a transformação social, mostrando à população branca o seu valor.

Em relação ao valor dos afrodescendentes, inúmeras vezes a menção a personalidades negras foi feita nas páginas dos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. A comemoração do dia 13 de maio foi utilizada, muitas vezes, como pano de fundo para que os chamados “heróis dessa santa cruzada” fossem nomeados e valorizados na imprensa negra. Para eles, as questões referentes à cidadania e à liberdade passavam pela devida reverência àqueles que atuaram em prol da Abolição da Escravatura ou, ainda, àqueles que atuavam, de inúmeras formas, em favor da população negra do país.

Em todos esses tópicos ficou evidente que a intenção era dialogar com “os negros que não se envergonham de o ser”, mas, ao fazer isso, realizar, também, uma reflexão que pudesse, sempre que possível alcançar outros públicos, interessados em refletir sobre as questões ali tratadas. O dialogismo proposto por Mikhail Bakhtin foi evidenciado ao longo de toda a análise. E, dessa forma, as relações entre os discursos anteriores e posteriores à publicação dos textos foram explicitadas de modo a demonstrar como eram plurais e abrangentes as discussões propostas pelos intelectuais negros.

É inegável o papel que a História tem nas linhas escritas nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, em menção ao dia 13 de maio. Para os intelectuais negros, lembrar da História e destacar os membros de uma trajetória de lutas e desafios seria um caminho para unificar as gerações posteriores e traçar metas que pudessem contribuir para uma mudança significativa nas experiências vividas pelos afrodescendentes dali em diante. Divulgar essas reflexões e apontar alternativas possíveis a uma vivência

cidadã fazia com que as páginas dos jornais e as realizações ali mencionadas exercessem o papel que o Estado não se ocupava em fazer naquele momento.

Ao longo da primeira metade do século XX, nas semanas do dia 13 de maio, aqueles que puderam se organizar, intelectual ou economicamente, antes dos outros, assumiram o compromisso de serem porta-vozes de um novo tempo desejado pela maioria, que nem sempre tinha condições de verbalizá-lo. O que é visto nos artigos dos periódicos negros de Porto Alegre e de Pelotas é a discussão do que consideravam ser o real sentido do liberalismo, da liberdade e da cidadania.

Obviamente, não é possível estabelecer uma sintonia total entre as aspirações da atualidade em relação à cidadania e à liberdade e os desejos daqueles personagens da primeira metade do século XX. Naquele período, é possível identificar, pelas palavras expressas em comemoração ao dia 13 de maio, que as intenções se relacionavam à possibilidade de participar da vida social, ter a sua atuação valorizada na sociedade, ascender intelectual e socialmente por meio da educação e constituir um grupo que tivesse suas raízes culturais e históricas respeitadas. Dessa forma poderiam viver sem os estigmas sociais com que estavam marcados e abandonariam, com mais facilidade, a pobreza que violentava grande parte da população negra.

No entanto, entre os ideais de cidadania e de liberdade, percebidos por meio dos textos alusivos à Abolição da Escravatura, não havia nenhuma menção às especificidades relativas às mulheres negras. Aliás, nenhuma mulher negra é citada nos textos analisados. Mesmo ao tratar de figuras históricas, anteriores à Abolição da Escravatura, ou quando destacavam os chamados heróis da população negra, nenhuma mulher integra as listas apresentadas. Nesse sentido, cabe ressaltar que, na atualidade, as mulheres negras integram a base da pirâmide social brasileira e são as mais atingidas pelos indicadores sociais que identificam os níveis da desigualdade social do Brasil. Eram e, de alguma forma ainda são, esquecidas nas narrativas dos seus e dos outros.

Considerando tudo o que foi, aqui, exposto algumas questões podem ser lançadas como forma de finalizar este estudo, mas também como possibilidade de continuidade dele.

Como as histórias desses intelectuais negros contribuem para a afirmação das identidades ligadas à população afrodescendente do Brasil?

Conhecemos e reconhecemos como legítimos os sentidos de liberdade que foram expressos nos textos alusivos ao dia 13 de maio, na primeira metade do século, a partir das edições da imprensa negra representada pelos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*?

A diversidade de sentidos de liberdade e de visões acerca da obtenção da cidadania relativa aos afrodescendentes, da primeira metade do século XX, são conhecidas e respeitadas na historiografia e na cultura brasileiras?

Quantos passos ainda são necessários para superarmos “o sol imenso e artificial da liberdade” e darmos continuidade ao caminho aberto na estrada da liberdade, a partir do 13 de maio de 1888?

Inúmeras são as questões suscitadas em relação aos sentidos de liberdade expressos na imprensa negra do Rio Grande do Sul, por meio dos textos alusivos ao dia 13 de maio, nos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*. Algumas delas, transcritas anteriormente, estão dispostas no sentido de colaborar com as reflexões apresentadas no corpo desta tese, visto que, por meio dos questionamentos, as percepções podem ficar mais atentas às nuances e às diversas camadas que compõem as narrativas e contextos aqui analisados.

A exemplo do que Petrônio Domingues (2008) escreveu ao encerrar seu livro intitulado *A Nova Abolição*, a utilização de suas palavras parece estar alinhada aos propósitos deste texto, que vai, também, chegando ao fim:

pelo “simples” fato de romper com o relativo silêncio que paira sobre alguns episódios da história do negro no Brasil – ele significa mais um passo no arenoso caminho de construção de um conhecimento histórico plural, que incorpore de forma simétrica todos os segmentos que compõem a diversidade racial deste país (DOMINGUES, 2008, p. 172).

Assim, rompendo silêncios e buscando contribuir com a incorporação das questões relacionadas à população negra na historiografia e nas discussões intelectuais, acadêmicas e culturais brasileiras, esta tese reuniu as concepções políticas e culturais plurais da intelectualidade negra do Rio Grande do Sul, ligada aos jornais *O Exemplo* e *A Alvorada*, na primeira metade do século XX, e apresentou algumas das formas pelas quais os textos alusivos ao dia 13 de maio demonstravam os sentidos de liberdade que faziam parte do universo de perspectivas e expectativas dos afrodescendentes daqueles espaços sociais. Dessa forma, acredita-se ter ficado evidente que não houve, de modo algum, falta de participação dos negros no pensar

e no agir em relação à viabilização de possibilidades para que a Abolição da Escravatura fosse concretizada no que diz respeito à efetiva liberdade dos negros no Brasil.

A cidadania, como conceito plural e adaptável aos tempos e aos grupos sociais, apresentou-se, por meio dos textos analisados, como um anseio ligado a diferentes modos de atuar, pertencer e realizar dentro da nação. Não houve um modo único de pensar a cidadania e, tampouco, houve unanimidade em relação aos sentidos atribuídos à liberdade ao longo das linhas impressas em comemoração ao dia 13 de maio. Houve apresentação de possibilidades; reafirmação de memórias e de identidades; discussão a respeito de contextos do passado e do presente em que viviam; e, sobretudo, houve destaque para a educação e para a representatividade negra.

O dia 13 de maio e as páginas dos jornais da imprensa negra traduziram-se em ferramentas para que os sujeitos pensassem na estrada em que se encontravam e no horizonte que se abria a sua frente. Por isso, a data da Abolição da Escravatura era, reiteradamente, citada e colocada como momento importante para a população negra a que se destinavam os jornais. O 13 de maio não era, e nunca foi visto por eles, como um presente da branquitude. O dia 13 de maio era, para eles, a culminância de uma história de lutas e o ponto de partida para uma trajetória composta por outros desafios.

A discussão, tratada até aqui, está longe de definir padrões estáticos relativos ao pensamento dos intelectuais negros vinculados aos jornais analisados ou à população negra representada e público-alvo dos periódicos. Ao contrário, a análise dos textos possibilitou reafirmar o entendimento acerca da pluralidade e da necessária atenção a essa diversidade presente na história brasileira. Reduccionismos e incompletudes marcaram parte das narrativas construídas em relação à população negra do Brasil. Trata-se, agora, de contribuir e acelerar as leituras que possam completar as lacunas e ampliar as visões acerca desse grupo social, atuando, assim, para a continuidade do processo de emancipação, iniciado em 13 de maio de 1888.

Quais seriam os próximos desafios?

## FONTES

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital**

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1904

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1910

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1911

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1916

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1917

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1918

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1919

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1921

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1922

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1923

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1924

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1925

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1926

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1927

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1928

Jornal *O Exemplo*, 13/05/1929

### **Bibliotheca Pública Pelotense**

Jornal *A Alvorada*, 14/05/1933

Jornal *A Alvorada*, 13/05/1934

Jornal *A Alvorada*, 13/05/1935

Jornal *A Alvorada*, 10/05/1947

Jornal *A Alvorada*, 14/05/1949

Jornal *A Alvorada*, 13/05/1950



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira.** Senac, 2004.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski.** Tradução Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal.** Livraria Martins Fontes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre a análise de jornais como fontes históricas, na sua perspectiva sincrônica e diacrônica. **Revista História Unisinos.** São Leopoldo: Unisinos, Setembro/Dezembro, 2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARBONI, F.; MAESTRI, M. **A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Editora FGV, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério S.. Trabalhadores livres e escravos. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade (orgs.).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 410-425.

CRUZ, Marileia dos Santos Cruz. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da Educação do Negro e outras histórias.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora dos Escravos”**: um estudo das representações sobre a Princesa. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

\_\_\_\_\_. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.

\_\_\_\_\_. Imprensa Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade** (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 253-259.

\_\_\_\_\_. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade** (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 113-119.

\_\_\_\_\_. Frente Negra / Legião Negra. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade** (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 237-250.

\_\_\_\_\_. Fio de Ariadne: O protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90**, Porto Alegre, v.16, n.30, p.215-250, dez. 2009.

ELMIR, Claudio Pereira. Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica. **Revista anos 90**. Porto Alegre, v.19, n. 36, p.67-90, dez.2012.

ESCOBAR, Giane Vargas; MORAES, Ana Luiza Coiro. Clubes sociais negros: memória e ações para o reconhecimento como patrimônio cultural afro-brasileiro. In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. (Orgs). **Os clubes sociais negros no Estado do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico] – Dados eletrônicos. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

FARACO, Carlos A. **Linguagem e diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **História Social**, n. 19, p. 63-90, 2010. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/316>>. Acesso em: 18 out. 2021.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2006, n. 27 [Acessado 25 Abril 2022], pp. 181-195.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200013>>. Epub 17 Maio 2007. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000200013>.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GOMES, Arilson dos Santos. Oásis e Desertos no Brasil: Da Frente Negra Brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 2, p. 131-146, jul/dez 2009.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia Negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Gabriela Teixeira. **A educação afro-pelotense no jornal A Alvorada: uma análise sobre a Campanha Pró-Educação (1933-1935)**. Tese (doutorado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9986>. Acesso em: 19 abr. 2022.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. Unesp, 2006.

HOHLFELDT, Antônio. A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Porto Alegre, p.1-12, dez.2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 109-136.

LOPES, Dirceu Fernandes. Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: **Dos primórdios até a Proclamação da República**. Disponível em [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria\\_imprensa/edicao\\_07/index.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria_imprensa/edicao_07/index.php). Acesso em 20 jul. 2021.

LOPES, Juliana Serzedello Crespim; NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Quando a memória é o pomo da discórdia: o 13 de maio de 2020 e a fundação palmares. **Revista de História** (São Paulo) [online]. 2022, n. 181 [Acessado 14 Novembro 2022], a05921. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.185560>>. Epub 02 Set 2022.

MAGALHÃES, Magna Lima. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul**: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS). Tese (Doutorado em História). Unisinos, São Leopoldo-RS, 2010.

\_\_\_\_\_. Crônicas e notas: a imprensa hamburguesa e o 13 de maio. IN: MARONEZE, Luiz Antônio Glozer (org.). **Histórias de Novo Hamburgo**: 90 anos. Novo Hamburgo: Feevale, 2017.

MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. **OPIS**. v.7, n.9, jul./dez, p.215-228, 2007.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Justicando o cativo: a cultura de resistência escrava. In: H. PICCOLO. **História Geral do Rio Grande do Sul – Império**. Passo Fundo: Méritos, p. 215-231, 2006.

\_\_\_\_\_. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: Burocracia, Política e devoção. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.

\_\_\_\_\_. “Miguel Archanjo da Cunha já não existe”: O associativismo da Sociedade Beneficente Floresta Aurora e as vicissitudes biográficas de um barbeiro negro, liberal e católico. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/14318>.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), v. 4, n. 8, p. 06-14, 2012.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Global Editora, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. Editora Contexto, 2020.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (orgs.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1966, p.13-32.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892 – c. 1911)**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre-RS, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa Negra no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgard (org). **A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciencias sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIOS, Ana Maria, MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v.5, n.8, p. 170-192, jan./jun. 2004.

RÜDIGER, Francisco. A Federação e o Processo político-ideológico rio-grandense. **Comunicação & Cultura**, Porto Alegre: Museu de Comunicação, 1984, p.12-21.

\_\_\_\_\_. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993.

SANTANA, Carlos. Associativismo Negro: Uma Experiência Inexistente Pela Historiografia Oficial Brasileira. In: **Revista Digital Simonsen**, Nº 6, Maio. 2017. Disponível em: [www.simonsen.br/revistasimonsen](http://www.simonsen.br/revistasimonsen) ISSN:2446-5941.

SANTOS, José Antônio dos. SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa**, Pelotas (1907-1957). Pelotas: EdUFPel, 2003.

\_\_\_\_\_. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio

dos; CARNEIRO, Luiz Carlos Cunha (orgs.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Prisioneiros da História**: Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. PUCRS: Porto Alegre, 2011.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, L.M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, 284 p.

\_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Fernanda Oliveira da. A busca por uma unidade identitária negra em terras sulinas no pós-Abolição: Imprensa negra; Frente Negra Pelotense e Clubes Sociais Negros em Pelotas-RS (1907-1937). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SILVA, L. H. O.; XAVIER, R. C. L. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-15, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2019.e67320. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67320>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Silva e Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

SODRÉ, Carlos Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Habitação popular em Porto Alegre na virada do século XIX para o XX: uma abordagem a partir das ações judiciais de despejo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29, 2022.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e da Liberdade** (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.292-197.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo, n. 04, p. 89-102, 1985.

ZUBARAN, Maria Angélica. A produção da identidade afro-brasileira no pós-abolição: Imprensa negra em Porto Alegre (1902-1910). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**, n. 5, p. 145-156, 2006.

\_\_\_\_\_. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. A invenção branca da liberdade negra. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 06, n.3, ano. VI, p1-16, jul./ago./set. 2009.